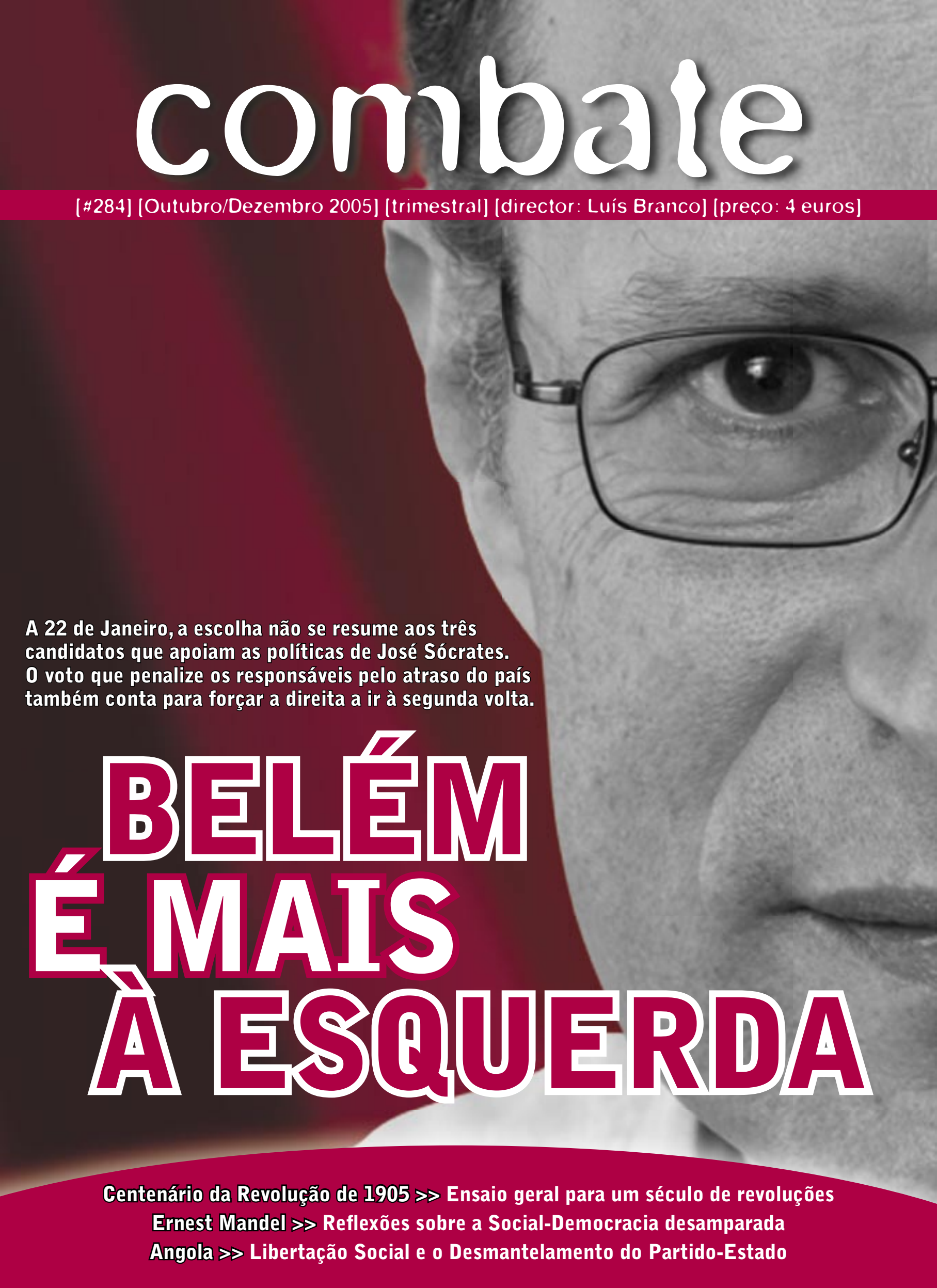


combate



[#284] [Outubro/Dezembro 2005] [trimestral] [director: Luís Branco] [preço: 4 euros]

A 22 de Janeiro, a escolha não se resume aos três candidatos que apoiam as políticas de José Sócrates. O voto que penalize os responsáveis pelo atraso do país também conta para forçar a direita a ir à segunda volta.

BELÉM É MAIS À ESQUERDA

Centenário da Revolução de 1905 >> Ensaio geral para um século de revoluções
Ernest Mandel >> Reflexões sobre a Social-Democracia desamparada
Angola >> Libertação Social e o Desmantelamento do Partido-Estado



nesta edição:

3

PRESIDENCIAIS
GERAÇÃO DE MUDANÇA
LUÍS BRANCO

6

SOCIAL DEMOCRACIA DESAMPARADA
ERNEST MANDEL

22

MAR DE CINZAS
JAIME PINHO

25

CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1905
ENSAIO GERAL PARA UM SÉCULO
DE REVOLUÇÕES
ANTÓNIO LOUÇÃ

32

CAMPANHA
PELA LIBERDADE DOS
SOLIDÁRIOS COM ITOIZ
ADOLFO ALLUÉ BLASCO

34

ORGULHO PRECÁRIO
JORGE COSTA

40

ERNST BLOCH
MÚSICA/ESPERANÇA/REVOLUÇÃO
PEDRO RODRIGUES

44

ANGOLA
LIBERTAÇÃO SOCIAL E
DESMANTELAMENTO DO
PARTIDO-ESTADO
LUÍS ARAÚJO

50

ALEMANHA
A GRANDE COLIGAÇÃO
CONTRA OS TRABALHADORES
SASCHA STANICIC

RECORTA OU FOTOCOPIA ESTE FORMULÁRIO
(OU ESCRIBE NUMA FOLHA ESSES DADOS)
E ENVIA-OS JUNTO COM O CHEQUE OU VALE POSTAL
À ORDEM DE "COMBATE" PARA:
COMBATE, R. DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA

NOME: _____

MORADA: _____

CÓD. POSTAL/LOCAL: _____

TELEFONE/TELEMÓVEL: _____

EMAIL: _____

ASSINATURA ANUAL (4 EDIÇÕES): 25 EUROS (PORTUGAL)
40 EUROS (ASSINATURA DE APOIO) | 45 EUROS (UE)
50 US DÓLARES (RESTO DO MUNDO)
EDIÇÃO DIGITAL (VIA EMAIL): 10 EUROS | 10 US DÓLARES

DIRECÇÃO LUÍS BRANCO **EDIÇÃO** CARLOS CARUJO E JOÃO CARLOS

EDIÇÃO FOTOGRAFIA PAULETE MATOS

COLABORARAM NESTE NÚMERO ADOLFO ALLUÉ BLASCO, ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA, ANTÓNIO JOSÉ ANDRÉ, ANTÓNIO LOUÇÃ, CARLA CRUZ, CATARINA CARNEIRO DE SOUSA, ISABEL CARVALHO, JAIME PINHO, JORGE COSTA, JOSÉ FEITOR, LUÍS ARAÚJO, NUNO NEVES, PEDRO RODRIGUES, RICARDO LAFUENTE E SASCHA STANICIC

IMPRESSÃO E ACABAMENTO TIPOGRAFIA SILVAS **PROPRIEDADE** FRANCISCO LOUÇÃ

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO RUA DA PALMA, 268. 1100-394 LISBOA **TEL** 218864643

FAX 218882736 **E-CORREIO** REVISTA@COMBATE.INFO **PERIODICIDADE** TRIMESTRAL

REGISTO INST. COMUNICAÇÃO SOCIAL 107263 **ISSN** 0871-3596

OS ARTIGOS E ILUSTRAÇÕES ASSINADOS NÃO REFLECTEM NECESSARIAMENTE O PONTO DE VISTA DA COMBATE

WWW.COMBATE.INFO

COMBATE É UMA REVISTA TRIMESTRAL EDITADA PELA APSR, CORRENTE DE MILITANTES DO BLOCO DE ESQUERDA. COMBATE É UM CONTRIBUTO PARA O DEBATE E A ACTUALIZAÇÃO DAS TRADIÇÕES SOCIALISTA, LIBERTÁRIA E INTERNACIONALISTA DA ESQUERDA PORTUGUESA.

PRESIDENCIAIS GERAÇÃO DE MUDANÇA

LUÍS BRANCO*

ILUSTRAÇÃO DE RICARDO LAFUENTE

AS PRESIDENCIAIS DE JANEIRO FECHAM O QUADRO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS. ATÉ 2009, JOSÉ SÓCRATES GOVERNARÁ APOIADO NA MAIORIA ABSOLUTA E JÁ SE PERCEBEU QUE NÃO TERÁ PROBLEMAS COM O FUTURO INQUILINO DE BELÉM, SEJA ELE CAVACO OU QUALQUER DOS DOIS CANDIDATOS DO PS. FORA DO ARCO DESTE CONSENSO QUE CONDUZIU O PAÍS AO PÂNTANO EM QUE HOJE SE ENCONTRA, HÁ UMA CANDIDATURA QUE NÃO DESISTE DE PROPOR ALTERNATIVAS POLÍTICAS CONCRETAS. PARA SALVAR O SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL, PARA ORIENTAR AS ESCOLHAS ECONÓMICAS NO SENTIDO DO PLENO EMPREGO, PARA IMPEDIR O CRIME CONTRA A DEMOCRACIA QUE É A CRIAÇÃO DOS CÍRCULOS UNINOMINAIS.

TANTO CAVACO como os dois candidatos do PS aprovam o orçamento para 2006 e apoiarão todos os orçamentos até 2009, com a continuação das privatizações em sectores decisivos como a electricidade ou a água, com os ataques aos direitos e ao poder de compra dos funcionários públicos, com a entrega dos descontos dos trabalhadores para a segurança social ao apetite voraz do Capital, deixando a pensão de reforma de ser um direito de quem descontou para ser uma aposta no casino das bolsas com a privatização parcial do sistema de segurança social.

Neste contexto, a importância da eleição presidencial assume uma outra dimensão para além da de impedir Cavaco de conseguir a vitória anunciada e proclamada pelos meios de comunicação social desde há dois anos. É a força que conquistarão as candidaturas fora do consenso deste enorme bloco central que vai contar em termos eleitorais até 2009. Daí o erro em que incorrem aqueles que não se cansam de fazer contas às possíveis desistências e às suas consequências na distribuição de votos. Não será por razões aritméticas ou de combate à abstenção de esquerda que estas candidaturas irão até ao fim. Nesta eleição joga-se também o espaço de representação da alternativa às políticas neo-liberais disfarçadas de “ataque aos privilégios”, os privilégios dos mais pobres, claro.

Já vai longa a novela da escolha do candidato do PS, mas vai de certeza render até à véspera da primeira volta. Por entre histórias melhor ou pior contadas, com muitas meias-mentiras pelo meio, os desavindos Soares e Alegre ainda não entenderam o ridículo da situação em que se viram envolvidos, o de disputar o lugar de quarta e quinta escolha de Sócrates, dado que ambos admitem hoje terem falhado as insistências deste junto de António Guterres, António Vitorino e Jaime Gama, por esta ordem. Depois de tantas dificuldades em arranjar candidato, o PS acabou por ficar com dois, o que faz

Nenhum candidato tem poderes para aumentar os seus próprios poderes ou uma maioria parlamentar de dois terços que lhe permita mudar a Constituição e o regime dos poderes presidenciais de forma tão radical. Este debate não passa então dum fogo de vista que entretém e mantém em lume brando a aura sebastianista tão ao gosto dos conselheiros de Cavaco

desconfiar se a primeira escolha de Sócrates não terá afinal sido o próprio Cavaco Silva.

Ao arrastar o debate das presidenciais para uma suposta tentação presidencialista de Cavaco, amplificando as opiniões de alguns dos seus apoiantes e os silêncios do próprio Cavaco, Mário Soares e Jerónimo de Sousa afastaram-no da questão essencial que é a da completa identificação do candidato da direita com o rumo das políticas económicas do governo socialista. Um rumo que não dá resposta ao drama do desemprego que aumenta agora e aumentará no próximo ano, mas que garante a satisfação da gula desta elite tacanha e incompetente que conduziu o país à crise, ao esgotamento e à falta de perspectivas a que se chega ao fim de 31 anos de democracia. Como é evidente, nenhum candidato tem poderes para aumentar os seus próprios poderes ou uma maioria parlamentar de dois terços que lhe permita mudar a Constituição e o regime dos poderes presidenciais de forma tão radical. Este debate não passa então dum fogo de vista que entretém e mantém em lume brando a aura sebastianista tão ao gosto dos conselheiros de Cavaco.

Até é positivo que o papel do presidente da República esteja no centro do debate. Mas só se isso servir para afastar a ideia feita de que um presidente (e por conseguinte um candidato presidencial) pode falar de tudo menos daquilo que realmente interessa, as políticas concretas, as medidas urgentes para sair da crise. Está instalada a ideia de que um candidato presi-

dencial nunca deve dizer o que realmente pensa sobre os assuntos decisivos em sinal de respeito pela solenidade do cargo que inevitavelmente o empurra para alinhar no consenso neo-liberal em todas as matérias importantes.

Foi para quebrar este “consenso mole” que a candidatura de Francisco Louçã se afirmou no terreno desta disputa eleitoral e é em nome da mesma intransigência, rigor e frontalidade que têm marcado a sua acção política enquanto deputado e dirigente do Bloco de Esquerda que agora, uma vez mais, vem dar a cara por uma geração de mudança na política portuguesa. O manifesto eleitoral e a declaração de candidatura – que para além dos excertos que publicamos na página ao lado, podem e devem ser lidos na íntegra em www.FL2006.net – são o primeiro testemunho dessa vontade de transformação para combater o atraso e a mediocridade.

Para a esquerda socialista, o problema nestas eleições já não é simplesmente escolher entre os dois males menores que o PS oferece no boletim de voto. Mas pode e deve ser o de contribuir para uma mudança profunda na esquerda, numa alternativa sem compromissos com os erros e vícios do passado, sem nunca depender de figuras tutelares que são as responsáveis pela falta de perspectivas fora das coordenadas do social-liberalismo para a esquerda deste século. Dar força, confiança e voto a esta geração de mudança é a nossa responsabilidade.

*Luís Branco é dirigente da APSR e director desta revista.
luisbranco@combate.info

MANIFESTO DE CANDIDATURA

«SÃO PRECISAS PALAVRAS CLARAS»

PORTUGAL VIVE UM CICLO DE DECADÊNCIA, iniciado

pela recessão de 1993, agravado agora pela recessão de 2003 e pela estagnação desde então, e que foi instalado pelas estratégias subsidio-dependentes e por um modelo social esgotado.

O país vive há demasiados anos em rota de divergência com a Europa e as escolhas predominantes têm reforçado esse caminho de desastre. Essas políticas agravam o atraso e a injustiça. O preço desse atraso é o desemprego: mais de 620 mil pessoas estão desempregadas, desistiram de procurar emprego ou vivem em situação de subemprego, mais de um milhão e meio vive precariamente, muitos jovens licenciados têm de emigrar. O preço desse atraso é a injustiça: são os rendimentos dos trabalhadores – com salários perseguidos pela inflação e pela austeridade ou com pensões baixas – que pagam o ajustamento económico. Injustiça é a crise fiscal, que permite que a banca continue praticamente isenta de impostos e as fortunas continuem totalmente isentas de impostos.

Sou candidato para enfrentar esta política e para apresentar uma alternativa de rigor e de justiça para todas e para todos. O ciclo de decadência só pode ser vencido com uma nova mobilização para a democracia económica.

Nesta eleição, o debate mais importante é acerca da economia: acerca dos números e sobretudo acerca das pessoas, portanto acerca das grandes escolhas sociais que temos que fazer nos próximos cinco anos para começar a vencer o atraso e a injustiça. Não aceito por isso que a eleição do próximo Presidente da República seja desvalorizada como se se tratasse de uma mera confirmação de um para escolher candidato designado por uma União Nacional de interesses e de poderes. (...)

Não me preocupa a previsível acusação de apresentar, numa campanha eleitoral para a Presidência, um conjunto de objectivos que estão no âmbito da actividade dos governos. Porque as políticas contra o atraso são as que fazem a diferença e todos os candidatos têm uma responsabilidade primeira: dizerem quais são as suas escolhas. Todos têm a obrigação de falar claro.

Um candidato que se apresenta a eleições e não diz o que pensa, é porque ou não pensa ou não quer submeter as suas convicções ao veredicto dos eleitores. (...)

A DÍVIDA INTERNA É O MAIOR DÉFICE DEMOCRÁTICO

Existe uma gigantesca dívida interna em Portugal que tem sido sempre menosprezada e que nunca aparece nas contas.

Essa dívida é a desigualdade, a pobreza, o desemprego, o abandono e o insucesso escolar, a habitação degradada. É a dívida para com as mulheres que recebem menos do que os homens pelo mesmo trabalho, para com os oitocentos mil reformados com pensões mínimas, para com os dois milhões de pobres, para com três milhões de pessoas

que vivem em casas sem água ou sem electricidade ou sem uma cozinha ou sem uma casa de banho, para com o milhão e meio de precários ou trabalhadores a recibos verdes. Um em cada cinco reformados tem uma pensão mínima, um em cada três portugueses trabalha precariamente ou na economia paralela. Segundo os dados oficiais, há pelo menos 46 mil crianças a trabalhar em Portugal.

Entre os desempregados, predominam as situações de longo prazo – uma vez despedido, desempregado toda a vida. As falências, o desemprego e a precariedade são poderosos factores de exclusão social e de empobrecimento, tanto mais que cerca de 74% dos desempregados têm apenas o ensino básico ou menos, o que dificulta a sua nova reinserção.

Portugal tem a mais elevada taxa de pobreza: 22%, face aos 17% da média dessa UE dos 15. Mas Portugal tem também a distribuição de riqueza mais injusta da União: segundo o Instituto Nacional de Estatística, os 20% da população mais pobre recebem 5% do Rendimento líquido nacional e os 20% da população mais rica recebem 44,9%. Os 10% da população mais rica recebem 29% do Rendimento enquanto que os 10% mais pobres recebem somente 2,2%, ou seja, aqueles recebem 13 vezes mais do que estes. A desigualdade entre ricos e pobres é duas vezes mais intensa do que a que ocorre nos restantes países da UE antes do alargamento.

Não há formação profissional adequada: Portugal encontra-se na cauda da UE no que diz respeito à formação no local de trabalho. Mais relevante ainda é o fosso existente em matéria de empregos que implicam aquisição de conhecimentos – uma média de 71% na UE para 57% em Portugal. Entretanto, caminha-se na direcção contrária à da criação de oportunidades: têm sido reduzidos os apoios sociais, o subsidio de desemprego é drasticamente restringido, o rendimento mínimo é condicionado – os desempregados e os pobres são simplesmente expulsos da vida. (...)

Os números indicam onde está a causa do desemprego e provam precisamente uma tendência prolongada de redução do investimento, provocando a estagnação: quando o clima económico se degrada, o capital foge. Assim,

- O investimento diminuiu em 2002 mais de 5% e em 2003 quase 10%, estando agora a níveis inferiores aos de 1995.

- O défice da balança comercial agrava-se todos os anos, registando-se uma perda de quotas de mercado, entre 1997 e 2004, de cerca de 9,1%, agravada em 2005 com uma nova perda de cerca de 7%.

- Depois de uma grave recessão em 2003, tanto em 2004 quanto em 2005 continuamos em estagnação.

Este ciclo de decadência mergulha as suas raízes num modelo de desenvolvimento que se baseia na repressão salarial – o resultado é a mais baixa

taxa de escolaridade da população, o mais baixo nível de formação profissional e técnica do trabalho, as empresas baseadas na exploração bruta da mão-de-obra barata, muitas das quais condenadas pela concorrência de outras economias baseadas em salários baratíssimos.

Em consequência, os baixos salários disfarçam um desemprego latente, e generaliza-se o trabalho sem direitos, o contrato precário, o emprego sem contrato, o trabalho à peça, o recibo verde, o trabalho sem recibo, a sub-emprego.

Mas a política económica predominante ignorou sempre a necessidade de políticas estruturais corajosas para corrigir estes erros. Pelo contrário, promoveu uma confiança pouco sustentável, promovendo o consumo interno, prometendo taxas de juro baixas e fazendo disparar o endividamento das famílias que, de 18,5% em 1990, chega a 130% em 2006 (em percentagem do rendimento disponível). Assim, as famílias mais pobres ficam particularmente vulnerabilizadas pelo crescimento dos seus pagamentos à banca, o país no seu todo é atingido porque passa a haver um prémio de risco suplementar para a economia nacional, aumentando em consequência as taxas de juro acima das taxas internacionais. Mais ainda, uma parte do crescimento fica afectada ao pagamento da dívida, o que acentua a rota de divergência.

A repartição do rendimento é duplamente afectada por estes erros sucessivos. O trabalho perde face ao capital. Em primeiro lugar, porque é vítima da injustiça fiscal, dos baixos salários e da perda de poder de compra. Em segundo lugar, porque são sobretudo os grandes bancos quem beneficia desta política, muito mais do que a indústria. Assim, acentua-se a dominação do capital financeiro, que se dedica predominantemente à especulação, e só acessoriamente a empresas em sectores produtivos. Em consequência, a economia é vulnerabilizada: não há investimento, nem investigação e inovação tecnológica.

Este modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos simples produzidos por trabalho barato e pouco qualificado está esgotado. Essa é a razão fundamental do ciclo de decadência.

O fracasso deste modelo exportador dependente tem ainda como consequência uma reorientação das actividades económicas e, em particular, uma viragem do capital financeiro para a acumulação e valorização de curto prazo, vivendo de expedientes, de negócios ocasionais, de oportunidades, de privatizações, da especulação imobiliária. A governação tem estado ao seu serviço.

Em toda a sua dimensão, esta crise social é a expressão do pântano de um crescimento empobrecedor, que agravou as injustiças e portanto o atraso. É nas elites económicas e políticas que está o maior obstáculo ao desenvolvimento do país.

A democracia económica é a alternativa necessária e a mais urgente. É o meu combate.

(Versão integral do Manifesto em www.FL2006.net)

SOCIAL-DEMOCRACIA DESAMPARADA

NATUREZA DO REFORMISMO SOCIAL-DEMOCRATA

ERNEST MANDEL*

ILUSTRAÇÕES DE ÂNGELO FERREIRA DE SOUSA

Ernest Mandel escreveu este artigo para a *Inprecor* e *International Viewpoint* de Outubro de 1993 e ele deveria servir de introdução a um dossier consagrado à social-democracia. Vista a amplitude deste artigo, que ultrapassava o conteúdo das nossas revistas de então, ele não pôde aparecer. Portanto, este estudo está datado. No entanto, parece-nos que apesar do esgotamento de quase doze anos após a sua escrita, ele esclarece a crise da social-democracia.

Esta continuou a agravar-se (como o mostram as cisões em curso na Alemanha e as divisões do PS na França) de acordo com um distanciamento cada vez maior dos aparelhos sociais-democratas com as camadas populares (os resultados dos referendos sobre o Tratado constitucional europeu em França e na Holanda, testemunham-no). Aprofundaram-se as tendências da transformação social dos aparelhos sociais-democratas, aqui prudentemente analisadas. Profundamente agarrado à análise da realidade e sempre à procura de informações mais recentes que lhe permitissem confirmar ou reafirmar as suas análises, Ernest Mandel não ficaria certamente satisfeito com a publicação deste artigo hoje, sem proceder a uma profunda actualização. Por outro motivo, por razões de espaço e porque certas informações inseridas na última parte do artigo, apesar de uma abrasadora actualidade, são hoje datadas, efectuámos alguns cortes, indicados por: (). Preservámos as notas do autor e completámo-lo com algumas notas da redacção inseridas entre parêntesis [] e mencionadas como «notas da redacção»: «ndr».

O texto completo deste artigo está disponível em www.ernestmandel.org

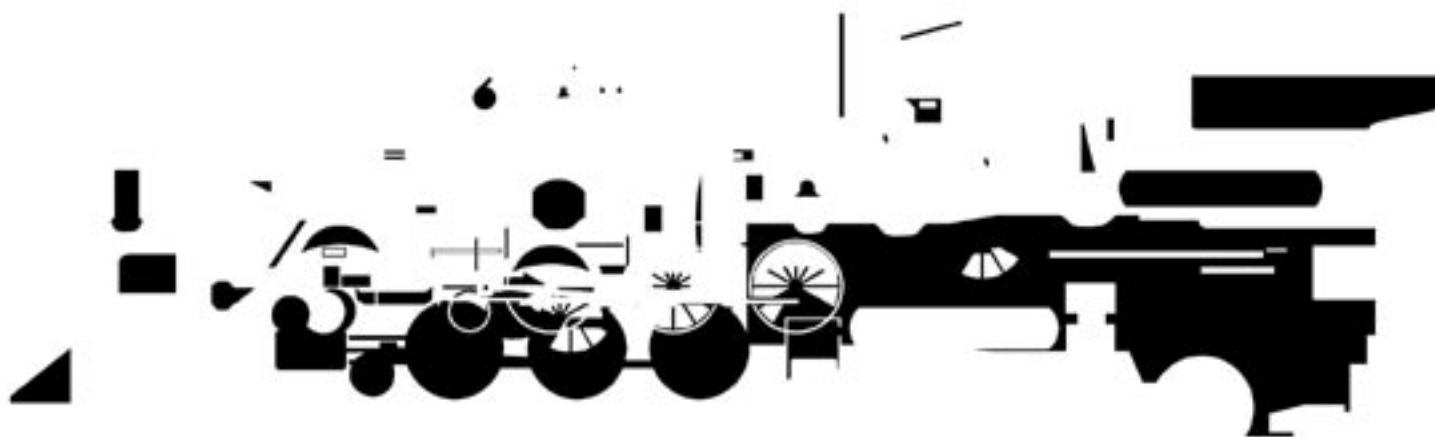
DEPOIS DA REVOLUÇÃO de Outubro, o movimento operário confronta-se com a escolha entre duas práticas políticas. É também uma escolha entre duas estratégias.

Esta escolha não diz respeito à oportunidade da luta pelos objectivos imediatos, tanto económicos como políticos. Não diz respeito a uma opção a favor ou contra a participação nas eleições e a presença nas assembleias eleitas, não somente para fins de propaganda, mas também para conquistar o voto de leis a favor da(o)s assalariada(o)s e outra(o)s explorada(o)s e oprimida(o)s. ⁽¹⁾

Marx lutou sistematicamente pela redução legal da jornada (semana) de trabalho. Ele combateu resolutamente a sobre-exploração dos operários e o trabalho infantil. Engels procurou estender, a todos os países, a luta pela jornada das 8 horas de trabalho e pelo sufrágio universal simples e igual para toda(o)s a(o)s cidadã(o)s. ⁽²⁾ Nas condições particulares da Rússia czarista, Lenine manteve uma linha semelhante mas com mais ênfase.

Estes combates eram fundados na convicção de que uma classe operária miserável, incapaz de se bater pela sua integridade física e moral, seria igualmente incapaz de se bater por uma passagem a uma sociedade sem classes. A história confirmou este diagnóstico. As revoltas da fome nunca desembocaram, em parte alguma, numa luta anti-capitalista sistemática, numa luta por um mundo melhor. A via traçada por Marx e pelos marxistas, pelo contrário, engendrou uma tomada de consciência por parte de milhões de explorada(o)s.

O que opõe o marxismo revolucionário ao reformismo social-democrata é a atitude face ao poder de classe económico e político do Capital. É igualmente uma atitude fundamentalmente diferente acerca do Estado burguês.



O que opõe o marxismo revolucionário ao reformismo social-democrata é a atitude acerca do poder de classe económico e político do Capital. É igualmente uma atitude fundamentalmente diferente acerca do Estado burguês

O reformismo é a ilusão de um desmantelamento gradual do poder do Capital. Nacionaliza-se primeiro 20 %, depois 30%, depois 50%, depois 60% da propriedade capitalista. Assim, o poder económico do Capital, dissolve-se, pouco a pouco. Em primeiro lugar, arranca-se à burguesia uma grande metrópole, depois dois municípios, depois a maioria parlamentar, depois o poder de legislar os programas do ensino, depois a maioria da tiragem dos jornais, depois o controlo da polícia municipal, depois o poder de selecção da maioria dos altos funcionários, dos magistrados e dos oficiais: o poder político do Capital evaporar-se-ia por si-mesmo.

O reformismo é, por isso, essencialmente gradualismo. O verdadeiro teórico do reformismo foi por conseguinte o pai do “revisionismo”, Eduard Bernstein, com a sua célebre fórmula: “o movimento é tudo, o propósito nada é”.⁽³⁾ A social-democracia alemã de hoje exagerou: “gota a gota, nós dissolveremos a pedra.” Passa-se da história humana à das formações geológicas. Quantos milénios serão precisos para que uma pedra se dissolva?

O marxismo revolucionário é a rejeição da ilusão gradualista. A experiência confirma que, em parte alguma, em país nenhum, a burguesia perdeu o seu poder económico e político pela via gradualista. As reformas podem enfraquecer esse poder. Mas elas não o podem abolir.()

A sociedade, como a natureza, tem horror ao vazio. Isso corresponde à forte tendência centralizadora inerente ao grau do desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. Cada cidade, para não dizer cada fábrica, não pode ter a sua própria moeda, a sua própria alfândega, a sua própria política de preços, a sua própria central de telecomunicações, o seu próprio hospital. Pode haver um período de dualidade de poderes entre o reino do Capital e o reino da classe da(o)s assalariada(o)s, mas a história confirma que este período não pode ser senão de curta duração. Se a classe da(o)s assalariada(o)s não triun-

far na construção do seu próprio poder centralizado, o Estado burguês mantém-se ou reconstrói-se. É a lição principal de todas as revoluções do século XX. É o balanço positivo da revolução de Outubro. É o balanço negativo da revolução alemã e da revolução espanhola: as duas principais revoluções proletárias derrotadas.

A estratégia social-democrata não difere da estratégia marxista revolucionária por uma questão de rejeição mais radical da violência. Os revolucionários podem até ripostar para o outro campo. Na medida em que a classe da(o)s assalariada(o)s e as outras camadas de explorada(o)s e de oprimida(o)s constituam a maioria, até mesmo a maioria esmagadora da população adulta, a utilização da violência torna-se para ela marginal, até contra-produtiva, para criar o poder do proletariado. O essencial, para o triunfo da revolução proletária, nestas condições, é a conquista de uma nova legitimidade. O modelo para a conquista do poder é a revolução de Outubro, em Petrogrado. Diz-se, justamente, que ela custou menos mortos do que aqueles que acontecem em acidentes de viação num só fim de semana de qualquer grande país. ()

Nós estamos convencidos que, com uma orientação audaz, resoluta e coerente da maioria do movimento operário, nos momentos de acções de massa, impetuosas e generalizadas, o mesmo processo poder-se-ia reproduzir, em Maio de 1968, na França, e no Outono quente de 1969, em Itália. A grande maioria dos soldados teria recusado atirar sobre os seus irmãos, as suas irmãs, os seus pais, as suas mães, os seus companheiros de trabalho. De Gaulle, a quem não faltava inteligência táctica, partilhava esta opinião. Por isso, não enviou a tropa para atirar sobre os grevistas. Fechou-a nas casernas, com medo que ela passasse para o lado do povo.

Por muito menos, importantes fracções da burguesia agarraram-se desesperadamente ao poder, mesmo face à imensa maioria da(o)s cidadã(o)s. Como “Mme Veto” [apelido de Ma-

rie-Antoinette, em 1791] elas estão prontas a decapitar Paris toda, Barcelona toda e Madrid, Berlim toda, Milão todo e Turim, Viena toda, Xangai toda, Jacarta toda e Santiago do Chile, para salvar o seu poder de classe. Se lhes deixarem os meios, elas fazem correr rios de sangue.⁽⁴⁾

De facto, a direita social-democrata, que se opõe à tomada do poder revolucionário, não reduz o crescimento da violência. Pelo contrário, ela encoraja-o, mais ou menos, objectivamente, se não de modo deliberado.

A contra-revolução gradual, começada por Noske, Ebert, Scheideman, em Dezembro de 1918 e Janeiro de 1919, com a ajuda dos Freikorps - pai dos futuros SA e SS - não passou somente sobre os cadáveres de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Léon Jogiches e de Hugo Haase. Ela passou sobre os cadáveres de milhares de proletários assassinados, entre 1919 e 1921, e centenas de proletários mortos, entre 1930 e 1933. Ela desembocou nas hecatombes causadas pela ditadura nazi.()

Lembramos, por outro lado, que a direita social-democrata aceitou plenamente a violência da primeira guerra mundial nos países beligerantes. Esta violência arrebatou, entre 10 e 20 milhões de mortos, mesmo que, para a burguesia, a guerra lhe parecesse “normal”, “natural”, inevitável. A violência da luta pelo poder, em compensação, é considerada como “anormal”, “evitável” e até ilegítima.

Nesse sentido - 4 de Agosto 1914 - a aceitação da guerra imperialista pela direita social-democrata, marca também uma mudança decisiva na história do século XX. A violência desumana e massiva é aceite sem resistência, nem revolta permanentes. Só as pequenas minorias salvam a sua honra. A capacidade de indignação reduz-se sensivelmente. A passividade, a resignação, o cinismo acerca dos massacres, até mesmo das torturas, crescem.⁽⁵⁾ Também a este propósito, é esmagadora a responsabilidade histórica da direita social-democrata.

O REFORMISMO SOCIAL-DEMOCRATA E O DEVR DO CAPITALISMO

Se a tomada do poder revolucionário implica a necessidade de agir rapidamente, também o é por uma razão mais profunda. O poder do Capital, incluindo os aparelhos de repressão que o apoiam, distingue-se por uma elevada coesão interna. Trotsky analisou, notavelmente a este propósito, em «Où va la France?», como a natureza particular do corpo de oficiais, conforme à sua função, reflecte esta coesão.⁽⁶⁾

É praticamente impossível abalar esta coesão, em tempos normais. Não é senão, em momentos excepcionais, que se assistem às recusas ou motins massivos de soldados. É uma das razões pelas quais as verdadeiras crises revolucionárias são relativamente raras. Elas não se produzem geralmente, em cada ano ou mesmo em cada década, num país. Se não se aproveitarem estas ocasiões, relativamente raras, a burguesia continuará no poder, nada mal, com tudo o que isso implica.

Estes momentos privilegiados para a acção revolucionária de massa, são, em última análise, o produto da exacerbação das contradições internas da sociedade burguesa. Elas conduzem a situações que Lenine resume numa fórmula clássica: “Os que estão no alto, já não podem governar normalmente, os que estão em baixo já não deixam governar como dantes.”

A discussão entre reformistas e marxistas revolucionários centra-se definitivamente na diferença no que diz respeito ao

dever do capitalismo. Bernstein afirma que as contradições inerentes à sociedade burguesa reduzir-se-ão cada vez mais. Haveria cada vez menos guerras, cada vez menos práticas repressivas da parte do Estado, cada vez menos conflitos sociais explosivos. E Kautsky acrescenta, no seu livro “Terrorismo e Comunismo”, que a burguesia se tinha tornado cada vez mais benévola, gentil e pacífica, conforme o modelo do presidente norte-americano Wilson.

Rosa Luxemburgo opôs ao diagnóstico de Bernstein um diagnóstico diametralmente inverso. Haveria cada vez mais guerras, cada vez mais explosões sociais, em comparação com o período 1871-1900.

A história do século XX confirmou o diagnóstico de Rosa Luxemburgo e não o de Bernstein. Do mesmo modo, a política reformista, o projecto gradualista, não são muito credíveis durante as fases das crises agudizadas, que o nosso século conheceu, sobretudo entre 1914 e 1923, durante os anos 1930 e 1940, e desde antes do Maio 1968 até à revolução portuguesa de 1974-1975. São igualmente menos credíveis, depois do começo da “longa onda depressiva”, actualmente em curso, e da ofensiva geral do Capital contra o Trabalho assalariado e os povos do Terceiro Mundo.

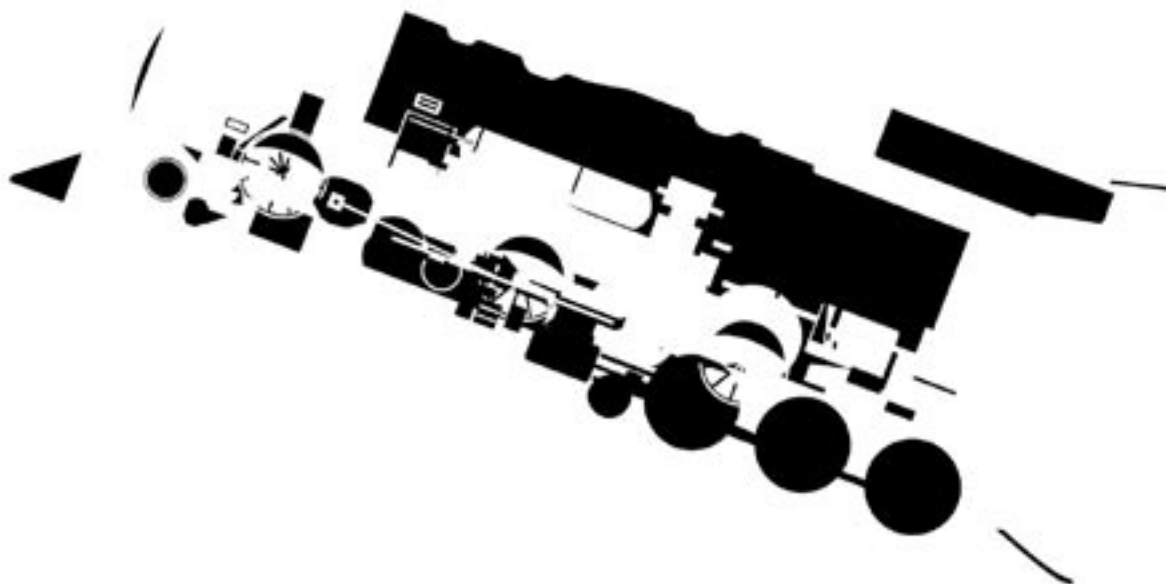
Mas o agravamento das contradições internas do capitalismo não é linear, nem constante. Foi interrompido por fases de relativa estabilização temporária: 1924-1929 e 1949-1968 - foram as principais. O período da retoma económica prolongada depois da recessão de 1980-1982 produziu sintomas análogos.

Durante essas fases, o reformismo social-democrata pôde recuperar uma certa credibilidade numa série de países, beneficiando de situações particulares como a dos países escandinavos. Esta credibilidade traduz-se por uma aceitação mais fácil, pelas largas massas, da prática política quotidiana reformista.

Ora a alternância no tempo de situações revolucionárias, de situações de estabilização de relativa, de dinâmicas contra-revolucionárias, implica que a luta vitoriosa pela tomada do poder necessite de um partido de vanguarda que esteja orientado nesse sentido, de uma classe operária rica de experiências capazes de auto-actividade e auto-organização, no seio da qual este partido se torne hegemónico. Estas experiências só podem ser adquiridas nos períodos não revolucionários.

A prática do movimento operário que propõem os marxistas revolucionários combina as greves pelas vantagens imediatas, o reforço para esse fim das organizações sindicais e outras organizações de massa, a participação nas eleições, a utilização das assembleias eleitas, o combate pela legislação social. Mas a prioridade é dada à acção de massa extra-parlamentar, à greve de massa, à greve política de massa, à eclosão de formas de auto-organização e de democracia directa de base: comités de greve eleitos; assembleias democráticas de grevistas; comités de bairro e de «moradores»; iniciativas de controle operário e popular, etc. Foi Rosa Luxemburgo que defendeu, de forma mais sistemática, esta estratégia, antes de 1914.⁽⁷⁾

Os reformistas recusaram estas prioridades de modo radical. Os dirigentes dos sindicatos alemães, antes de 1914, proclamaram: «Generalstreik ist Generalunsinn» “a greve geral é



A fórmula geral permanece: a credibilidade e influência do projecto reformista social-democrata são directamente proporcionais ao grau de estabilidade relativa da sociedade burguesa: as primeiras não podem crescer, quando a segunda declina

o non-sense (a estupidez) generalizada”. Também a este propósito, a experiência histórica deu razão a Rosa Luxemburgo e não aos reformistas. Houve numerosas greves de massa, greves gerais, a partir de 1905, em inúmeros países.

Mas a história não deu completamente razão a Rosa Luxemburgo e aos marxistas revolucionários, quanto à prática real das largas massas operárias. Houve uma série de países, e não poucos, onde as greves de massa nunca se transformaram numa greve geral, à escala nacional. Pense-se nos Estados Unidos e na Alemanha, depois de 1923. Países que conheceram greves gerais, à escala nacional, são os que muitas vezes passaram por longos períodos de acções de massa muito mais reduzidas; pense-se na França, depois do Maio de 1968. Só há alguns países onde as greves de massa, ou greves gerais, se produziram mais sistematicamente: antes de tudo a Argentina, a Bélgica e a Austrália, parcialmente a Itália e Espanha e, mais recentemente, o Brasil.

No decorrer de intervalos mais ou menos prolongados, a prática reformista domina a actividade e determina a consciência das massas, como aconteceu na Grã-Bretanha, durante os anos 1950 e 1960. Durante esses períodos, a estratégia e o projecto revolucionários perdem incontestavelmente a sua credibilidade.

É necessário constatar que, mesmo que a classe operária e o movimento sindical pratiquem a greve de massa ou a greve geral de forma sistemática, isso não desemboca automaticamente numa elevação da consciência política da(o)s assalariada(o)s. O caso da Austrália ilustra-o bem. O da Argentina confirma que esta prática pode mesmo coincidir com a ausência total de independência política elementar de classe das largas massas.

A conclusão geral que se tira da experiência histórica, é que o impulso e a credibilidade do projecto social-democrata estão estreitamente ligados à estabilidade relativa da socieda-

de burguesa. Isto é irrealizável durante longo termo no nosso século de declínio histórico do capitalismo. É utópico basear-se nela. Mas não é assim durante as fases específicas da mais curta duração.

Estas fases de estabilização relativa têm como condição necessária, mas não suficiente, um crescimento económico que permite um aumento paralelo dos salários reais e da mais-valia.⁽⁸⁾ Mas a classe da(o)s assalariada(o)s pode desencadear acções de massa impetuosas que sacudam a estabilidade da sociedade burguesa, mesmo em momentos de crescimento económico. Foi nomeadamente o caso de Junho de 1936, em França, a explosão revolucionária em Julho-Agosto de 1936, em Espanha, a greve geral belga em Dezembro de 1960 - Janeiro de 1961, o Maio 1968, em França, a revolução portuguesa, o começo da actividade das lutas de massa no Brasil e na África do Sul. Os motivos podem ser os mais variados: defesa ou conquista das liberdades democráticas; ripostar às ameaças fascistas; medo duma degradação futura do emprego e dos salários; solidariedade de classe internacional.⁽⁹⁾

Mas a fórmula geral permanece: a credibilidade e influência do projecto reformista social-democrata são directamente proporcionais ao grau de estabilidade relativa da sociedade burguesa: as primeiras não podem crescer, quando a segunda declina.

O REFORMISMO SOCIAL-DEMOCRATA E O ESTADO BURGUÊS

Gradualismo social-democrata e recusa de lutar pela criação de um Estado operário não implica absolutamente nada que os reformistas não liguem muita importância ao problema do poder. Pelo contrário, eles são obcecados.

É verdade que, antes de 1914, não se conheceu, senão um país, onde a social-democracia governou: a Austrália. Mas a administração social-democrata de municípios começou a ser

conquistada. E, a partir de 1914, os governos com forte participação social-democrata, ou seja governos sociais-democratas homogêneos, sucederam-se numa série de países.

Como os reformistas rejeitavam a tomada do poder pelo proletariado, eles não tinham praticamente escolha: estavam condenados a administrar o Estado burguês. Neste domínio, a regra do terceiro excluído é universalmente válida. Nenhum Estado, em parte burguês, em parte operário, é concebível. Nunca o houve ⁽¹⁰⁾. Nunca o haverá.

O salto mortal é bem ilustrado por Émile Vandervelde, patrão da social-democracia belga e presidente da II Internacional. Antes de 1914, ele tinha escrito um livro interessante intitulado: “O Socialismo contra o Estado”. Em 1914, torna-se ministro. Proclamou que era preciso defender, custe o que custar, cada parcela do poder obtido. A maior parte dos partidos sociais-democratas seguiram o mesmo raciocínio.

Kautsky codificava-o, no meio dos anos 1920, comentando o novo programa social-democrata, adoptado após a reunificação do SPD com o USPD: «Entre o governo da burguesia e o governo do proletariado instala-se um período de transição, geralmente caracterizado pela coligação de um com o outro.» [Karl Kautsky, *Die proletarische Revolution und ihr Programm*, J. H. W. Dietz Nachfolger Buchhandlung Vorwärts, Stuttgart Berlin 1922, p. 106 (tradução aproximativa), ndr]. A fórmula deve ser interpretada de acordo com a substância e não de uma maneira formal. Um governo de coligação com a burguesia é um governo de colaboração de classe institucionalizada. É um governo que aceita o consenso permanente com o Capital: não tocar nas estruturas essenciais do seu poder. Esta colaboração de classe e este consenso são independentes da presença de ministros burgueses no seio do governo. De facto, o governo que jogou, sem dúvida, o papel mais nefasto na história da social-democracia, o Conselho dos Comissários do Povo (Rat der Volksbeauftragte) alemão, de 1918-1919, após a saída dos comissários do USPD, era um governo social-democrata homogêneo, sem um só ministro burguês. Ele sufocou a revolução proletária, isolou a Rússia soviética, concluiu um acordo com a Reichswehr, protegeu o assassinato de milhares de proletários. Ele institucionalizou a colaboração de classe, de longa duração, entre o patronato e a burocracia sindical. Tudo isto para poder conquistar e conservar as «parcelas de poder», no quadro do Estado burguês.

Num momento de lucidez, o líder da esquerda social-democrata britânico, Aneurin Bevan, precisava portanto: «O objectivo não deve ser exercer o poder [a todo o preço, E.M.]. O objectivo deve ser exercer o poder para realizar o nosso programa.». Mais preciso ainda, o dirigente socialista americano Eugene V. Debs proclamou: «Mais vale votar pelo que se quer, sabendo bem que há poucas oportunidades de o obter [rapidamente, E.M.], que votar pelo que não se quer, sabendo que se obterá na hora certa». A maior parte dos dirigentes sociais-democratas não respeitaram muito estes sábios conselhos.

Léon Blum tinha o dom incontestável de formular de forma elegante as meias verdades, quer dizer, os sofismas. Ele inventou a famosa distinção entre o exercício do poder e a conquista do poder (não hesitou por outro lado identificar esta com a ditadura do proletariado). Mas escamoteou o facto de que o exercício do poder se efectuariá necessariamente no quadro do estado burguês. Ele não precisou pontualmente que

o exercício do poder implicaria consequentemente o consenso permanente com a burguesia, com tudo o que daí deriva.

O dirigente da direita social-democrata italiana, Filippo Turati, lançou outrora um suspiro desenganado: «Que o socialismo seria belo sem os socialistas!» A fórmula vale o que vale; aceitamo-la como tal. Pena é que a tenha pronunciado, pois ele ofereceu-se ao rei Victor Emmanuel III para participar num governo, ou seja dirigi-lo, «para barrar o caminho ao fascismo». Mas não se podia participar num tal governo sem co-dirigir o exército burguês, participar na defesa da ordem pública por vias repressivas (sem dúvida menos violentas que as dos fascistas, mas repressivas na mesma), participar na administração das colónias italianas, onde reinava o terror.

Pois a vontade do «exercício do poder» manifestou-se para a social-democracia, com algumas excepções, no quadro de Estados burgueses imperialistas. Estes tinham todas as relações exploradoras com os países do «Terceiro-Mundo». Alguns deles estavam na frente de Impérios coloniais que submeteram os povos do «Terceiro-Mundo» a regimes de sobre-exploração económica e de opressão política cruéis.

Era impossível manter o consenso com a burguesia imperialista, governar ou co-governar naquela base, sem partilhar a responsabilidade de administrar simultaneamente os Impérios coloniais, com tudo o que daí se deduz.

Ramsey MacDonald, líder do Independent Labour Party, na Grã-Bretanha, depois líder do Labour Party, colocou os pontos nos «is» desde antes de 1914. Num livro que fez sensação e cuja edição alemã foi dotada de uma introdução de Bernstein [James Ramsay MacDonald, *Socialism and Government*, 2 vol., Independent Labour Party, London 1909, (The Socialist Library, Bd. 8); *Sozialismus u. Regierung*, ed. par Eduard Bernstein, Eugen Diederichs, Jena 1912, ndr], ele defendeu teses revoltantes do ponto de vista socialista. Era preciso com certeza «democratizar» o Império britânico, mas também era preciso mantê-lo. E a «democratização» não comportaria outorgar os direitos democráticos e de auto-administração das «raças inferiores». Estas eram classificadas de serem incapazes de se governar por si mesmo. MacDonald defendia mesmo o regime pré-apartheid na África do Sul. Chegou até a justificar a segregação racial no sul dos Estados Unidos e a ausência dos direitos políticos dos Negros.

A prática foi conforme a ideologia. Logo que MacDonald se torna duas vezes primeiro-ministro da Grã-Bretanha, durante os anos 1920, manteve e defendeu o Império, aplicando algumas reformas insignificantes. Quando os povos colonizados começaram a revoltar-se para conquistar a independência nacional, os governos trabalhistas prolongaram a repressão, sangrenta começada sob os governos burgueses, ou desencadearam-na, por vezes, eles próprios.

A partir de 1945, o governo Attlee se desembaraçava prudentemente da Índia e da Palestina, causando por ali raivas na partilha. Mas, ao mesmo tempo, procurava esmagar militarmente a revolução na Indochina, as revoltas anti-coloniais na Malásia e no Quênia.

O governo da Frente Popular, em França, manteve mesmo o Império francês e a repressão que aquele implicava. Os governos franceses com participação ou sob a direcção social-democrata, a partir de 1944, desencadearam guerras coloniais numa grande escala na Indochina, na África do Norte, em



Era impossível manter o consenso com a burguesia imperialista, governar ou co-governar naquela base, sem partilhar a responsabilidade de administrar simultaneamente os Impérios coloniais, com tudo o que daí se deduz

Madagáscar. Os dirigentes sociais-democratas da Holanda agiram, do mesmo modo, na Indonésia.

Léon Blum procurou resumir a política e a estratégia social-democrata, por oposição à dos partidos comunistas, tanto antes do crescimento do estalinismo, como depois do seu desvendar, no título de um livro publicado em 1945: «À escala humana» [[Léon Blum, *A l'échelle humaine*, Gallimard, Paris 1945, ndr]. À escala humana, centenas de milhares de mortos causados pelas guerras coloniais e a manutenção da miséria no «Terceiro-Mundo»?

Certamente que todos aqueles horrores não passaram facilmente no seio da social-democracia internacional. Houve reticências, protestos, revoltas. O PS francês conheceu uma cisão como reacção à repressão sangrenta e às torturas na Argélia, co-organizada pelo «socialista» Lacoste e apoiada pelo líder «socialista» Guy Mollet. A esquerda trabalhista britânica opôs-se às guerras coloniais de Attlee; a esquerda do PS italiano recusou energicamente as guerras coloniais. A social-democracia sueca acordou um apoio discreto aos oprimidos em revolta. Mas estas foram reacções minoritárias, muito minoritárias. A responsabilidade histórica da social-democracia, no seu conjunto, é igualmente terrível, a este propósito. ()

DO «SOCIALISMO MUNICIPAL» AO «SOCIALISMO DAS NACIONALIZAÇÕES»

O socialista americano Daniel De Leon, muito admirado por Lenine, chamou aos burocratas reformistas «labor lieutenants do Capital», os tenentes operários do Capital. A fórmula está correcta se for respeitado cada termo.

Os burocratas reformistas não fazem parte da classe burguesa. Saíram da classe operária e das organizações do movimento operário. Defendem os seus interesses logo que institucionalizam a colaboração de classe. Estes interesses coincidem historicamente com a defesa da ordem burguesa. Não

correspondem necessariamente, em cada momento, à defesa dos interesses imediatos da maioria, ou seja, o conjunto da grande burguesia.

Os burocratas reformistas querem aumentar a sua “parte do bolo”. Este aumento implica alguns sacrifícios por parte da burguesia. Esta aprecia o facto dos líderes reformistas contribuírem para a estabilidade relativa da ordem burguesa. Mas, até que ponto, o preço a pagar se justifica aos seus olhos? A burguesia é bastante hesitante e dividida a este propósito. É por isso que, no período entre-as-duas-guerras, só houve uma participação governamental social-democrata por intermitência, salvo na Suécia e na Dinamarca.

Pelo contrário, os municípios administrados pela social-democracia estenderam-se a pouco e pouco. «Viena - a Vermelha» foi o seu modelo. Elas trouxeram uma melhoria incontestável da condição operária.

Uma nova etapa da administração do Estado burguês pela social-democracia foi superada desde o fim da segunda guerra mundial. Assiste-se à nacionalização de importantes ramos industriais na Grã-Bretanha, em França, em Itália, na Áustria, e do sector financeiro nos mesmo países (salvo a Grã-Bretanha). Na Bélgica, um banco de origem pública, a Caisse d'Épargne, tornou-se o principal instituto de depósito do país. Nesta evolução, a social-democracia jogou um papel de coresponsabilidade da iniciativa principal, na Grã-Bretanha e na Áustria. Assistiu-se assim a períodos muito mais prolongados de participação ministerial de governos sociais-democratas homogéneos, do que antes de 1940.

Simultaneamente com a extensão das nacionalizações, houve a generalização das leis da segurança social em quase todos os países onde a social-democracia participou no exercício do poder. Esta legislação contribuiu, por sua vez, para melhorar a condição operária, numa medida bem mais larga do que o «socialismo municipal».

Porque é que a burguesia esteve, desta vez, disposta a pagar tal preço? Ciente que estas transformações correspondiam aos seus interesses materiais próprios. Foi nomeadamente o caso da nacionalização dos sectores de matérias-primas e da energia que, em definitivo, foi uma forma de subvenções às indústrias de transformação e de exportação. Outras nacionalizações corresponderam ao princípio da «nacionalização das perdas».

Mas, fundamentalmente, tratavam-se de reformas que tendiam a amortizar os riscos de explosões sociais que acompanharam, nestes países o fim da segunda guerra mundial. Esta tinha exacerbado as contradições sociais e radicalizado as massas populares. A burguesia e as suas estruturas de poder saíram desacreditadas por todo o seu comportamento durante a guerra. Reformas radicais eram o mínimo preço a pagar para evitar a revolução. A social-democracia salvou o capitalismo como ela o fizera no fim da primeira guerra mundial. Desta vez, com a co-responsabilidade dos partidos estalinistas, na França, na Itália e na Grécia, com a responsabilidade principal deste últimos. Mas agora a burguesia era fortemente obrigada a pagar um preço muito mais elevado do que em 1918-1919, pelos serviços prestados. O período de expansão económica, a partir de 1949, facilitou a operação.

Por todas estas razões que explicam o desenvolvimento das reformas, a partir de 1944, é preciso acrescentar o peso da «guerra-fria». A burguesia era obrigada a criar uma situação sócio-política na Europa capitalista que deveria reduzir toda a atracção do «modelo» soviético estalinista e a sua exportação para a Europa do Leste. À excepção de alguns países da Europa do sul, ela tinha recursos materiais e políticos para aí chegar, com a ajuda dos dirigentes reformistas. Estes tinham aparentemente uma desculpa válida para se agarrar à carroça da burguesia imperialista engajada na «guerra fria». A burocracia soviética tinha suprimido as liberdades democráticas na Europa do Leste. Não ameaçaria fazer o mesmo na Europa Ocidental?

Ora a social-democracia obteve parcelas de poder e os seus privilégios na base da democracia parlamentar burguesa. Portanto, está realmente agarrada a esta e às liberdades democráticas que a acompanham, mesmo se estiver pronta a fazer-lhe algumas entorses, se a manutenção do consenso com a burguesia e da ordem burguesa o exigir. Por seu lado, as massas trabalhadoras estão profundamente ligadas às liberdades democráticas, apego que foi ainda reforçado no fim da segunda guerra mundial, depois da terrível experiência do fascismo.

Mas havia para os dirigentes sociais-democratas uma via aberta para recusar endossar a co-responsabilidade da «guerra fria» na Europa, evitando de todo o modelo estalinista: optar por um Estado operário fundado na democracia socialista pluralista mais ampla, com a manutenção e extensão das liberdades democráticas políticas. Recusaram deliberadamente esta escolha. Carregam, pelo mesmo facto, a responsabilidade de terem apoiado a «guerra fria» imperialista, salvo no que diz respeito aos países neutros.

Esta responsabilidade não é um peca-dilho. Ela implica nomeadamente a criação de corpos repressivos anti-operários e anti-greve, como os CRS, em França. Implica tentativas de quebrar as greves, quando os reformistas estão no poder. Implica a responsabilidade nas cisões sindicais, sobretudo em

França e em Itália, sob o cajado do sinistro Irving Brown, financiado pela CIA, cisão pela qual os partidos comunistas estalinistas e o Kremlin têm por outro motivo a sua parte de responsabilidade. Implica a participação na guerra da Coreia, que custou várias centenas de milhares de mortos, e que levou a humanidade até perto da guerra nuclear. Implica a responsabilidade da direita trabalhista no fabrico de armas nucleares na Grã-Bretanha.

Mas, sendo dito tudo isso, não deixa de ser menos verdadeiro que o período 1945-1970 produziu, na maior parte dos países da Europa capitalista, o maior aumento jamais conhecido do nível de vida das trabalhadoras e trabalhadores. A convicção que era útil e possível lutar por reformas, incluindo reformas radicais, estendeu-se aos sectores importantes da classe operária e à quase totalidade do movimento operário organizado. Os partidos comunistas adaptaram-se largamente. Mas, apesar do choque produzido pelo relatório de Krouchtchev, no XXo Congresso do PCUS, e do esmagamento militar da revolução húngara, esta evolução neo-social-democrata não os impediu de conservar em grande uma identidade própria e de se manterem hegemónicos no movimento operário em Itália, na França, em Espanha, em Portugal, na Grécia.

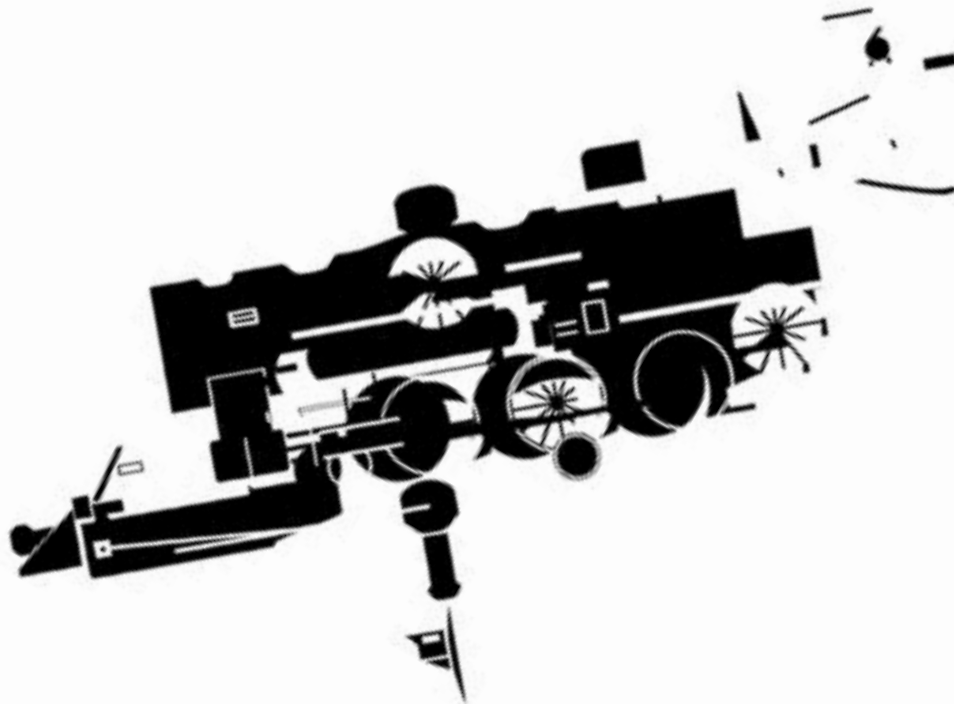
Estas duas últimas décadas e meia marcam então o apogeu da conquista de reformas e de luta por reformas ainda mais radicais. Pense-se no programa de reformas da estrutura anti-capitalista da esquerda renardista⁽¹¹⁾ e da esquerda socialista na Bélgica. Mas elas não desembocam numa aceitação pelas massas do capitalismo do Estado-Providência, como único modelo possível e sustentável. Desembocam ainda menos no desaparecimento permanente de acções de massa explosivas de grande envergadura, ou numa passividade crescente do proletariado.

Aqueles que assim raciocinaram, apesar da rabeçada da greve geral belga, em dezembro de 1960 - Janeiro de 1961, enganaram-se demasiadamente, tanto ao nível da análise como do prognóstico. Foram desmentidos com o estilhaço de maio de 1968, em França e com o Outono quente de 1969, em Itália.

É que a classe operária não tinha o sentimento que a melhoria das suas condições de vida e de trabalho eram produto da boa vontade ou da honestidade dos patrões. Considerava-a muito mais como resultado do seu próprio peso acrescido, nomeadamente no seio das empresas: pense-se no poder acrescentado das delegações sindicais, que incluiu formas elementares de controle operário. Via-a muitas vezes como produto das suas próprias lutas. Ela discerniu por instinto que o longo «boom» do pós-guerra, criando uma situação de quase pleno emprego, tinha desenvolvido relações de força Capital/Trabalho mais favoráveis do que nas duas décadas precedentes.

E sobretudo: o próprio crescimento económico, o desenvolvimento real das forças produtivas, quaisquer que sejam por outros motivos as suas recaídas negativas nomeadamente do ponto de vista ecológico, suscitavam necessidades novas para a massa da(o)s assalariada(o)s, necessidades que o regime era incapaz de satisfazer. Necessidades materiais, sem dúvida, mas também novas na qualidade do trabalho e da vida superior à do capitalismo do Estado-Providência.

As reivindicações ecológicas, feministas, auto-gestionárias, de democracia directa, de solidariedade com as lutas dos



Como a manutenção dos «municípios vermelhos» e dos postos ministeriais depende dos resultados eleitorais, ganhar as eleições praticamente a todo o preço torna-se, por sua vez, um objectivo em si

povos do «Terceiro-Mundo» avançaram massivamente, entre 1968 e 1975. Eram o belo e o bem das reivindicações de um modelo de sociedade superior à do capitalismo do Estado-Providência. O movimento operário organizado, nestas duas principais ramificações, o ramo social-democrata e o ramo dos partidos comunistas post-estalinistas, foi dado como incapaz de exprimir esta aspiração histórica durante os sete anos em questão. É o que permitiu o desenvolvimento, ainda que fosse modesto, de forças políticas à sua esquerda..

ADVENTO E DINÂMICA DO «SOCIALISMO GESTIONÁRIO»

O «socialismo municipal» e o «socialismo das nacionalizações» modificaram profundamente a composição social dos aparelhos reformistas. Estes recrutavam originalmente essencialmente no seio das organizações de massa do movimento operário com os quais estavam largamente identificados, segundo a lógica: a organização somos nós.

Mas a conquista dos municípios vermelhos conduziu a um recrutamento de administradores profissionais de repartições públicas ou mistas: repartições da electricidade, do gás, da água; de sociedades de transportes colectivos; sociedades de habitação e construção de residências, etc. Em certos países, juntaram-se-lhes administradores de hospitais e de instituições municipais do ensino, tal como instituições de assistência pública, seja administradores das caixas do desemprego, sobre as quais a burocracia sindical procurou estabelecer o seu embargo.

A esta vasta burocracia para-estatal juntou-se em seguida uma parte da burocracia das empresas nacionalizadas. A totalidade desta burocracia torna-se uma parte crescente do aparelho social-democrata. Pouco a pouco ela torna-se maioritária em relação aos burocratas saídos das organizações do movimento operário. Esta transformação levou a consequên-

cias importantes quanto aos objectivos prioritários defendidos pela social-democracia.

Os burocratas do sector público tinham uma mentalidade de funcionários. Eles tendiam a identificar-se com a função e não com a organização (o que lhes permitiu portanto exercer). O que procuraram, antes de tudo, era a estabilidade do emprego e da progressão. Daí dependiam os seus privilégios materiais. A justificação que invocaram, a favor desta nova motivação de apparatchiks sociais-democratas, foi a da competência profissional. Era preciso demonstrar que a social-democracia era capaz de uma melhor gestão que a dos pequenos burgueses. Era o argumento que pesava demasiado para os dirigentes sociais-democratas propostos para os municípios ou para os ministérios responsáveis pelas empresas nacionalizadas. Impôs-se progressivamente. Deu nascimento ao «socialismo gestor».

Esta evolução das prioridades levou progressivamente a transformações em vários domínios. A manutenção de posições políticas de poder que permitem fazer durar o exercício das funções administrativas torna-se, cada vez mais, um objectivo em si, separado do de reforçar a organização de que resultou entretanto. A «boa gestão» julgou-se, cada vez mais, por critérios «técnicos», independentemente dos seus efeitos sobre as condições de vida da(o)s assalariada(o)s. Mas como a manutenção dos «municípios vermelhos» e dos postos ministeriais depende dos resultados eleitorais, ganhar as eleições praticamente a todo o preço torna-se, por sua vez, um objectivo em si. Para caracterizar este novo comportamento, poder-se-ia parafrasear a fórmula de Bernstein: as eleições são tudo, o movimento nada é. Estas transformações só se impuseram gradualmente. A clientela eleitoral social-democrata ficou essencialmente a da(o)s assalariada(o)s. Era difícil recolher votos sem prometer ou oferecer alguma coisa em troca.

É verdade que o eleitoralismo e, sobretudo, a participação governamental prolongada, criaram também um fenómeno de clientelismo, de eleitores e eleitoras assistida(o)s, que dependem de subsídios e abonos do Estado e assim predisposta(o)s a votar naqueles que os distribuem. Todavia, os objectivos das reformas não desapareceram rapidamente das preocupações social-democratas.

Mesmo se, no seio do aparelho social-democrata, os funcionários do sector público se tornaram maioritários, no seio dos partidos socialistas, os aderentes tradicionais prevaleceram ainda por longo tempo. A defesa da organização, enquanto tal, continuou a predominar na direcção dos partidos. Os objectivos gestionários não deviam entrar em conflito com aquele objectivo.

Mas, gradualmente, este conflito precisou-se. Foi sobretudo o caso, depois da presença prolongada dos sociais-democratas no poder, que sucedeu no fim da escalada da contestação revolucionária de 1968-1975. Desde aí, assegurar a permanência no poder pelo preço de um enfraquecimento do partido tornou-se uma opção aceitável, pelo menos numa série de países. Uma nova concepção do partido exprimiu esta mudança, no melhor dos casos, explícito por Felipe Gonzalez, em Espanha, mas também por Neil Kinnock e John Smith, na Grã-Bretanha. O partido socialista era classificado de representar as suas eleitoras e eleitores e não os seus membros. Se as preocupações e decisões entrassem em conflito com o que os dirigentes consideravam ser, algumas vezes, as preocupações prioritárias do eleitorado, era preciso impô-las, como necessidade contra as dos membros, ou seja contra os seus interesses manifestos.

Os membros não eram papalvos, sobretudo logo que os seus interesses imediatos estivessem em jogo. Deixaram massivamente os partidos respectivos. Estes tornaram-se a sombra do que já tinham sido outrora.

A obsessão de ganhar as eleições a todo o preço não tendia para, em primeiro lugar, substituir uma política mais à direita por uma política reformista mais tradicional. Ela tendeu muito mais por uma transformação da vida política, por outro lado querida e seguida pela burguesia. A luta política foi «desideologizada», quer dizer, despolitizada. À confrontação de programas, de ideias, de projectos de sociedade, substituiu-se a confrontação de chefes. As agências de publicidade «lançaram» os candidatos como se lançam marcas de detergentes e dominaram, cada vez mais, as campanhas eleitorais. Falou-se, a este propósito, de uma penetração da «democracia das sondagens». Estas eram reputadas por determinar as preferências do eleitorado. Então, as personalidades mais ou menos carismáticas, as mais aptas a realizar as suas preferências, desprendiam-se, por assim dizer, automaticamente.

A realidade é de todo diferente. O eleitorado ficou dividido segundo os seus interesses, quer dizer as linhas de classes, opostos. Não foi pelo facto do seu carácter hipersimplificado e arbitrário, que as sondagens não exprimiram muito bem as verdadeiras preocupações de uns e de outros. O número elevado de abstenções indicou que o eleitorado não se reconheceu muito bem nesta nova maneira de conceber a política. E sobretudo: os candidatos escolhidos não foram os mais carismáticos ou os mais fotogénicos, para não dizer os mais competentes. A sua escolha resultou de querelas de clã e de

conflito de interesses, complexos e pouco transparentes, no seio dos partidos.

Trata-se, bem entendido, duma tendência e não de uma realidade generalizada. Os partidos sociais-democratas não se engajaram todos nesta via. Fortes contra-tendências manifestaram-se em numerosos países. Mas deve-se, apesar de tudo, constatar que uma tendência neste sentido marcou a social-democracia no seu conjunto, em diversos graus.

A SOCIAL-DEMOCRACIA GERA A LONGA DEPRESSÃO NUM CLIMA DE DINHEIRO FÁCIL

A social-democracia foi, de alguma maneira, herdeira da vaga de contestação revolucionária de 1968-1975. Como esta não tendeu para a vitória, uma parte substancial das massas reocuparam as suas esperanças de mudança radical por esperanças nas reformas. A social-democracia ofereceu-se para as prometer. Em Espanha, ela pôde oferecer a perspectiva de uma liquidação pacífica da ditadura. A maioria dos antigos «esquerdistas» aprovaram e interiorizaram esta escolha. Eles juntaram-se à movimentação social-democrata.

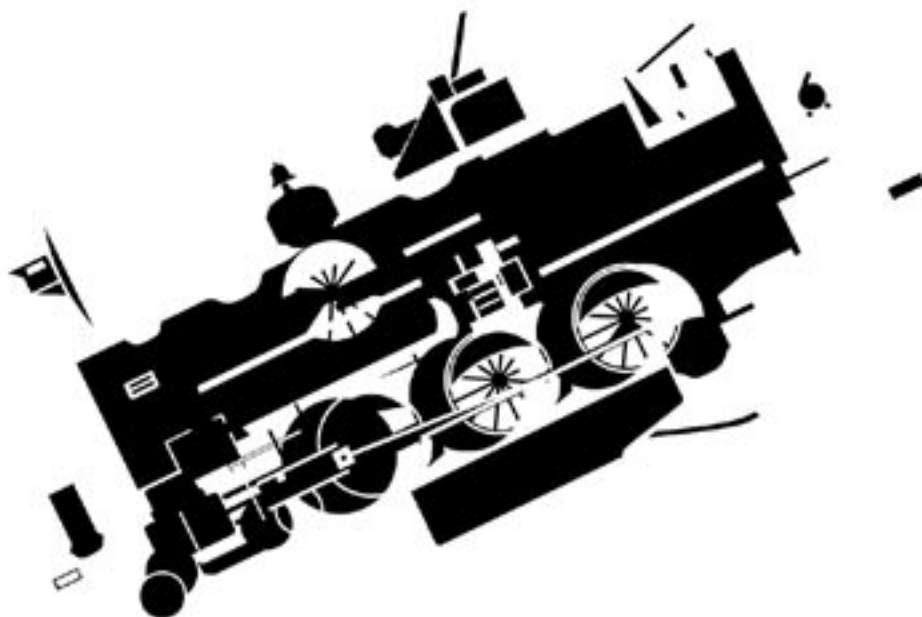
Os partidos socialistas puderam, desde logo, ostentar toda a sua ambição de parecer os melhores gestores da economia (entendamos: capitalista) e do Estado (entendamos: burguês) na medida em que eles ficaram no governo durante períodos prolongados.

Mas para sua infelicidade, o período depois de 1975 foi o de uma «onda longa depressiva» da economia capitalista internacional.⁽¹²⁾ Fechados na sua vontade de gerir a economia de modo puramente «técnico», os líderes socialistas abordaram a depressão sem qualquer projecto económico de conjunto, fundamentalmente diferente do projecto do Grande Capital. Durante muito tempo, obstinaram-se por outro lado a negar a depressão ou a minimizar a sua amplitude. Tudo isto, levou-os a endossar a política de austeridade proposta pela burguesia. Nos países onde estavam no poder, começaram muitas vezes a tomar a iniciativa para a pôr em marcha. As consequências foram graves para as massas trabalhadoras. Em Espanha, foram desastrosas. Sob o governo de Felipe Gonzalez, este país conheceu a taxa de desemprego mais elevada de toda a Europa.

A participação governamental de duração prolongada, depois de 1975, efectua-se pelos partidos socialistas num clima económico marcado, pela longa depressão, por uma persistência do hiperliquidado. A economia capitalista continua a ser caracterizada por uma taxa de endividamento crescente. A massa total dos capitais flutuantes atingiu uma amplitude colossal. Ela tornou-se largamente incontrolada e incontrolável.⁽¹³⁾

As mudanças sócio-económicas consideráveis derivam daí. Uma mentalidade de enriquecer rapidamente se espalhou em importantes sectores da grande e média burguesia. O aparecimento da camada de «yuppies» exprime-o em parte. Créditos à vontade, projectos assombrosos financiados com o dinheiro dos outros, tráficos de influência e luvas generalizadas escorrem deste clima. Nos partidos socialistas, prevaleceu a ideia: Já que todo a gente o faz, porque é que nós também não o faremos.

Uma segunda modificação da composição social favoreceu esta degradação dos costumes no seio da social-democracia. Atraídos pela longa participação governamental dos partidos socialistas, uma série de capitalistas, sobretudo os mé-



Numa sociedade onde, mais do que nunca, o dinheiro é rei, a tentação de se adoçar a si mesmo é muito grande. Certos dirigentes escapam-se muito bem e sucumbem. O caso mais típico é o do chefe do PS e primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi

dios, começaram a penetrar nos PS. O seu modo de agir foi substancialmente diferente dos tecnocratas. Lançaram-se, por vezes, nas operações de especulação de grande envergadura, esperando ser apoiados pelo poder. Thérét, em França, amigo de Mitterrand, Maxwell, na Grã-Bretanha, amigo de Harold Wilson, são casos típicos disso.

No início, a corrupção individual dos dirigentes socialistas não resulta destas práticas. Agiam essencialmente tendo em vista financiar as campanhas eleitorais e o aparelho do partido. A redução dramática dos efectivos acrescenta a pressão nesse sentido. Mas numa sociedade onde, mais do que nunca, o dinheiro é rei, a tentação de se adoçar a si mesmo é muito grande. Certos dirigentes escapam-se muito bem e sucumbem. O caso mais típico é o do chefe do PS italiano, antigo primeiro-ministro, Bettino Craxi.⁽¹⁴⁾

Os novos quadros sociais-democratas do tipo funcionários deram origem a líderes tecnocratas frios e autoritários, dos quais Jacques Delors e Craxi são os representantes típicos. Os novos quadros de origem «yuppie» caracterizam-se por hábitos pândegos e de esbanjamento dos dinheiros públicos. Jacques Attali e a sua gestão da Banca encarregada dos créditos para os países do Leste é o símbolo perfeito.

Uns e outros são indiferentes quanto aos efeitos do seu comportamento sobre as massas e o eleitorado. A experiência demonstrou que enganaram-se pesadamente a este propósito. É um desprezo pela inteligência das massas, não totalmente diferente do que caracterizou a burocracia estalinista.⁽¹⁵⁾ As massas sentem-lhe o instinto, como ressentem profundamente a escalada de corrupção que se instalou no seio dos partidos socialistas.

O resultado é dramático: um desprezo crescente pelos líderes destes partidos em numerosos países; um desprezo crescente pelos «homens políticos» em geral. Estes fenómenos agravam no imediato as tendências para a despolitização. Têm

o risco de criar um boião de cultura para extrema-direita. As reacções das massas, diante da corrupção que se instalou em numerosos partidos socialistas, são plenamente justificadas. Mas é preciso lembrar, sem cessar, que os partidos pequeno-burgueses, sem falar das ditaduras fascistas e militares, ainda são mais corrompidos. É preciso sobretudo lembrar que o Grande Capital é corruptor e que os corruptores são mais culpados que os corrompidos.

Mas as reacções das massas são, antes de tudo, determinadas pelos efeitos da política social-democrata sobre as suas condições de existência. A sua preocupação principal é a do desemprego, tal como o medo do desemprego. A prioridade principal nestas condições é de uma luta eficaz por uma redução da duração do trabalho sem redução do salário semanal: semana de 35 horas até mesmo de 32 horas. A recusa dos sociais-democratas de se engajarem nesta via é sem dúvida a causa fundamental da sua falência política, a causa fundamental do seu declínio na Europa.⁽¹⁶⁾

A DEBILIDADE DA CONTRA-CULTURA OPERÁRIA

Os efeitos da despolitização promovida pela social-democracia foram poderosamente reforçados pela debilidade da contra-cultura operária no decorrer das últimas décadas. O brusco desaparecimento do diário do PS austríaco «Arbeiterzeitung», durante muito tempo um dos melhores diários socialistas na Europa, um século depois da sua fundação, é a sua expressão simbólica.

Uma das conquistas principais do movimento operário de massa, em primeiro lugar, da social-democracia tradicional e, depois, dos partidos comunistas de massa, foi a organização de uma rede de instituições que imunizaram uma fracção importante da classe da(o)s assalariada(o)s contra a influência predominante da ideologia burguesa, ideologia inevitavelmente dominante no seio da sociedade burguesa.

A imprensa, as brochuras e os livros socialistas (mais tarde socialistas e comunistas) jogaram o papel principal a este respeito. Mas ao papel da imprensa, é preciso juntar o das instituições culturais como os grupos de teatro, os corais, as fanfarras adultas e jovens, os grupos desportivos, etc. Elas desenvolveram no seio das massas trabalhadoras as necessidades que a sociedade burguesa tinha sufocado. No seu livro «Introdução à Economia Política» (Einführung in die Nationalökonomie), Rosa Luxemburgo tinha insistido justamente sobre este verdadeiro papel civilizador do movimento operário organizado [Introduction à l'économie politique, com introdução de Ernest Mandel, Anthropos, Paris 1970, ndr].

Os diques assim construídos contra o oceano da ideologia burguesa eram sem dúvida frágeis. As ideias difundidas pela imprensa e as publicações socialistas eram a maior parte das vezes de uma vulgarização elementar. O conhecimento do marxismo era limitado. A ideologia social-democrata acarretava a influência e preconceitos pequeno-burgueses (pen-se-se nos preconceitos acerca das mulheres e das concepções sexuais). Mais tarde, a imprensa, publicações e instituições estalinianas e post-estalinianas fizeram o mesmo. Todavia, o efeito do conjunto limitou consideravelmente a influência ideológica directa da burguesia no seio do proletariado. O desenvolvimento da consciência de classe, da independência política de classe, da solidariedade operária, foi poderosamente estimulada.

A desintegração progressiva das redes de contra-cultura contribuiu poderosamente, do mesmo modo, para enfraquecer a politização da classe operária e para restringir o ar das reacções colectivas de classe. A sua interacção com as consequências novas da prática social-democrata é evidente. Esta regressão tem uma base objectiva: a reprivatização dos lazeres das massas jogou um papel preponderante. As redes da vida colectiva distenderam-se, do mesmo modo. Menos vida colectiva conduziu a menos consciência colectiva. Menos consciência colectiva desemboca em menos resistência contra a ideologia burguesa.

Não é necessário generalizar de maneira abusiva esta regressão. Importantes centros de vida colectiva subsistem, antes de tudo, no seio das empresas e dos sindicatos. A pressão dos interesses imediatos é em definitivo maior que a das mistificações ideológicas. A amplitude das reacções de massa testemunham-no.

Por outra via, é possível reconstituir as redes de contra-cultura. Os grupos cristãos de base apareceram consideravelmente numa série de países: na Europa sobretudo ancorados na solidariedade com o «Terceiro-Mundo», nos países do «Terceiro-Mundo», também eles, sobretudo em torno das necessidades imediatas dos pobres. A problemática ecológica, feminista, anti-racista, anti-fascista, a luta contra a marginalização, presta-se hoje numa série de países da Europa.

Mas o que continua verdade, é que os partidos sociais-democratas não são mais os centros organizadores deste renascimento possível e necessário da contra-cultura operária e popular. Ela efectuar-se-á essencialmente fora deles.

CRISE DE IDENTIDADE

Prisioneira da sua viragem tecnocrática, corroída pelas suas revisões e abandonos doutrinários sucessivos, assombrada

pelas suas derrotas eleitorais, partida pelo forte castigo da sua perda de audiência popular, atravessada por profundas divisões internas, a social-democracia conhece uma profunda crise de identidade. A sua confusão ideológica dá pena de ver.

Exprime-se, em primeiro lugar, por uma incapacidade de reconhecer os principais aspectos da realidade, tal e qual ela é, e os desafios que ela lhe lança assim como para todas as tendências da esquerda. Diante de cada um destes problemas, a social-democracia adopta posições profundamente influenciadas pelas da burguesia, sofrendo ainda mais de incoerência e perdendo uma boa parte da sua credibilidade em consequência da contradição flagrante entre as palavras e os actos ⁽¹⁷⁾.

Qual é a natureza do sistema económico, ou sócio-económico, no qual nós vivemos? Muitos dos dirigentes e ideólogos sociais-democratas negam que ele seja capitalista. O capitalismo seria coisa do passado. O Estado-Providência seria um sistema «de economia mista». ⁽¹⁸⁾

É uma simples querela semântica? Absolutamente, não. Admitindo nós que o vitelo dourado continua de pé, afirmamos ao mesmo tempo que as leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista determinam sempre as grandes tendências da evolução económica. Isto implica nomeadamente a inevitabilidade das crises periódicas da sobre-produção. Isto implica a inevitabilidade da escalada do desemprego. Não estamos enganados a este propósito, ou a social-democracia virou as costas à realidade? Paradoxalmente, no mesmo momento em que a social-democracia nunca sabe como definir a sociedade na qual se insere, os capitalistas, e não poucos, chamam gato a um gato e capitalismo ao capitalismo. ⁽¹⁹⁾

A política de austeridade, proposta conjuntamente pelos partidos burgueses e partidos socialistas, não corresponde pontualmente a uma fatalidade técnica incontornável. A prioridade acordada na luta contra a inflação, pagando o preço de uma regressão social, não é a única forma possível de parar a inflação. Ela é a única que corresponde aos interesses do Capital: revestir a taxa de lucro, encorajar a acumulação de capitais.

A necessária «abertura ao mundo», quer dizer a rejeição da autarcia, não implica muito bem o respeito das normas impostas pelo FMI e o Banco Mundial. Há outras formas possíveis de cooperação internacional além das que favorecem os grandes bancos e as multinacionais. Estas soluções de mudança correspondem aos interesses das massas trabalhadoras. Afirmar que elas são «irrealizáveis» nada tem de científico. É, no melhor dos casos, um preconceito dogmático, no pior dos casos, uma capitulação diante dos interesses da burguesia.

A incoerência estoura quando se examina de mais perto o funcionamento real da economia internacional. Bem longe de ser gerida pelas «leis do mercado», ela é gerida pelas leis da «concorrência monopolista» onde inumeráveis rendimentos são assegurados por obstáculos sistemáticos à sacrossanta «livre concorrência».

A afirmação tantas vezes repetida por ministros socialistas que «não há dinheiro» para combater eficazmente o desemprego, vista a amplitude do deficit orçamental, não tem nenhum fundamento científico. Exactamente o contrário é que é verdadeiro. Vista a amplitude das despesas públicas, é possível redistribuí-las radicalmente a favor do restabelecimento do pleno emprego, sem aumentar o deficit orçamental, melhor,



A afirmação tantas vezes repetida por ministros socialistas que «não há dinheiro» para combater eficazmente o desemprego, vista a amplitude do deficit orçamental, não tem nenhum fundamento científico. Exactamente o contrário é que é verdadeiro

reduzindo-o mesmo. É verdade que isto implicaria uma redução draconiana da dívida interna, por exemplo reduzindo a 1% o interesse sobre os títulos desta dívida, salvo para os pequenos portadores. Uma redução draconiana das despesas militares e dos corpos de repressão serviria o mesmo objectivo. Não é o dinheiro que falta. O que falta é a vontade de reorganizar as despesas públicas no interesse das massas trabalhadoras, oposta à do Capital.

É uma verdade de La Palice que as despesas da saúde e as despesas do ensino são «à la longue» as mais produtivas, mesmo do ponto de vista estritamente económico, sem falar do ponto de vista social. Mas os governos com participação socialista estão em vias de reduzir estas despesas. O governo da Holanda acaba de operar uma viragem radical nesse sentido (20). A prioridade não é a de reduzir o deficit orçamental ou «a explosão» das despesas da saúde.⁽²¹⁾ A prioridade é reduzir o deficit orçamental sem recolocar em questão o consenso com a burguesia.

Os líderes sociais-democratas replicam algumas vezes que não há uma maioria de eleitoras e eleitores pronta a pronunciar-se a favor de uma tal política de mudança. Admitimos, ainda que a tese não tenha sido demonstrada: o desemprego e o medo do desemprego ocupam um lugar preponderante nas preocupações. Mas mesmo que os líderes sociais-democratas tenham razão, a resposta é evidente. Vista a importância decisiva do restabelecimento do pleno emprego nas condições actuais, não é preferível bater-se na oposição pela realização deste objectivo, combinando acções extra-parlamentares e agitação pré-eleitoral, com a esperança de conquistar a maioria num futuro previsível? Comprometer os socialistas nas políticas governamentais, que mantêm e alargam o desemprego, é jogar a carta do mal maior, não a do mal menor?

O desemprego estrutural em expansão é um cancro que não corrói somente o bem-estar da(o)s assalariada(o)s. É também

uma ameaça crescente da escalada do fascismo. Este alimenta-se da extensão da «sociedade dual», do desenvolvimento de camadas de marginalizada(o)s e de desqualificada(o)s. Nada que nos países imperialistas se possa estimar o número real de desempregados actuais em 50 milhões.⁽²²⁾ Este número corre o risco de atingir um novo «bond» antes mesmo da próxima recessão.

Os dirigentes sociais-democratas são sinceramente opostos ao neofascismo, que ameaça fazê-los desaparecer politicamente ou mesmo fisicamente. Já no decorrer dos anos 30, Albert Einstein, socialista muito moderado, mas mesmo assim socialista, tinha afirmado: não se pode combater eficazmente o fascismo sem se eliminar o desemprego. Ele não tinha culpa. Mas presos na tenaz entre as suas proclamações antifascistas e a sua obsessão de não romper a nenhum preço o consenso com a burguesia, os dirigentes reformistas optam definitivamente a favor do segundo imperativo. É realista? Não é muito mais suicidário?

Recentemente, uma verdadeira revolta operária produziu-se em Crotone, na Itália meridional, contra o encerramento da última fábrica importante da região. Manobrando para fragmentar a revolta, o governo, incluindo ministros socialistas, condenaram a «violência operária». Mas eis que o arcebispo de Crotone, ele, se solidariza com os operários e as suas famílias. Fê-lo certamente por motivos que nós não temos que partilhar. Mas, mesmo assim, o arcebispo proclamou que é inadmissível que o bem dos operários e a sobrevivência de toda uma região estejam subordinados aos imperativos da rentabilidade e do lucro.⁽²³⁾ Espectáculo aflitivo: eis um arcebispo que formula contra os ministros socialistas princípios socialistas elementares.

A luta pelas 35 horas até mesmo pelas 32 horas, a luta contra a prática das multinacionais que fazem chantagem à exportação do emprego, só pode ser conduzida eficazmen-

te à escala internacional. Os dirigentes sociais-democratas afirmam-se guerreiros entusiastas da unificação europeia. Mas quando se trata de ripostar às multinacionais e às suas ameaças de deslocalizar os centros de produção, é «o sagrado egoísmo nacional» que prevalece. Cada governo com participação socialista, pelo contrário, encoraja as multinacionais nesta via excedendo as concessões. O resultado é sabido, como no passado, o desemprego aumentará em todo o lado. Isto é a «realpolitik»? Não é muito mais uma política de gafafunhos?

O desenvolvimento do desemprego, da «sociedade dual», do medo das camadas operárias mais desfavorecidas de caírem ainda mais baixo na escala social, favorecendo o desenvolvimento de reacções racistas e xenófobas. A extrema-direita explora-os sistematicamente. A direita «respeitosa» faz-lhe concessões não menos sistemáticas. Mas eis que os sociais-democratas se orientam na mesma via por motivos basicamente eleitoralistas. Eles também querem limitar a imigração, reprimir os imigrantes, submeter a um regime especial os que não são «de origem». Mesmo que elas sejam mais moderados na matéria que a direita, o que é que isso tem ainda de comum com os valores socialistas tradicionais?

No «Terceiro-Mundo», a barbárie estende-se diante dos nossos olhos. Contam-se 1,2 milhões de pobres. A fome tomou dimensões tais, que em Angola, por exemplo, fenómenos de canibalismo espalham-se.⁽²⁴⁾ No Brasil, uma nova «raça» de pigmeus nasceu no Nordeste, pelo efeito acumulado de várias gerações tendo aumentado a desnutrição. Segundo a UNCTAD, instituição da ONU, a pobreza não cessa de se estender na América Latina.⁽²⁵⁾ Segundo a UNICEF, outra instância da ONU, em cada ano 16 milhões de crianças morrem no «Terceiro-Mundo» como consequência da fome e das doenças facilmente transmissíveis.

Os ministros sociais-democratas (primeiros-ministros e antigos primeiros-ministros, como foi Willy Brandt) denunciam estes horrores com mais ou menos pertinência. Mas no exercício da sua função, eles seguem a regra: laissez faire, laissez passer. Mesmo o objectivo mínimo de consagrar 1% dos recursos nacionais à dita «ajuda ao Terceiro-Mundo» (nove em cada dez, na realidade, uma ajuda às indústrias nacionais de exportação) não é praticamente realizada em parte alguma. Não é uma questão de anular a dívida (incluindo o serviço da dívida) do «Terceiro-Mundo» para o Ocidente. Não é uma questão de reverter a evolução dos termos da troca, fonte de pilhagem permanente do «Terceiro-Mundo». Ainda uma vez mais: o que é que isto tem de comum com os valores socialistas elementares?

Para reencontrar uma identidade ideológica que seja tão pouco coerente, os líderes socialistas reagiram. Citemos o francês Michel Rocard, o dirigente dos sindicatos FGTB, o flamengo Robert Voor Hamme, o ex-esquerdista espanhol Sole Tura e sobretudo Tony Benn, o mais sincero da lista, sem dúvida.⁽²⁶⁾

Mas a incoerência doutrinal persiste. Propõe-se um retorno à solidariedade, mas não uma solidariedade sem margens. Querer um suplemento de solidariedade, conservando a profissão de fé a favor da economia de mercado, logo do lucro, é pretender a quadratura do círculo.⁽²⁷⁾ Os imperativos da política de austeridade não são recolocados em questão, salvo por Tony Benn.

Para completar o quadro, é preciso juntar-lhe as manifestações de aberração ideológica da direita.⁽²⁸⁾ O professor Sachs e outros *Chicago Boys* consideram que a aplicação da política do FMI no Peru e no Chile (tal como na Polónia!) é um êxito: a inflação foi estrangulada. Mas a que preço do desemprego e da pobreza massiva?⁽²⁹⁾ O papa desencadeou uma verdadeira cruzada contra o controle dos nascimentos e a utilização de preservativos. Vista a extensão da SIDA, é de uma irresponsabilidade total. Alexandre Soljenitsyne desencadeia um ataque em regra contra as ideias do século das luzes. Segundo ele, estas ideias seriam responsáveis pelo desaparecimento dos princípios éticos da prática política e social.⁽³⁰⁾ É uma falsificação histórica que equivale àquela produzida pelo estalinismo. Assim então, as dezenas de milhões de mortos causados pelas Cruzadas, pelo Tratado dos Negros, pela exterminação dos Índios, pelos massacres das comadres (ditas «bruxas»), pela Inquisição, pelo emprego do trabalho de escravos nas plantações, pelas guerras de religião (um quarto da população alemã eliminada), pelas guerras dinásticas, todos fenómenos anteriores ao século das Luzes teriam sido produto de práticas políticas e sociais dominadas por princípios éticos?

Uma série de Prémios Nobel retornam ao misticismo e tornam a ciência responsável por todos os males da nossa época.⁽³¹⁾ É preciso lembrar-lhes que, antes do desenvolvimento da ciência moderna, um quarto da população da Europa morreu de peste no século XV? Na época das pandemias em pleno desenvolvimento, que como a cólera e a tuberculose estão directamente ligadas ao desenvolvimento da pobreza pelo mundo, trata-se realmente de uma nova «traição dos clérigos».

Mas o facto é que há aberrações ideológicas bem piores que a confusão ideológica social-democrata e não torna este muito mais operacional. Ele não permite suplantar muito a crise de credibilidade da social-democracia. ()

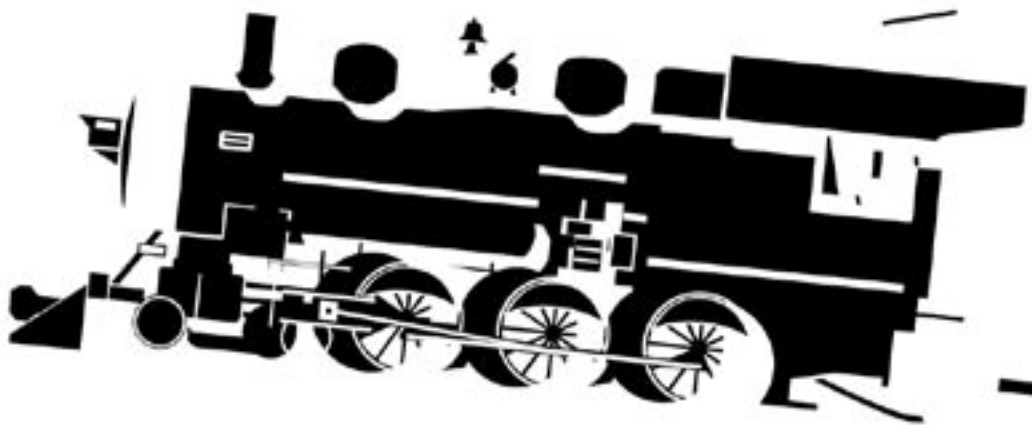
UM FUTURO INCERTO

Após o 4 de Agosto de 1914, Rosa Luxemburgo qualificou a social-democracia maioritária de direita de «cadáver fedorento». Ela não se enganou em matéria de odor. Esta é ainda menos sedutora na nossa época do que na de Rosa. Mas ela enganou-se no que diz respeito à sobrevivência da social-democracia. Esta continua bem viva 80 anos depois deste diagnóstico erróneo, mesmo que seriamente enfraquecida numa série de países.

Esta sobrevivência explica-se fundamentalmente por três razões.

Apesar do isolamento da Rússia soviética, um país atrasado de facto pelo revés parcial⁽³²⁾ da revolução internacional 1919-1923, causado aliás em grande parte pela própria direita social-democrata. É necessário acrescentar-lhe a incapacidade crescente dos partidos comunistas de minar de facto a hegemonia da social-democracia no seio do movimento operário de um importante número de países, a partir de metade dos anos 20, com importantes excepções como a França, a Itália e Espanha.

Em segundo lugar, a social-democracia conservou no essencial as suas bases no seio do movimento operário organizado, mesmo se estes estiverem seriamente enfraquecidos. O caso da Nova Zelândia, onde o conjunto do movimento sindical rompeu os seus laços com o Labour Party ultra-direitista, é



Mais importante que a evolução eleitoral é entretanto a evolução organizacional. Todos os partidos sociais-democratas ficaram muito enfraquecidos quanto ao número de filiados, sem falar da sua implantação nas empresas, incluindo as dos serviços públicos

no momento a exceção e não a regra. A tentativa suicidária de John Smith de romper a ligação orgânica do Labour britânico com os sindicatos não é um ponto assegurado de sucesso. Se os sindicatos espanhóis, franceses, suecos, belgas, mantiverem em parte as suas distâncias relativamente à social-democracia, não há até ao momento nenhuma ruptura.

A própria natureza da social-democracia explica a permanência destas bases. Para poder granjear as vantagens que ela instiga, o aparelho social-democrata, mesmo na sua fase presente de degenerescência, deve conservar um mínimo de autonomia face ao Grande Capital. Mitterrand, Felipe Gonzalez, Mário Soares, Neil Kinnock e John Smith, Rau, Scharfing e Lafontaine, Guy Spitaels e Willy Claes, não são o mesmo que os Agnelli, os Schneider, os Empains, os Wallenberg, os Thyssen, os senhores da Indosuez, os mestres da City.⁽³³⁾ ()

A terceira razão da sobrevivência da social-democracia, é a pertinência relativa do argumento do mal menor aos olhos das massas. Estas continuam a pensar que Kinnock e John Smith valem um pouco mais que Thatcher e Major; que Mitterrand e Rocard não são em todos os pontos iguais a Giscard, Chirac e Balladur; que Scharfing, Rau e Lafontaine valem um pouco mais que Helmut Kohl; que Felipe Gonzalez não é igual ao seu adversário de centro-direita; mesmo se as diferenças entre todas estas personagens e as medidas práticas que eles aplicam tendem a esbater-se com todas as consequências graves que daí resultam.

Se os marxistas revolucionários rejeitam a lógica do mal menor, não é certo que eles prefiram a do mal maior. As reacções das massas que explicam em boa parte a sobrevivência da social-democracia, nas condições presentes, inserem-se na crise geral da credibilidade do socialismo. Aos olhos das massas, nem o reformismo social-democrata, nem o estalinismo e o post-estalinismo conseguiram criar uma sociedade sem exploração, opressão e violência massivas. À sua esquerda

não surgiu uma terceira componente do movimento operário, suficientemente forte para ser considerada como politicamente credível num futuro previsível.

Nestas condições, as massas reagem ao mais premente, sem se orientarem para as soluções sociais de conjunto, para um «outro modelo de sociedade». As suas reacções são, bastante vezes, muito amplas, mesmo mais amplas que no passado.⁽³⁴⁾ Mas são reacções do tipo defensivo, fragmentárias e descontínuas. Elas são, por isso, mais facilmente recuperáveis. No plano eleitoral, não há nenhum ponto de tendência geral que prevaleça. ()

Mais importante que a evolução eleitoral é entretanto a evolução organizacional. Todos os partidos sociais-democratas ficaram muito enfraquecidos quanto ao número de filiados, sem falar da sua implantação nas empresas, incluindo as dos serviços públicos. Dois dentre eles conheceram cisões, fossem elas insignificantes. A do Labour Party britânico, claramente cisão à direita, conduziu no essencial a uma fusão dos cisionistas com o Partido Liberal. As do PS francês conduziu ao «Movimento dos Cidadãos» de J.-P. Chevènement, com uma dinâmica ainda incerta.

Mas sobretudo em dois países, a Itália e a ex-RDA, surgiram à esquerda da social-democracia partidos de massa, o Partido da Refundação Comunista e o PDS com um eco certo nas camadas não negligenciáveis de assalariada(o)s e de eleitoras e eleitores. Ainda é prematuro pronunciar sobre o devir destes dois partidos. Mas eles constituem no momento um desafio de massas à esquerda da social-democracia (e aos neo-reformistas post-estalinistas) como não se conheceu após longo tempo. ()

Nestas condições, os marxistas revolucionários devem combinar relativamente à social-democracia uma «cultura de contestação radical» e uma «cultura de diálogo», para empregar termos na moda.

«Cultura de contestação radical», significa, no plano prático, recusar toda a concessão à lógica do «mal menor» eleitoral e governamental, o que implicaria uma aceitação, mesmo que limitada, de medidas de austeridade, restrições às liberdades democráticas, toda a concessão à xenofobia e ao racismo. Significa, dar prioridade, em todas as circunstâncias, à defesa dos interesses e aspirações imediatas das massas, ao desenvolvimento sem entraves das suas iniciativas, à sua mobilização, às suas lutas, à sua auto-organização, sem as subordinar a um qualquer «objectivo superior» escolhido e imposto de maneira autoritária e verticalista.

«Cultura de contestação radical», significa também no plano propagandista, apresentar um objectivo sócio-político de conjunto tão concreto e estruturado quanto possível. Significa refutar todas as «inovações teóricas» da social-democracia e dos neo-reformistas, «inovações» que são noventa e nove por cento recuos até à velhas posições pré-marxistas com pelo menos mais de 150 anos.

Isto significa defender vigorosamente o conhecimento do marxismo, mas de um marxismo aberto, crítico e autocrítico, que está pronto a reexaminar tudo à luz dos factos, mas não irreflectidamente, não de maneira não científica, não sem olhar a realidade no seu conjunto. Os marxistas revolucionários não têm, nem a arrogância de ter resposta para tudo, nem a pretensão de não se enganar sobre nada. Mas eles não estão prontos a deitar fora a criança com a água do seu banho. O conhecimento teórico e moral permanece considerável. Ele merece ser defendido com vigor.

«Cultura de diálogo», significa engajar com a social-democracia, toda a ala que se preste, incluindo os partidos no seu conjunto, em debates e confrontações que tenham por objectivo facilitar acções comuns no interesse de classe da(o)s assalariada(o)s e da(o)s oprimida(o)s.

Estas operações são certamente facilitadas por uma modificação na relações de força o que tornaria demasiado custosa a sua recusa peremptória por parte dos reformistas. Elas podem facilitar as diferenciações no seio da social-democracia. Mas independentemente desta lógica, é necessário bater-se de maneira resoluta para que o diálogo se engaje e prossiga, para que uma «terceira componente» do movimento operário organizado seja reconhecida, de facto, à esquerda da social-democracia e dos partidos neo-reformistas.

Este objectivo não é, nem tático, nem conjuntural. É estratégico e de longa duração. Está estreitamente ligado à nossa concepção fundamental de auto-organização do proletariado, que desemboca na nossa concepção da tomada do poder. ()

Combinar estas duas «culturas», eis a tarefa dos marxistas revolucionários hoje relativamente à social-democracia.

21 de setembro de 1993

* Ernest Mandel (1923-1995) foi dirigente da IV Internacional desde o pós-guerra e um dos mais reputados economistas marxistas do século XX, tendo dedicado a sua vida à divulgação e organização de correntes políticas marxistas revolucionárias e à oposição aos regimes estalinistas. Os seus dados biográficos e lista de obras publicadas podem ser consultados em www.ernestmandel.org

Tradução de António José André

NOTAS

1. A legislação social permite estender às camadas mais fracas e menos organizadas de assalariada(o)s as conquistas que os sectores mais fortes podem conquistar para si.
2. Há, sem dúvida, uma tradição oposta no seio do movimento operário, mas ela manteve-se muito minoritária, à excepção de alguns países.
3. O livro de Eduard Bernstein "Evolutionary Socialism" (Socialismo Evolucionista) apareceu em 1899.
4. A contra-revolução de 1965 causou certamente a morte de um milhão de pessoas na Indonésia.
5. A forma como se organizou a amnistia dos torcionários das ditaduras chilena e argentina está em dívida sobre este assunto.
6. O infeliz Allende e o general Prats – que o apoiava – acreditavam, até ao último minuto, na «tradição constitucional» dos chefes do exército. Como eles não queriam «desunir», até introduziram quatro no seio do governo de Unidade Popular. Pagaram esta ilusão com a sua própria vida. Cf. Carlos Prats, *Il soldado di Allende*, Roma 1987.
7. Sobretudo em "Reforma e Revolução". E, nos seus escritos sobre a greve de massas, Trotsky fez o mesmo em "Balanço e Perspectivas" e Gramsci nos seus escritos em Ordine Nuovo.
8. De um ponto de vista marxista a redistribuição do rendimento nacional não deve ser confundida com a «redistribuição da mais-valia». Por definição, toda a parte do rendimento nacional que vá para os salários directos e indirectos faz parte do capital variável e não da mais-valia.
9. Lembramos sobre este assunto a acção exemplar da(o)s assalariada(o)s sueca(o)s, em 1905, para impedir a burguesia deste país a não obrigar pela força o povo norueguês a renunciar à independência nacional; as greves de solidariedade dos trabalhadores de Berlim e de Viena para com a jovem Rússia soviética, em janeiro de 1918, contra a paz de rapina imposta pelo imperialismo alemão e austríaco, em Brest-Litovsk; a mobilização geral da classe operária e do movimento operário britânico, em 1920, para impedir uma intervenção militar na Polónia a fim de esmagar o Exército Vermelho e a Rússia dos soviets; a grande mobilização da classe operária internacional incluindo a soviética no apoio aos trabalhadores espanhóis, em 1936; a mobilização entusiástica da classe operária cubana para com Angola e Etiópia contra os bandidos semi-fascistas, luta verdadeiramente desviada pela direcção castrista, no caso da Etiópia, para o apoio a uma ditadura militar repressiva e indefensável.
10. No seu livro «Democracia Nova», publicada em 1940, Mao defendeu a ideia de um Estado (e, por conseguinte, também de um exército) em parte proletário e em parte não-proletário. Mas a sua prática opôs-se a esta teoria. Ele manteve de facto a independência do seu exército, o que em definitivo permitiu a vitória da revolução chinesa. Só, no decorrer da revolução cultural, ele rectificou finalmente o seu tiro teórico e admitiu que a República Popular da China fosse, desde a sua proclamação em 1949, uma ditadura do proletariado (nós acrescentaremos: muito burocrática, desde o início). Mas entretanto, na Indonésia, a direcção do PC adoptava a teoria da «Democracia Nova» com o pleno apoio de Mao. Eles consideraram o exército do general Suharto como um exército de duas classes. Pagaram por este erro com a sua vida e a vida de inúmeros comunistas, operários, intelectuais e camponeses pobres.
11. [Do nome do dirigente sindicalista socialista valão, fundador do movimento popular valão, André Renard (1911-1962) ndr.]
12. Sobre este assunto, ver a nossa obra "The Long Waves of Capitalist Development" "Ondes larges du développement capitaliste", cuja edição em língua francesa, prevista nas Edições Page Deux de Lausanne, é sempre uma contribuição essencial de Ernest Mandel para a crítica marxista da economia política, para uma apresentação em língua francesa desta teoria e da sua aplicação à análise do capitalismo actual, cf. Claudio Katz, *Étape, fase e crises (ou as singularidades do capitalismo actual)*, Inprecor n° 478/479 janeiro-fevereiro 2003. ndr].

13. Ver o artigo: "Maastricht: autópsia de um contratempo", Inprecór n.º 372 setembro 1993.

14. Enzo Biaggi, "La disfatta De Nenni e Compagni a Craxi e Compagnia", Rizzoli, Milão 1993, trata em detalhe o caso Craxi. O nosso camarada Hans-Jürgen Schulz tratou do escândalo mais limitado, mas análogo, da cooperativa de habitação leste-alemã controlada pelos aparatchiks do SPD: Die Ausplünderung der Neuen Heimat, Frankfurt/M. 1987, isp-Verlag, (isp-pocket 28).

15. Nós não acreditamos, que as massas nunca se enganem. Mas o mesmo reparo aplica-se igualmente para os entendidos, tecnocratas, ideólogos e chefes políticos. Que as massas têm muitas vezes razão contra todos aqueles, eis o que bem ilustra o caso do Chile. Mesmo que, no dia do golpe de Pinochet, as massas reclamassem armas - e elas tinham-nas reclamado, também em vão, nas semanas precedentes - os chefes responderam: "Ficai nas fábricas e não vos deixai provocar". Conhece-se a consequência.

16. [Acrescentamos a esse propósito, que, mesmo quando a social-democracia decidiu finalmente impor a semana das 35 horas, tal como o governo de Lionel Jospin em França, depois de 1997, ela fê-lo no quadro do seu apego ao consenso com o Grande Capital. As "leis d'Aubry" do governo Jospin misturaram sabiamente a redução do tempos de trabalho e a modificação das condições de trabalho no sentido da intensificação do esforço da(o)s assalariada(o)s. Estas leis aprovadas só tiveram um brando impacto na redução do desemprego. Sentindo-se vigarizada(o)s, a(o)s assalariada(o)s não votaram a favor daquele que pretendia ser o "seu benfeitor" nas presidenciais de 2002 ndr.]

17. Para bem assinalar a nuance cada vez mais reduzida entre o centro-esquerda e o centro-direita, o SPD escolheu como novo Geschäftsführer (espécie de secretário-geral) um ex-dirigente do partido liberal FDP. Em França, num livro que fez sensação, Edwy Plenel revelou a utilização dos serviços secretos e os atentados às liberdades democráticas praticadas pelo Eliseu contra Mitterrand.

18. As fórmulas de "capitalismo organizado", "capitalismo de Estado", "capitalismo monopolista" não são mais do que paráfrases da "economia mista". Sob a capa de uma linguagem "marxista", todas elas pressupõem, contra a opinião explícita de Marx, que possa haver um "capitalismo" sem que as leis de desenvolvimento deste sistema continuem em vigor. Todos os dirigentes da social-democracia proclamam peremptoriamente que o reino do mercado é "inevitável". Trata-se somente de limitar os "excessos".

19. É especialmente o caso de Agnelli, chefe da FIAT, e do lord Lawson, ex-ministro de M. Thatcher (Republica de 4 setembro 1993, The Times de 1 setembro 1993).

20. Le Monde de 13 setembro 1993. Até que ponto o aumento e não a redução das despesas com o ensino é urgente, eis o que se retira de um relatório do Serviço Educacional de Testes de Princeton. Ele revela que quase metade dos adultos, nos Estados Unidos, são iletrados ou semi-iletrados (Time ma-

gazine, 20 de setembro 1993).

21. A explosão com as despesas da saúde é muito mais acentuada nos Estados Unidos, onde o sistema de saúde é maioritariamente privado (Le Monde de 14 de setembro 1993).

22. Os números oficiais do desemprego são bastante inferiores à realidade, porque eles não incluem as/os excluída(o)s dos lucros do seguro/desemprego, muitas vezes iniciativa de ministros «socialistas».

23. Stampa de 8 setembro 1993 e II Manifesto de 11 setembro 1993.

24. L'Unita de 17 setembro 1993.

25. Segundo um recente relatório do Banco Mundial, no fim dos anos 1980, 20 % da(o)s habitantes mais pobres da América Latina só recebiam 4 % do rendimento nacional, 32 % viviam abaixo do nível da pobreza contra 22 %, dez anos mais cedo.

26. Ver: Le Figaro de 1 de Julho de 1993 para Rocard, o artigo de Sole Tura no El Pais, reproduzido no De Morgen de 30 Abril 1993, o artigo de Robert Voor Hamme no De Morgen de 3 de Abril 1993.

27. Rocard fala de forma vaga e mistificadora de um "vasto movimento aberto e moderno, extrovertido, rico na sua diversidade e mesmo encorajando-o, um movimento que federa todos aqueles que partilham os mesmos valores de solidariedade, o mesmo objectivo de transformação" (Figaro de 1 Julho de 1993). "Valores de solidariedade" sem que sejam colocadas em questão as leis do mercado e da rentabilidade? Façam-nos um desenho!"

28. O recorde foi batido por Helmut Kohl que prega o prolongamento da duração do trabalho anual como remédio para a causa, quer dizer, do desemprego!

29. No Chile, sob o regime neo-liberal, o rendimento de habitante, per capita, diminuiu 15. As despesas com a saúde baixaram de 29 dólares por habitante, em 1973, para 11 dólares, em 1988. 20 % da população recebe 81 % do rendimento mínimo nacional.

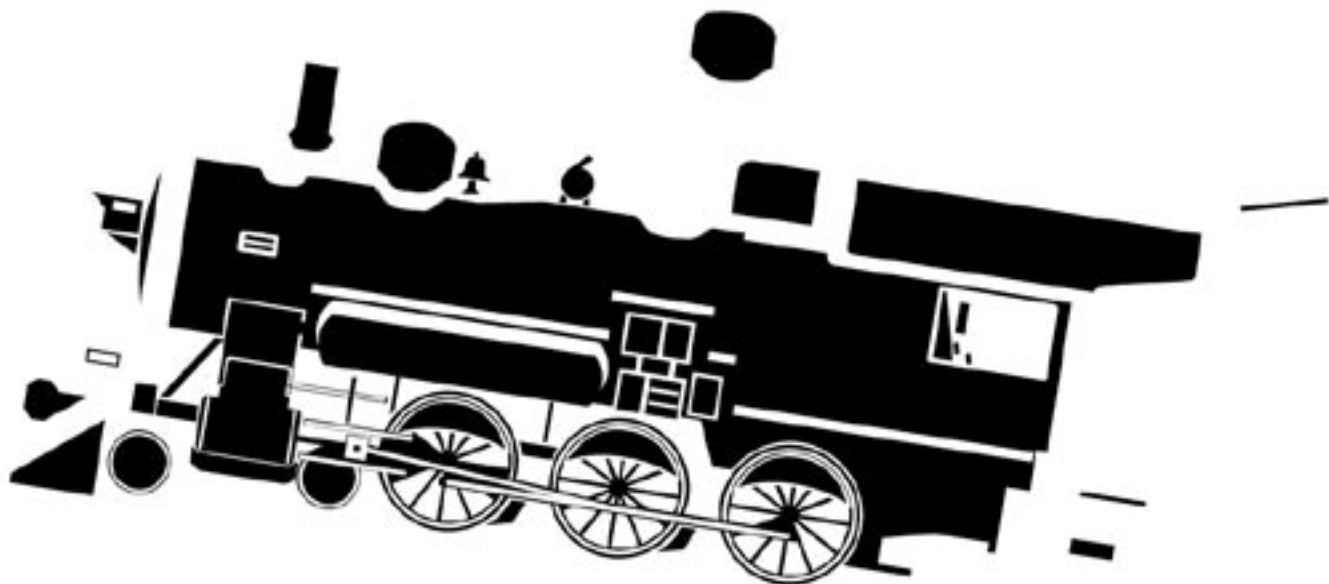
30. Die Zeit (semanário) de 17 setembro de 1993.

31. Ver o livro "Il Ccranio di Ccristonballo Evoluzione della specie e spiritua-lismo de Giacomo Scarpelli (Bollati Boruighieri, Turim 1993).

32. Falamos de um revés parcial, porque as lutas de classe internacionais, mesmo assim, contribuíram fortemente para a sobrevivência da Rússia dos soviets.

33. Segundo o Sunday Telegraph, sete antigos ministros conservadores entraram nos conselhos de administração de grandes trusts da City: os lordes Prior, Moore, Young, Walher, Lawson, Fowler e Lamond.

34. Entre os amplos movimentos de massa mencionamos as manifestações contra os mísseis Pershing, na Holanda e na Bélgica, sem dúvida as mais amplas na história destes países; as impressionantes manifestações de massa anti-austeridade na Itália e, num contexto político diferente, o milhão de mulheres que saíram à rua, nos Estados Unidos, para defender o direito ao aborto contra um veredicto do Supremo Tribunal.



MAR DE CINZAS

JAIME PINHO*

ILUSTRAÇÃO DE RICARDO LAFUENTE

ARDERAM CERCA DE 300 MIL HECTARES DE FLORESTA EM PORTUGAL NESTE VERÃO. DE ACORDO COM O RELATÓRIO PROVISÓRIO DA DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS, PUBLICADO EM OUTUBRO, A ÁREA ARDIDA É MAIS DO DOBRO DO QUE EM 2004 E REPRESENTA UM NOVO RECORD.

SEGUNDO O GENERAL RESPONSÁVEL MÁXIMO DA AUTORIDADE NACIONAL PARA OS FOGOS FLORESTAIS, O PROBLEMA FOI QUE “OS INCÊNDIOS PROPAGARAM-SE COM MAIS RAPIDEZ QUE O HABITUAL”...

A VIAGEM COMEÇA. Dentro de pouco, quando começar a subida para a serra, e se ultrapassarem os últimos terrenos cultivados da aldeia, entra-se num mar de cinzas. O cheiro a terra queimada acompanhar-nos-á durante as próximas horas de viagem. De um lado e outro da estrada, ainda se vêem troncos a arder, raízes a arder, no meio de dezenas, centenas de milhar de árvores queimadas de pé, num cenário que esmaga, provoca angústia e sobressalto.

A primeira aldeia que se avista nesta imensidão está atarrantada, um misto de impotência e revolta permite ainda assim perceber: as pessoas não esperam nada do Estado, do governo ou da câmara. O Estado não chega ali! O Estado não serve para nada, não é de confiança. As oliveiras, as pastagens das cabras, os poucos pinheiros e eucaliptos que não são das Companhias de Celulose, numa palavra, a sua economia, as suas economias, já não existem. Ficaram sem nada. E só talvez o facto de já antes dos incêndios não terem quase nada explica um aparente desinteresse com que encaram as perdas.

Durante os dias que o fogo se passeou por aquelas encostas à volta, subindo e descendo as serras, impunemente, passando primeiro por um lado da aldeia, regressando dois dias depois pelo lado que restava, as pessoas da aldeia praticamente desistiram de um combate absolutamente ineficaz. Ninguém com o mínimo de poder e de meios se chegou ali. Só houve um helicóptero durante uma hora, se tanto, durante um dia. E noutro dia um avião, igualmente cerca de uma hora, para ajudar a desviar o fogo que se aproximava das casas. De resto, o helicóptero seria mesmo de uma Companhia de Celulose, mais interessado nos eucaliptais e pinhais da empresa.



Retoma-se a viagem. A serra a seguir ultrapassa já os mil metros de altitude.

O primeiro plano é a encosta em frente, do outro lado do rio Paiva. Tudo ardido! As serras formam um ondulado, até se perder o horizonte. Até onde a vista alcança – tudo ardido, tudo queimado! Roda-se o olhar, uma, várias voltas completas – o mesmo cenário. Um mar de cinzas.

E é talvez na descida da serra, quando a estrada é uma linha livre no meio das cinzas, que a dimensão da catástrofe ambiental do verão de 2005 ganha contornos. Uma ave, um falcão, segundo parece, cruza à frente do carro, rodopia, a uns 5 metros de altura, segue à frente por uns momentos, numa atitude insólita. Desespero? À procura das crias? Tentativa de suicídio? Quando desaparece, espera-o o interminável mar de cinzas.

E assim por várias regiões do país. Habitats de aves e de todos os animais selvagens estão feitos em cinzas. Depois dos esforços de salvamento das colmeias, as abelhas, devido aos incêndios, ficaram sem comida, pelo que provavelmente virão a morrer.

Ao contrário dos relativamente pequenos que sucediam até há poucos anos, os incêndios de 2005 são enormes, dias seguidos a lavar, empurrados pelos ventos. Cerca de 100 destes incêndios que fustigaram o país queimaram áreas superiores a 500 hectares. Os animais não têm para onde ir, as crias ficaram para trás. As pessoas, essas serão abandonadas naquele cenário, sem seguros que as compensem, sem solidariedade, ainda mais pobres, respirando aqueles gases e as poeiras cinzentas, as águas contaminadas.

POR DETRÁS DO FUMO

E no entanto, do próprio fogo que vai vencendo todos os obstáculos, há lições a tirar.

A primeira e mais óbvia é a constatação de que se salvaram as aldeias principais, que constituem oásis no meio da desolação. Os anéis de campos agrícolas e de pastagens que rodeiam estes agregados populacionais foram suficientes para travar o fogo. Nesses redutos, onde há pessoas que ainda conseguem fazer agricultura de subsistência, o fogo praticamente não entrou. É a desertificação humana, a falta de apoios e incentivos à agricultura familiar que ligue as pessoas à terra, uma das principais razões para a dimensão insuportável destes incêndios. Falta uma estratégia para o sector agro-florestal, o que facilita o abandono das áreas agrícolas, de pastagens e florestais. Essas pessoas tinham (e têm) um papel decisivo no controle da situação, ou pelo menos na capacidade de desviar a rota do fogo, poupando as casas. São elas que conhecem a geografia da zona, os caminhos estratégicos, os obstáculos naturais que podem permitir ganhos de tempo preciosos. Com meia dúzia de enxadas e muita sabedoria, houve comunidades aldeãs que conseguiram evitar o pior. Em que pequenos grupos de pessoas conseguiram enfrentar o fogo de igual para igual, em que o conhecimento profundo do local foi a única coisa que lhes valeu.

Escusado será dizer que o Estado não dá nenhum valor a esta gente, que não há educação ambiental/ florestal partilhada, que a arrogância das autoridades não permite aprender nada com quem sabe coisas essenciais. Daí a ausência do Estado no aconselhamento das populações, no apoio à criação

Não foi Mira Amaral, ministro de Cavaco Silva, que lançou o slogan de que “o eucalipto é o petróleo verde do país”? O estado lavou as mãos e o país ficou à mercê das Companhias da Celulose. E quantos governantes dos partidos do Bloco Central rodopiam entre a administração destas companhias e a administração do próprio Estado?

de associações de produtores com acesso a fundos comunitários baseados em projectos com sustentabilidade.

A inversão da política agrícola, que trave o abandono da agricultura e a sua substituição por monocultura florestal é assim uma prioridade.

“PETRÓLEO VERDE”: O FIM DO MITO

Em segundo lugar vem o desordenamento da floresta. Enquanto que outrora a diversidade das matas de espécies autóctones funcionava como travão dos incêndios, a actual monocultura de pinheiros e eucaliptos (espécies de elevada combustibilidade) arrasa a biodiversidade. Em rigor, não é floresta o que eles fazem, mas antes “povoamentos industriais”. O mosaico paisagístico dos espaços rurais está a ser destruído. O investimento na investigação sobre o melhoramento das espécies indígenas foi preterido e a investigação apoiada pelo Estado virou-se quase totalmente para o eucalipto. Não foi Mira Amaral, ministro de Cavaco Silva, que lançou o slogan de que “o eucalipto é o petróleo verde do país”? O Estado lavou as mãos e o país ficou à mercê das Companhias da Celulose. E quantos governantes dos partidos do Bloco Central rodopiam entre a administração destas companhias e a administração do próprio Estado?

As matas de carvalhos, freixos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, muito menos combustíveis e que se autodefendem do fogo, dadas as características da vegetação rasteira que quase desaparece, sofreram neste verão um ataque feroz. Já isoladas e economicamente desvalorizadas, muitas sucumbiram, total ou parcialmente. Onde está uma política sensata de reflorestação destas matas imprescindíveis, onde estão os apoios a estas espécies, contra o império das celulosas?

As zonas húmidas, formadas no fundo dos vales, muitas vezes com um rio ou riacho, com a vegetação de salgueiros, amieiros e outras folhosas pouco combustíveis, encontram-se seriamente debilitadas. A invasão dos eucaliptos não respeita as mínimas normas de ordenamento florestal. Os eucaliptos conduzem o fogo por entre estes ecossistemas fundamentais, saltando com paradoxal facilidade para o outro lado do vale, sendo praticamente impossível controlá-lo. Em vez de o extinguir, as zonas húmidas, ao serviço das celulosas, transformaram-se em eucaliptais e veículos de passagem dos incêndios.

Em terceiro lugar, há que referir a incompetência e a negligência do próprio Estado. A começar pelas matas que estão sob a sua responsabilidade. As leis, elaboradas sobretudo a partir de 1981 (!) estiveram espartilhadas por inúmeros diplomas até 2004, primeiro passo para o seu incumprimento. Foi o que se passou com as obrigações legais de limpeza das fai-

xas de protecção das edificações. O Estado continua a falhar, governo atrás de governo, no planeamento e ordenamento florestal, nas diversas escalas do território. As políticas no sector conduziram ao quase desaparecimento dos serviços estatais vocacionados para a gestão florestal, quando o que era preciso era a sua reestruturação. O cadastro das propriedades foi sempre adiado. As técnicas de prevenção, desenvolvidas ou adaptadas a Portugal por universidades, nomeadamente a UTAD, o ISA e a Universidade de Coimbra foram desprezadas. É o caso dos “fogos controlados” estratégicos em épocas mais húmidas, os “sistemas de prevenção e detecção de incêndios”. Os simulacros para melhoramento da actuação imediata e a organização dos postos de comando não passam do papel... ou são feitos para inglês ver. A estrutura da propriedade fundiária não foi corrigida em favor da floresta e dos pequenos e médios proprietários ou herdeiros, que se vêem impotentes e sem recursos financeiros para fazer a tal gestão activa de que os ministros falam em tom ameaçador, do alto dos gabinetes.

Perante o descalabro, não se vislumbra nada de sério e coerente. Onde estão implementadas as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação para a recuperação das áreas ardidas e sua extensão ‘as áreas não ardidas, elaboradas desde 2004? Para quando a reorganização dos serviços florestais, com admissão de técnicos qualificados e restante pessoal? E as equipas de sapadores florestais – quando passarão a ser levadas a sério? Para quando a conclusão e aplicação dos Planos de Ordenamento e Gestão Florestal? Quando se deixam de desculpas, agora que toda a gente sabe que as alterações climáticas e as secas prolongadas vieram para ficar?

De igual modo, as câmaras municipais. Quantas têm em funcionamento as Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, que devem obrigatoriamente congrega todas as entidades relacionadas? Onde estão os Gabinetes Técnicos Florestais dignos desse nome? Para já não falar do descalabro que é a política de construção de habitações desordenadas, dispersas, que nos momentos decisivos absorvem os bombeiros, que têm instruções para defender as casas e deixar arder tudo o resto!?

Leis e pessoas conscientes de que Portugal está transformado, em vastas regiões, num manto de pólvora não faltam. O que faz falta é desmascarar esses políticos que trabalham para as celulosas. Que só aparecem para exhibir pateticamente a sua incompetência no “ataque aos fogos” quando o país que supostamente deveriam defender recomeça a transformar-se em cinzas.

* Jaime Pinho é professor e dirigente do Bloco de Esquerda

jaimepinho@combate.info

1905 ENSAIO GERAL PARA UM SÉCULO DE REVOLUÇÕES

ANTÓNIO LOUÇÃ*

ILUSTRAÇÕES DE JOSÉ FEITOR

A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1905 DUROU, COMO O PREC, MAIS DE UM ANO. O SEU PONTO CULMINANTE FOI A GREVE GERAL DE OUTUBRO, QUE AGORA COMPLETA 100 ANOS. MUITAS VEZES SE LHE TEM CHAMADO O “ENSAIO GERAL” PARA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917. NA VERDADE, FOI MUITO MAIS DO QUE ISSO: FOI A PRIMEIRA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA DO SÉCULO E A PREFIGURAÇÃO DE MUITAS OUTRAS QUE ESTAVAM PARA VIR. E ESTÃO.

APRENDER A FALAR RUSSO

A Rússia do século XIX era considerada o grande baluarte da reacção. Um inspector da polícia, por sinal irmão do dirigente social-democrata Plekhanov, dizia achar mais provável a erupção de um vulcão no centro de Moscovo do que a abertura de uma crise revolucionária.

País imenso e imensamente atrasado, a Rússia tinha empreendido uma reforma da propriedade feudal que ainda agravava a situação dos camponeses: constrangidos a comprarem as terras onde viviam, tinham-se afogado em dívidas. Só em Agosto de 1904 um pacote legislativo tentara antecipar-se à revolução abolindo as dívidas resultantes dessa reforma. E, já agora, abolira também os castigos corporais que a nobreza até aí pudera infligir aos camponeses.

A greve alastrou às centrais eléctricas, aos transportes públicos, às tipografias. Em 8 de Janeiro, havia 200.000 trabalhadores paralisados. No dia seguinte, aproveitou-se o domingo para organizar uma manifestação e apresentar ao czar as queixas que estavam a alvoroçar a sociedade.

O regime político permanecera impermeável à vaga de revoluções desencadeada em 1848 na Europa: o czar mandava no governo e na igreja, sem eleições, sem parlamento e sem nenhuma constituição que lhe limitasse o poder. O desenho institucional da monarquia era, segundo o historiador François-Xavier Coquin, uma mistura de absolutismo oitocentista com cesaro-papismo bizantino. Confiado na sua autoridade absoluta, o regime arrastara o país para uma guerra com o Japão. Dispostos a morrerem cegamente pelo czar, os camponeses fardados rapidamente tiveram de constatar que ele estava disposto a sacrificá-los com a maior leviandade.

O movimento operário parecia reflectir igualmente este ambiente de atraso geral. Acabados de sair do campo, os operários de primeira geração tinham começado nos últimos anos antes da revolução a formular algumas tímidas reivindicações. Mas, como não sabiam o que era um sindicato nem alguma vez tinham feito uma greve, canalizavam essas reivindicações

pela via das organizações de Zubatov, um sujeito controlado pela polícia, e depois por intermédio de um demagogo com alguma audácia, o padre Gapone. Assim como o proletariado era uma minoria, rodeada por um oceano camponês, também o partido marxista russo era uma pequena vanguarda dentro de um proletariado sem experiência de luta.

Os partidos europeus da Segunda Internacional olhavam para esta realidade com sobranceria. O maior de todos, a social-democracia alemã, julgava-se apta a dar lições aos restantes e, ocasionalmente, admitia que as suas rotinas conservadoras podiam ser contrabalançadas com experiências vindas da Inglaterra, o “laboratório da Revolução Industrial”, ou da França, o país da “Grande Revolução” de 1789-1793. August Bebel, o líder social-democrata alemão, incitava mesmo os seus camaradas a aprenderem francês – uma metáfora para incitá-los a aprenderem, num país de obediência e disciplina, o valor da revolução.



O cortejo pacífico de famílias operárias foi recebido diante do Palácio de Inverno pela guarda imperial – a tiro. A fuzilaria prolongou-se durante várias horas e causou um número de mortes indeterminado. As estimativas mais modestas apontam para 200. Era o “Domingo Sangrento”

Mas, para surpresa de todos, o verdadeiro sinónimo da aprendizagem revolucionária ia tornar-se, nos anos seguintes, a linguagem balbuciada pelos operários russos acabados de sair do campo.

DAS SÚPLICAS À REVOLTA

O ano de 1904 concluiu-se com um desastre militar russo, a queda de Port Arthur em mãos dos japoneses, e com um facto a que poucos atribuíram importância na altura: o despedimento de 4 operários na grande fábrica de armas de Putilov. Em 3 de Janeiro, este facto aparentemente anódino deu origem a uma greve total da grande fábrica com 13.000 trabalhadores. Nos dias seguintes, a greve alastrou às centrais eléctricas, aos transportes públicos, às tipografias. Em 8 de Janeiro, havia 200.000 trabalhadores paralisados. No dia seguinte, aproveitou-se o domingo para organizar uma

manifestação e apresentar ao czar as queixas que estavam a alvoroçar a sociedade.

A manifestação foi encabeçada pelo padre Gapone; o texto destinado ao czar era redigido na linguagem suplicante dos servos e não na linguagem combativa do proletariado (vd. caixa na próxima página). Por baixo dessa forma, emergiam contudo as principais reivindicações do momento: jornada de 8 horas diárias, aumento de salários, passagem da terra para as mãos dos camponeses, amnistia para os presos políticos, separação entre a Igreja e o Estado, Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal. O cortejo pacífico de famílias operárias foi recebido diante do Palácio de Inverno pela guarda imperial – a tiro. A fuzilaria prolongou-se durante várias horas e causou um número de mortes indeterminado. As estimativas mais modestas apontam para 200. Era o “Domingo Sangrento”.



Gapone fez distribuir um manifesto, amaldiçoando os soldados que disparavam sobre o povo e libertando todos os outros do dever de obediência aos seus oficiais. Mas a vanguarda operária não quis ficar-se pelos perdões e maldições: assaltou os armeiros da cidade e deu os primeiros sinais de resistência

EXCERTOS DA PETIÇÃO AO CZAR EM 9 JANEIRO 1905

“Soberano, nós, os operários, as nossas mulheres e os nossos velhos, os nossos pais, viemos à tua presença, soberano, para pedir justiça e protecção. Estamos reduzidos à miséria, somos oprimidos, esmagados por um trabalho superior às nossas forças, somos injuriados, não se nos quer reconhecer como homens, somos tratados como escravos condenados a sofrerem o seu destino e a calarem-se. Esperámos com paciência, mas cada vez mais se nos empurra para o abismo da indigência, da servidão e da ignorância. O despotismo e a arbitrariedade esmagam-nos, afogamo-nos. Faltam-nos as forças, soberano! Chegou-se ao limite da paciência; para nós, este é o momento terrível em que a morte vale mais do que o prolongamento de tormentos insuportáveis (...)”

“Ordena e jura satisfazê-las [as nossas reivindicações] e tornarás a Rússia forte gloriosa, gravarás para sempre o teu nome nos nossos corações, nos corações dos nossos filhos e netos. Se recusares ouvir a nossa súplica, vamos morrer aqui, nesta praça, em frente do teu palácio. Não há outra saída para nós, não temos motivo para procurá-la noutro lugar. Só restam dois caminhos à nossa frente: para a liberdade e a felicidade, ou para o túmulo. Mostra-nos, soberano, qual devemos escolher. Vamos segui-lo sem replicar, mesmo que seja o caminho da morte. Sacrifique-se a nossa vida pela Rússia esgotada em tormentos. Não lamentaremos este sacrifício; oferecemo-lo de boa vontade.”

Entre as massas, a estupefacção deu lugar à cólera. Gapone fez distribuir um manifesto, amaldiçoando os soldados que disparavam sobre o povo e libertando todos os outros do dever de obediência aos seus oficiais. Mas a vanguarda operária não quis ficar-se pelos perdões e maldições: assaltou os armeiros da cidade e deu os primeiros sinais de resistência. A greve alastrou a outras cidades do império russo e a autocracia só conseguiu fazer-lhe face com novos massacres de centenas de pessoas, nomeadamente em Riga e em Varsóvia.

Em 13 de Janeiro os operários começaram a voltar ao trabalho. No dia 17 voltaram também os de São Petersburgo. Mas os meses seguintes continuaram a ser de grande agitação: em 18 de Abril (o 1º de Maio no calendário russo de então) realizaram-se grandes manifestações nas principais cidades da Polónia e da Ucrânia. Delas resultou em Lodz uma greve geral com características insurreccionais.

No ambiente geral, qualquer faúlha dava lugar a incêndios inesperados. O menor passo em falso por parte das autoridades produzia consequências imprevistas. Em Maio, em Ivano-vo-Vosnesensk, o maior centro têxtil da região moscovita, o inspector de trabalho fez eleger 100 delegados operários como “comissões de porta-vozes” para dialogarem com o patronato. Estes, reunidos entre si, criaram o primeiro soviete da revolução. Em Odessa iniciou-se em 13 de Junho uma greve geral que coincidiu com o motim a bordo do couraçado Potemkine. A faúlha foi, neste caso, uma refeição de carne estragada que os oficiais destinavam aos marinheiros. O navio foi tomado e o reforço que trouxe à greve de Odessa, durante um breve momento, chegou a criar expectativas de vitória. Enfim, em Setembro, uma outra faúlha foi o primeiro passo para a greve geral: os tipógrafos de Moscovo reivindicaram que lhes pagassem as vírgulas e os pontos finais como lhes pagavam os restantes caracteres. Mas à greve geral de Outubro voltaremos mais adiante.

DA SOBRANCERIA À DEMAGOGIA

Dois dias depois do “Domingo Sangrento”, o conselho de ministros do czar tinha uma reunião agendada. Realizou-a na data prevista, sem qualquer antecipação devida ao banho de sangue. O então ministro das Finanças, Witte, propôs que se discutisse a forma de evitar no futuro desgraças semelhantes. A proposta foi recusada, porque não estava na ordem de trabalhos do conselho debruçar-se sobre os acontecimentos de domingo... A mesma arrogância autocrática transparecia na atitude do czar, uma semana depois, ao anunciar que estava



Em Odessa iniciou-se em 13 de Junho uma greve geral que coincidiu com o motim a bordo do couraçado Potemkine. A faúlha foi, neste caso, uma refeição de carne estragada que os oficiais destinavam aos marinheiros

disposto a “perdoar” aos seus súbditos pelo transtorno que tinham trazido à tranquilidade pública.

Mas a mobilização revolucionária que persistiu nos meses seguintes obrigou o governo a renunciar a esta atitude autista. Já não bastava derramar copiosamente o sangue da população nas principais cidades do império: era necessário juntar, ao chicote da repressão, a cenoura da demagogia. Em 6 de Agosto, o czar promulgou um manifesto anunciando a criação da que ficou conhecida como a “Duma Bulyguine”. Tentava-se criar desse modo um arremedo de instituição par-

lamentar, que confundisse o movimento revolucionário, mas sem pagar qualquer preço. O poder do czar, nomeadamente, não deveria sofrer limitações e a Duma poderia ser dissolvida por ele em qualquer momento. Além disso, o modo de eleição da Duma não tinha nada a ver com o sufrágio universal; havia uma combinação do voto por ordens (típico dos regimes aristocráticos) com o voto censitário (típico dos regimes plutocráticos). Os operários não podiam votar.

Tentar pôr de pé um organismo tão aberrante, e ainda por cima durante um período revolucionário, era naturalmente irrealista. Os partidos operários e também o principal partido

O prestígio do soviete de São Petersburgo criou um efeito de imitação. Durante o Outono, conhecem-se cerca de 40 que foram eleitos nos principais centros urbanos do país, incluindo o de Moscovo – o mais radical

camponês (“socialista-revolucionário”) boicotaram abertamente a “Duma Bulyguine”. O sucesso do boicote anunciava o segundo assalto da revolução. E foi já com este segundo assalto em plena evolução que o manifesto de 17 de Outubro veio substituir o de 6 de Agosto. Agora reconhecia-se a necessidade de pagar um preço e de fazer promessas com alguma substância: atribuía-se à Duma o poder de aprovar ou rejeitar as leis, iniciava-se a separação entre a Igreja e o Estado, anunciavam-se eleições em que todas as classes poderiam votar (embora com votos de valores diversos) e insinuava-se que proximamente passaria a vigorar o sufrágio universal. Para pôr em prática esta política de concessões, o conde de Witte era nomeado primeiro-ministro. Mas o movimento revolucionário tinha ainda uma palavra a dizer.

DA GREVE GERAL À INSURREIÇÃO

Em 19 de Setembro, a greve dos tipógrafos, pela redução do horário de trabalho e pelo pagamento dos sinais de pontuação, paralisou por duas semanas a publicação de jornais em Moscovo. No dia 25, ela deu origem a confrontos sangrentos e, no dia 27, a uma paralisação quase geral. A partir de 7 de Outubro, a greve passou a contar com a decisiva participação dos ferroviários. No dia seguinte, começou a correr um boato sem fundamento: os delegados ferroviários teriam sido presos. O boato veio lançar lenha na fogueira e em breve havia um milhão e meio de grevistas em todo o país. De cabeça perdida, o general Trepov, à frente das operações repressivas, ordenava que não se disparasse para o ar nem se poupassem munições.

No calor da luta, surgia entretanto mais um soviete – o de São Petersburgo, que iria ter um papel decisivo na revolução. Era composto por 562 delegados, entre os quais se contavam figuras notáveis como o presidente Jorge Nosar (Jrustalev), o jovem Trotsky e, um pouco mais tarde, o talentoso mas pouco fiável Alexander Helphand (Parvus). Eleito como direcção da greve geral, o soviete de São Petersburgo em momento algum

fez da greve um fim em si e sempre evitou desgastá-la em meras acções de protesto, que não podiam conduzir à luta pelo poder. Assim, em 26 de Outubro suspendeu a greve geral, para passar a outras formas de luta mais prometedoras. Uma das tarefas prioritárias era, nesse momento, a organização de uma milícia operária: a ocorrência de 150 pogroms em três semanas, com milhares de vítimas mortais, mostrava como a contra-revolução punha as garras de fora assim que o inimigo lhe parecia enfraquecido.

O prestígio do soviete de São Petersburgo criou um efeito de imitação. Durante o Outono, conhecem-se cerca de 40 que foram eleitos nos principais centros urbanos do país, incluindo o de Moscovo – o mais radical. Nem sempre as lutas redundaram na criação de organizações conselhistas como esta: em 26 de Outubro, uma revolta na base naval de Kronstadt criou uma situação caótica e deu azo a novos pogroms, que o governo aproveitou para justificar a repressão dois dias depois. Noutros casos, uma combinação entre circunstâncias mais favoráveis e antecedentes de experiência política mais rica permitiram novos saltos organizativos: em meados de Novembro, criou-se em Sebastopol o primeiro soviete de marinheiros, na sequência de uma revolta a bordo do cruzador Otchakov – aquilo que Trotsky considera “um dos maiores acontecimentos do grande ano”.

Entretanto o soviete de São Petersburgo voltara a convocar a greve geral para impedir que os insurrectos de Kronstadt fossem enviados a tribunal marcial, com uma condenação à morte em perspectiva. E voltara a brandir a ameaça da greve, desta vez da greve ferroviária, para impedir a execução de uma sentença capital contra o comandante da fortaleza de Kuchka, acusado de fazer propaganda revolucionária. Em ambos os casos teve sucesso. A estes sucessos acresciam os do dia-a-dia, em que o soviete passara de mero comité de greve a um verdadeiro governo paralelo. Por muitas piscadelas de

Recordar esta revolução inesperada, surpreendente, vivaz,
rebelde a todos os esquemas doutrinários, apresenta uma
especial actualidade neste começo de século em que tudo se faz
depende do menor espirro das grandes potências

olho que quisesse lançar à oposição liberal, o governo de Witte não ia tolerar o crescimento de um contrapoder operário: em 3 de Dezembro, mandou as tropas prenderem os delegados operários, em plena sessão. Quase metade do soviete (267 delegados) foi detida. Um soviete substituto iria ficar em funções até ser preso, por sua vez, em 2 de Janeiro.

No momento em que estava a ser preso o soviete de S. Petersburgo, estava um regimento da guarnição de Moscovo a amotinar-se. Em 16 de Dezembro, o soviete de Moscovo, influenciado pelos bolcheviques, lançava a palavra de ordem de greve geral insurreccional e distribuía instruções para a criação de pequenos grupos de combate. Dois dias depois, com um saldo de cerca de um milhar de mortos, mandava suspender a insurreição. O novo soviete de São Petersburgo tentara apoiá-lo com uma nova greve geral, mas apenas conseguira uma fraca adesão.

ONDE VAI EMERGIR A TOUPEIRA

Ao longo do ano de 1906, as lutas de massas foram esmorecendo nas cidades, as revoltas camponesas continuaram a ocorrer aqui e ali, o terrorismo individual grassou durante algum tempo. Das duzentas vítimas do “Domingo Sangrento”, e dos milhares de vítimas dos meses seguintes, passou-se a uma repressão mais sistemática e continuada. Em Abril de 1906 o número de presos e deportados rondava os 50.000. No lapso de 8 meses, registaram-se cerca de mil condenações à morte. O responsável pela vaga repressiva, Stolypin, viu serem baptizados com a alcunha sarcástica de “gravatas de Stolypin” os enforcamentos realizados por sua ordem.

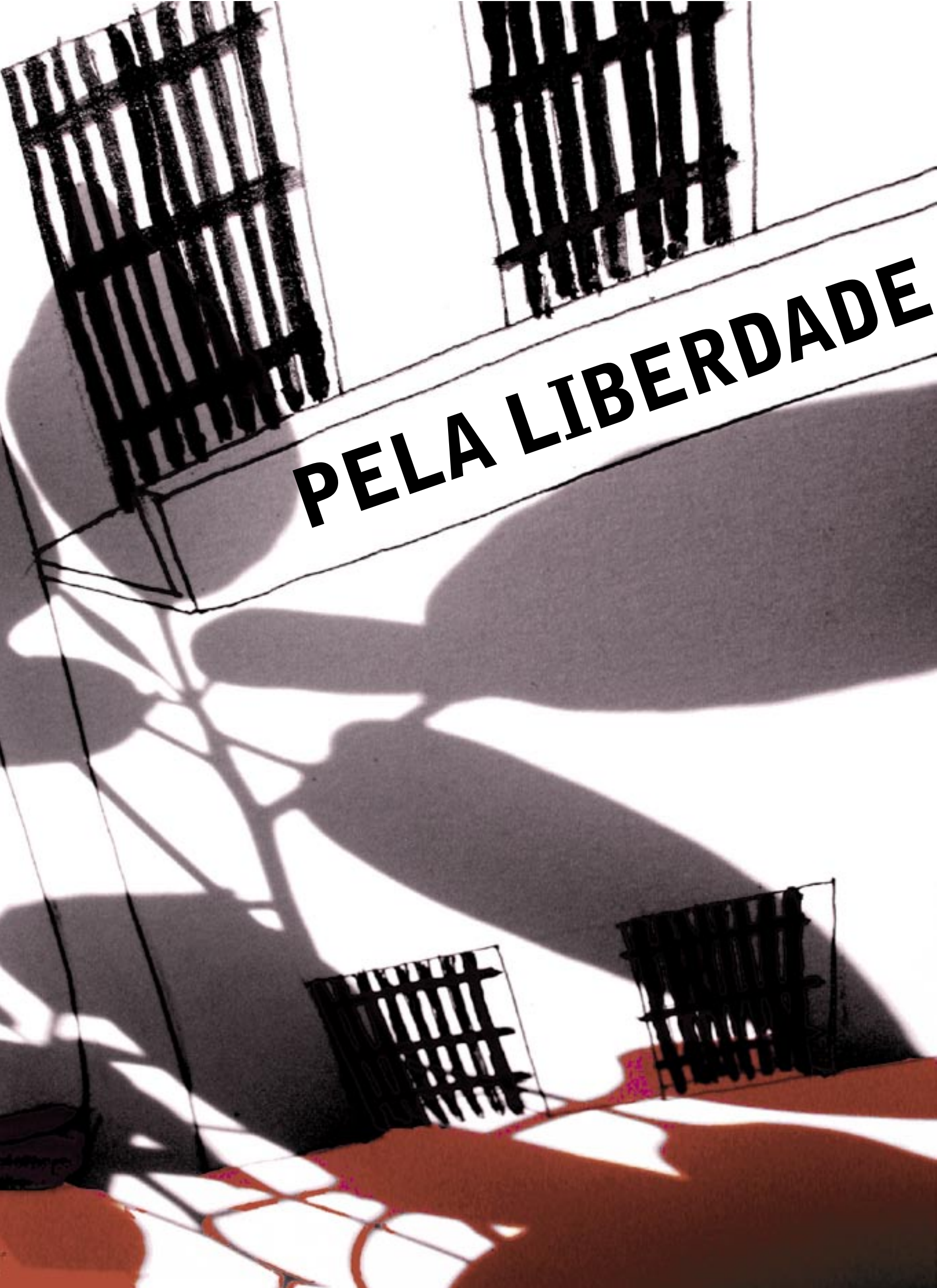
Mas o brutal esmagamento da revolução não logrou apagar uma realidade incontornável: a revolução tinha começado onde menos se esperava, o proletariado tinha tomado a direcção dos acontecimentos num país onde parecia paralisado pela sua relativa exiguidade e pelo seu atraso, as aspirações

socialistas tinham-se imposto subitamente nas ruas de um país onde nem existia ainda um capitalismo moderno.

Recordar esta revolução inesperada, surpreendente, vivaz, rebelde a todos os esquemas doutrinários, apresenta uma especial actualidade neste começo de século em que tudo se faz depender do menor espirro das grandes potências. O férreo domínio do imperialismo sobre o planeta produz um cepticismo sobre o futuro da revolução mundial pelo menos tão arreigado como era, no início do século passado, o cepticismo sobre a possibilidade de uma revolução na Rússia. Os acontecimentos de 1905 provaram que não havia na Europa nenhum país demasiado atrasado para a revolução e que a retaguarda de ontem podia tornar-se a vanguarda de amanhã. Diversos doutrinários marxistas tiveram nesse momento de dobrar a língua e ver os seus discípulos mais jovens “a aprenderem russo”.

Do mesmo modo, constantemente deparamos hoje com sintomas de mal-estar social e de potencialidade revolucionária nos países mais improváveis. Assim como, há poucos anos, o mero incidente da agressão policial a Rodney King conduziu à revolta e ao estado de sítio em Los Angeles, também hoje assistimos à justificada ira dos pobres e deserdados de Nova Orleães e vemos crescer no coração do império mais forte do mundo a ameaça aos poderes estabelecidos. Não havia no início do século XX nenhum país na Europa demasiado atrasado para a revolução. Não há, no início do século XXI nenhum país no mundo demasiado avançado para a revolução.

* António Louçã é historiador e dirigente do Bloco de Esquerda
antonio@combate.info



PELA LIBERDADE

DOS SOLIDÁRIOS COM ITOIZ

ADOLFO ALLUÉ BLASCO*
ILUSTRAÇÃO DE CARLA CRUZ

VÁRIOS COLECTIVOS e pessoas de diferentes localidades do Estado espanhol (Madrid, Zaragoza, Pamplona, Bilbao, San Sebastian, Huesca, Lleida, Vitoria...) organizam em Novembro diversas iniciativas de apoio ao grupo ecologista “Solidários com Itoiz”, materializadas em debates e sessões públicas, fanzines e programas de rádio, distribuições de folhetos, sessões de pintura e poesia, entre outros eventos. Ao mesmo tempo, apelam a que noutras partes do Estado e fora dele se faça também ouvir a voz da solidariedade.

Em 1996, o grupo “Solidários com Itoiz” cortou os cabos de carga do cimento usado na construção da mega-barragem de Itoiz em Navarra. Nesta acção ninguém foi ferido, tendo sido imobilizado um vigilante da segurança da obra durante os 5 minutos que demorou o corte dos cabos. Logo em seguida, os 8 Solidários entregaram-se, tendo sido espancados pelos seguranças contratados perante o olhar atento dos elementos da Guardia Civil no local. Um Solidário ficou surdo de um ouvido. A obra esteve parada cerca de um ano. Como a consequência do prejuízo para a obra causado por esta acção não podia ser mais que uma multa pesada, a “Justiça” castigou-os com quatro anos e dez meses por “sequestro”, supõe-se que na modalidade de “express”...

Ikañi García Koch esteve preso três anos e dez meses. E Ibai Ederra Miranda está preso desde 15 de Março de 2004. Ambos em situação de perseguição por parte dos guardas prisionais, sem licença para sair. Iñaki esteve até catalogado no FIES (Ficheiro de Internos de Especial Seguimento), que é aplicado aos membros de grupos armados e que é o pior que pode acontecer a qualquer preso, que deixa praticamente de ter direitos na prisão.

A mega-barragem de Itoiz é um monstro que sai fora de qualquer lógica económica e ecológica, e põe em risco a segurança das populações próximas (passando por Zaragoza e até à central nuclear de Ascó, na província de Tarragona). Hoje em dia, mesmo altos quadros da Administração dizem que agora não se faria uma obra daquelas. Tirando os construto-

res, as cimenteiras, os políticos corruptos e os regantes cheios de vontade de vender água ao levante turístico depredador, na sociedade em geral ninguém está interessado nesta forma de gastar dinheiro e destroçar grandes áreas naturais. Falou-se bastante (mas nunca o suficiente) da segurança do pântano: houve cerca de 200 terramotos de diferentes intensidades, certamente pelo enchimento da barragem (o brutal peso da água numa zona atravessada por uma falha geológica) e alguns conceituados geólogos tinham alertado para este perigo e para um possível deslizamento da ladeira esquerda que faria saltar a água sobre o muro principal, como sucedeu em Vaiont (Itália) nos anos 60, resultando daí cerca de 2000 mortos...

Com esta campanha que agora levamos a cabo, queremos mostrar a importância de impedir que os Solidários continuem a pagar com a cadeia a sua acção. Mesmo esquecendo que na altura do corte dos cabos a obra estava declarada ilegal (e continuavam a construí-la...), essa acção de 1996 é um símbolo de uma forma de luta que recolhe o apoio de muita gente. E apoiamo-la, entre outras razões, porque não acreditamos que o mais radical seja o que causa mais estragos ou o que prejudica mais gente, mesmo que essa gente se confunda com “o inimigo”. Como nós há muitas pessoas que não se juntam ao “coro anti-terrorista” e que acreditam ser importante consciencializar os outros, mas também que essa consciencialização sirva para dar o passo em direcção a uma acção directa que impeça o normal funcionamento do sistema, seja através de greves, boicotes, bloqueios ou sabotagens, traduzindo-a numa desobediência real e contundente. Não nos podemos ficar pelos concertos do Bono contra a pobreza ou pelas, necessárias, manifestações.

Muitas e muitos de nós, desde Chiapas, Seattle, Génova, lutamos para que a revolução do futuro seja diferente das do passado. Há muitas lutas, muitas necessárias e importantes. A de tirar os Solidários da prisão é uma delas.

* Adolfo Allué Blasco integra o colectivo Solidarios con los Solidarios (Zaragoza)

ORGULHO PRECÁRIO

JORGE COSTA*

ILUSTRAÇÕES DE ISABEL CARVALHO

QUANDO MARX SE REFERIA AOS DESEMPREGADOS COMO EXÉRCITO DE RESERVA DO CAPITAL, EXPLICITAVA UMA IDEIA SIMPLES: QUANTO MENOS EMPREGOS HOUVER EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE PESSOAS QUE OS PROCURAM, MAIS FACILMENTE ESTAS ACEITARÃO MÁS REMUNERAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO, GERANDO UMA TENDÊNCIA GERAL PARA O NIVELAMENTO POR BAIXO.



No mundo do trabalho, os golpes da globalização neoliberal resultaram numa fragmentação que o deixou irreconhecível, com o crescimento do desemprego e da precarização e o aprofundamento conjugado da marginalização e da exploração dos trabalhadores imigrantes

MAS NA ÉPOCA de Marx o problema da estabilidade do emprego colocava-se de forma diferente da actual: uma grande parte do proletariado, sobretudo na indústria, era voluntariamente ‘precária’, como os numerosos migrantes rurais, que regressavam “à terra” para as colheitas. Para o patronato, o desafio era então *estabilizar* o emprego, e para isso fidelizou geograficamente a sua mão-de-obra, com bairros operários, etc. Ora, antes de abordar a actual precarização das relações laborais e a necessidade de um movimento social e político que a reverta, vale a pena relativizar no tempo a ideia de flexibilização das formas de trabalho: se a burguesia, na alvorada da civilização capitalista, recusou a *flexibilidade* que atrasava a revolução industrial, é possível conceber, aqui e agora, um modo de vida e de trabalho em que a distribuição da riqueza e dos ganhos de produtividade actuais permita o resgate da ideia de flexibilidade: em vez de volatilidade dos vínculos, ela pode significar compromisso democrático na esfera produtiva, libertação de tempo e energia criativa através do planeamento e da auto-gestão.

A FORÇA DOS COMPROMISSOS FRACOS

Pensar as alternativas devolve-nos ao terreno da política, o da disputa da relação de forças. Neste, confrontamo-nos hoje com a concretização da estratégia de dominação capitalista aberta com o ciclo de crise dos anos 70 e a que se tem chamado neoliberalismo. A corrente gélida da mercadorização do mundo e do eterno fôlego guerreiro, predominante nas décadas de 80 e 90, não se interrompeu por um dia. Não conseguiu evitar a crise económica e financeira global que a fragiliza hoje, mas não por não ter conquistado novos espaços para a pilhagem. No mundo do trabalho, os golpes da globalização neoliberal resultaram numa fragmentação que o deixou irreconhecível, com o crescimento do desemprego e da precarização e o aprofundamento conjugado da marginalização e da exploração dos trabalhadores imigrantes. Os governos da globalização neoliberal escolheram as expressões organizadas do movimento operário como adversários de primeira ordem, acumulando legislação anti-sindical ao longo dos últimos vinte anos e reduzindo a capacidade de intervenção do movimento dos trabalhadores. Mas, entre nós e não só, o pano-de-fundo da debilidade do movimento sindical é também a crise de alternativa que corrói a esquerda tradicional (na versão

sectária e institucionalista dos estalinismos remanescentes ou na versão governista social-liberal dos partidos da Internacional Socialista), que constituem os grandes referentes da estratégia concertativa e da rigidez prática das direcções sindicais maioritárias. É esse sindicalismo institucionalizado que hoje perde o pé junto dos segmentos mais jovens do mundo do trabalho.

De facto, mesmo de forma diferenciada segundo os países, regista-se uma desertificação sindical agravada nos sectores juvenis, onde a vulnerabilidade representa já a perda efectiva do direito à greve. As gerações que se iniciam nos trilhos tortuosos do mercado de trabalho são portadoras de uma nova subjectividade, uma nova vivência da condição assalariada, marcada por uma crise de expectativas à saída do sistema de ensino. O trabalho não tem, para estes novos trabalhadores, correspondência em autonomia material e experiência de cidadania. Pelo contrário. Tomemos a situação portuguesa: segundo as estatísticas oficiais, quase metade dos trabalhadores abaixo dos 25 anos são precários, empregados a recibo verde, a prazo, etc. Estes números não contemplam milhares de jovens que trabalham na clandestinidade ou em “estágios” não-remunerados, que muitas vezes se prolongam durante anos, por conta da esperança numa qualquer melhoria de estatuto. No entanto, essas expectativas esbarram na mudança da estrutura do emprego: segundo as estatísticas optimistas do Ministério da Segurança Social, apenas 10% dos trabalhadores a prazo acabam por ser integrados no quadro das empresas (*Jornal de Negócios*, 27.8.2004). Por agora, a fracção mais desfavorecida da classe trabalhadora é então composta antes de mais por jovens, que constituem boa parte dos dois milhões de contratados a prazo e “por conta própria” e do meio milhão de desempregados existentes em Portugal.

Aperta-se a malha do mercado sobre o mundo do trabalho: o sector empresarial do trabalho temporário, mesmo se enquadra uma parte ainda mínima do emprego precário, cresceu na Europa cerca de dez por cento ao ano durante a década de noventa. Em 1999, 2,1 milhões de pessoas (em equivalente ao tempo inteiro) trabalhavam por conta de agências, numa média diária, representando 1,5% dos assalariados europeus. Calcula-se que o volume de negócios do

A organização flexível da precariedade reduz ao mínimo as possibilidades de socialização da experiência colectiva: intermitência entre trabalho e não trabalho, alta rotação de pessoal, arritmia de horários e turnos, hierarquização extrema das relações (e remunerações) entre empregados com funções essencialmente semelhantes

sector do trabalho temporário seja hoje de cerca de sessenta mil milhões de euros, concentrados num pequeno número de empresas. Em Portugal, só entre 2004 e 2005, o volume de negócios de empresas como a Egor, a Manpower ou a Select/Vedior (“vendas” de 47 milhões de euros) cresceu 20% a 30% (DN, 13.6.2005).

“CRESCER? PARA QUÊ?”

A idade de emancipação individual, marcada pelo abandono da casa paterna, torna-se cada vez mais tardia, empurrada pela desregulação dos mercados de trabalho e de habitação. Paradoxalmente, enquanto a família se vai prolongando como prisão de adolescentes serôdios, desenvolve-se uma *cultura* juvenil, com bases na iconografia publicitária e televisiva, em velhos êxitos musicais e mesmo desenhos animados, que remete para os tempos da infância dos jovens de hoje (anos oitenta, início dos noventa). Esta tendência está identificada em amplos círculos juvenis urbanos dos países desenvolvidos e parece corresponder não a uma nostalgia “precoce” do espaço da infância (a casa onde... se é obrigad@ a permanecer), mas à partilha de uma saudade da autoridade infantil para sonhar e fazer planos. Para a geração da flexibilidade laboral, essas possibilidades são desalojadas pelo efeito limitado da ideologia da competição e da monótona aventura de um quotidiano temporário e fragmentado.

A auto-organização na base, a participação em estruturas representativas e mesmo a adesão ao sindicato – em suma, a vivência cidadã, o exercício da democracia na empresa em defesa dos próprios interesses – são uma mera ausência. E o pior é que, no mundo do patronato delinvente, a pressão anti-sindical nem chega a ser explícita. Primeiro, porque a organização flexível da precariedade reduz ao mínimo as possibilidades de socialização da experiência colectiva: intermitência entre trabalho e não trabalho, alta rotação de pessoal, arritmia de horários e turnos, hierarquização extrema

das relações (e remunerações) entre empregados com funções essencialmente semelhantes. E se, para um trabalhador com contrato permanente ou um funcionário público de carreira, a actividade sindical pode corresponder a uma renúncia a promoções, para um trabalhador precário, ela implica uma hipótese de despedimento cada vez menos remota... É deste modo que o próprio conceito de luta sindical gangrena, perdendo-se nos sectores de mão-de-obra predominantemente juvenil, em cada empresa e, mais dramaticamente, aos níveis sectoriais e inter-sectoriais.

NA CONTRA-CORRENTE DA DESERTIFICAÇÃO SINDICAL

Mesmo se caminhamos para um sistema de precariedade “do berço ao caixão”, existe ainda uma parte da classe trabalhadora, chegada ao mercado de trabalho nos anos 70, bons tempos de contratação colectiva. Pela sua situação, estes trabalhadores dispõem ainda de instrumentos e garantias que lhe permitem pesar na defesa dos seus filhos. O tempo rápido da degradação da posição do trabalho na luta de classes apela a um urgente contrato geracional de classe em defesa do emprego com direitos. No centro desse contrato está a limitação drástica dos contratos a prazo e a recuperação do direito à greve pelas jovens gerações precarizadas; a troca de horas extraordinárias pela criação de empregos e o bloqueio, a partir do quadro de trabalhadores *estáveis*, ao recurso a empresas de trabalho temporário no suprimento dos novos postos de trabalho.

Mas este contrato geracional teima em não emergir. O essencial da geração de quadros que hoje dirige sindicatos saiu dos tempos da contratação colectiva e, ao fosso etário, junta-se a ancoragem a políticas reivindicativas e práticas sindicais sem eco possível na geração que seguiu. Na verdade, a situação laboral nos meios da precariedade exigiria hoje uma, digamos assim, *flexibilidade político-sindical* muito



distante das rotinas do sindicalismo tradicional. No mundo do trabalho, os tempos são discordantes: a maré que sobe é a do ambiente repressivo e da ideologia individualista predominantes nesta sobre-exploração. O desafio posto à esquerda é o de reconhecer a extensão do terreno perdido na relação de forças capital-trabalho para, no balanço dessa derrota, arriscar um recomeço a partir do que faz falta.

Esse caminho está a ser percorrido em experiências de luta real, hoje, processos pioneiros, no sentido em que desbravam sectores onde a presença sindical se extinguiu e onde a resistência elementar dos explorados se refunde na adversidade. É sobretudo entre expressões sindicais combativas, minoritárias ou “de base” - sectores da CGT e SUD (França), Cobas, CUB (Itália), CGT (Estado Espanhol) - que se encontram recursos militantes para estas tarefas. E é sobretudo nos espaços dos Fóruns Sociais que estes exemplos têm quebrado o seu isolamento e conquistado visibilidade, projecção e alianças. Se nos centrarmos na Europa, encontramos algumas experiências valiosas que merecem estudo maior: o amplo movimento de solidariedade com os trabalhadores do McDonalds ou a luta dos “intermitentes do espectáculo”, em França; os Primeiros de Maio precários em Milão e Barcelona e importantes lutas de precários dos *call-centers* (greve do sector em Espanha em Junho de 2004). Passo a centrar-me neste último sector profissional porque creio que concentra um potencial de labora-

tório para a luta contra a precariedade e porque nele vivi a experiência de uma participação solidária na organização da greve do call center da EDP.

CALL-CENTERS, UM ELO FRACO

O primeiro *call-center* surgiu em 1968, quando um tribunal impôs à Ford a instalação, exigida por uma associação de consumidores, de uma linha telefónica gratuita para facilitar as reclamações. A partir dos anos oitenta, o desenvolvimento tecnológico e a integração do computador transformou os telefonistas iniciais em operadores com alto valor acrescentado. Hoje, do outro lado da linha, estão entrevistadores, televendedores, assistentes ao cliente, recuperadores de créditos, consultores financeiros, técnicos informáticos, publicitários. Estimativas recentes apontam para cerca de um milhão e meio de trabalhadores em call centers na Europa (300 mil na Grã-Bretanha; 200 mil em França). Em Portugal, segundo o ICEP, poderão ser criados 40 a 60 mil postos de trabalho em call centers até 2010. Não são divulgados dados precisos sobre a mão-de-obra empregada no sector, mas o mercado português é apresentado como o quinto em mais rápido crescimento na Europa, África e Médio Oriente (*Diário Económico*, 12.4.2004). Segundo Filipe Afonso, director comercial da PT Contact, uma das maiores empresas do sector, “0,7% a 1% da população activa portuguesa” trabalha hoje em call-centers.

Em finais de 2002, um grupo de jovens activistas políticos, parte deles precários em vários call-centers, formaram o colectivo “STOPPrecariedade”, iniciando uma série de distribuições de panfletos à porta de empresas, alertando para as condições de trabalho (falta de iluminação adequada, local e tempo para pausas, cadências infernais) e para as irregularidades contratuais

A precariedade tem estabelecido os seus colonatos com ritmos diferentes de sector para sector. No dos serviços, graças sobretudo à atomização da mão-de-obra, a sua entrada foi precoce. Ora, o negócio dos *call-centers* tem uma natureza mais contraditória, na medida em que, apesar de se ter desenvolvido nos anos 90, em plena precarização das relações de trabalho, tem actualizado modos de produção relativamente atípicos no sector dos serviços: grande concentração dos trabalhadores, parcelização do espaço, ritmos intensos, standardização (utilização do nome do cliente um determinado número de vezes; obediência a tempos médios de duração da conversa), jornada prolongada, centralização estatística e de vigilância (escuta) em plataformas de software que ordenam e distribuem as chamadas. Os *call-centers* são a expressão acabada do taylorismo na época do patronato gangster pós-fordista: reorganização da produção, externalização dos serviços, sub-contratação, flexibilidade de horários e turnos, parcelização do salário sob o império dos prémios, temporalidade do vínculo. O negócio dos *call-centers* tem sido um laboratório da mais sofisticada precariedade. Mas as suas especificidades, aliadas à dimensão da mão-de-obra, à sua concentração e qualificação, conferem-lhe uma massa crítica potencial do lado do trabalho que obriga à experiência da intervenção militante.

HISTÓRIA DE UMA VITÓRIA

Em finais de 2002, um grupo de jovens activistas políticos, parte deles precários em vários call-centers, formaram o colectivo “STOPPrecariedade”, iniciando uma série de distribuições de panfletos à porta de empresas, alertando

para as condições de trabalho (falta de iluminação adequada, local e tempo para pausas, cadências infernais) e para as irregularidades contratuais.

A faísca acendeu-se numa delas, a CRH. Durante uma década, os contratos no call center CRH, que atende os clientes da EDP, foram pura e simplesmente ilegais. Mais de duzentos operadores estavam contratados a termo incerto (reservado pela lei a trabalhadores que tomam o lugar de outros ausentes por período indeterminável – doença, p.ex). Na CRH/EDP nunca se vira uma greve, nem um plenário de trabalhadores, os sindicalizados contavam-se pelos dedos de uma mão, as pressões psicológicas e a intensidade do trabalho eram grandes. Em Outubro daquele ano, inspirada pela ofensiva anti-laboral da direita (o Código de Trabalho de Bagão Félix acabava de ser apresentado), a administração tenta aprofundar a precariedade na empresa, através da reformulação dos contratos de um grupo de quarenta trabalhadores, implicando a perda de 30% do salário. A partir da porta da empresa e da intervenção, inicialmente encoberta, de apenas um assalariado da empresa), o colectivo STOP organiza então a convocação de reuniões de trabalhadores (para as quais convida o sindicato do sector eléctrico, o SIESI). Vários comunicados encorajam os trabalhadores a não assinar os novos contratos-lixo. Em Dezembro, reúnem-se 170 operadores do call-center. O plenário aprova a adesão à greve geral de dia 10 e, apesar das pressões colectivas e individuais (plenário de iniciativa patronal, mobilização de todas as chefias intermédias, etc), a paralisação tem muito boa adesão (90% no *back-office* e cerca de 50% no *front-office*).



MAYDAY PARADE MILÃO/BARCELONA

No primeiro de Maio de 2005 teve lugar a quarta MayDay Parade, uma iniciativa que se estende pela Europa.

Cada grupo ou realidade formal ou informal que participa organiza um carro, para gritar música e conteúdos, reivindicações e provocações. O objectivo é mobilizar com formas novas, mais directas e menos ideológicas, todo o precariado social, com vista a erguer redes de activismo sindical em toda a Itália e em toda a UE. O MayDay quer ser um dos percursos para se conseguir pôr em campo plataformas dos trabalhadores tipicamente atípicos, construídas a partir das práticas reivindicativas nos locais de trabalho e nos espaços sociais. O espírito é o da 'parade' popular e multicolor, não o da parada monolítica.

Mais informações em:

www.euromayday.org

www.chainworkers.org, www.stop-precariate.org

Os trabalhadores dão sequência à luta, aprofundando a ligação ao sindicato e, através dele, produzindo uma queixa à Inspeção-Geral do Trabalho. A inspecção que se segue produz um relatório em Junho de 2003 e deixa claro que “não se justificam nos termos da lei tais vínculos precários”. Os contratos são declarados nulos e, em Setembro de 2003, a CRH é obrigada a iniciar a transformação de 223 contratos a termo incerto em contratos permanentes, mantendo o tempo de serviço.

É necessário dizer que o sindicato - por acção, durante a luta, e por omissão, depois dela - demonstrou não estar preparado/interessado no trabalho de presença que a CRH/EDP exigiria. O que perdeu com isso, além de algumas quotas, foi a possibilidade de aprender mais sobre aqueles trabalhadores para quem o único piquete conhecido até à data era o das emergências da EDP. Ou sobre o modo como se constroem reivindicações mobilizadoras para gente com existências no trabalho incomparavelmente mais degradadas. Sublinhe-se que a adesão à greve geral contra o Código de Trabalho não foi um acto defensivo dos operadores (as condições na CRH/EDP eram então muito piores que as que Bagão quis estabelecer para os trabalhadores com contratos colectivos, etc). Ela foi assumida com naturalidade, em plenário, num reflexo da relação simbiótica entre a mobilização do conjunto dos trabalhadores e a luta concreta e curso naquele antro de precariedade na Póvoa de Santo Adrião.

O sindicato perdeu a oportunidade de estudar práticas de luta sindical em ambiente de profunda precariedade e

de ajudar a enraizar na CRH reivindicações específicas que podem 'fazer escola' em todo o ramo dos *call-centers* (regimes de pausas melhorados, intervalos entre chamadas, rotação entre atendimento e trabalho fora da linha, passagem do tempo parcial para inteiro a todos os que quiserem, para não falar do que decorre do texto da lei). Hoje, é perante grandes dificuldades que um grupo de trabalhadores continua a editar o boletim STOP na empresa.

A ousadia de há dois anos ficou viva em cada um dos que não recuaram em defesa da sua dignidade de trabalhadores e continua disponível, como experiência feita, para a esquerda que levar a sério a tarefa de construir um novo movimento operário. Para atingir maioria política, a geração de trabalhadores que hoje vagueia no deserto sindical da precariedade precisa de expressão própria como parte da classe trabalhadora, precisa de *orgulho precário*: nem todos os paquetes, operadores de call-centers, trabalhadores de fast-food ou programadores informáticos têm interesses comuns. O que os pode unir é a sua insegurança, a necessidade de preencher os vazios entre um trabalho e outro, de emergir de uma existência binária produção-consumo para a satisfação das suas necessidades de vida e de sociabilidade. É como parte de uma nova aliança no mundo do trabalho que esta geração pode redescobrir o desejo e mudar de futuro.

* Jorge Costa é dirigente do Bloco de Esquerda.

jorgecosta@combate.info

ERNST BLOCH

MÚSICA / ESPERANÇA



/ REVOLUÇÃO

PEDRO RODRIGUES*

ILUSTRAÇÃO DE NUNO NEVES

SE PRECISO FOSSE, INVENTAVA-SE UMA COMEMORAÇÃO. MAS NÃO É PRECISO. ERNST BLOCH NASCEU A 8 JULHO DE 1885 - HÁ POUCO MAIS DE 120 ANOS.

Não é este o pretexto - preferimos aqui desconfiar do conforto comemorativo que consiste em despachar uma «figura» em colóquio e atribuir-lhe academicamente as medalhas que o morto já não pode receber (e Bloch não as desejava nem enquanto vivo). Não lhe resumamos a obra, que nem o saberíamos fazer. Limitemo-nos a lançar umas dicas para quem achar que vale a pena conhecer um pensamento aberto, heterodoxo e crítico, contributo ainda vivo (como muitos outros leitores de Marx não-estalinistas do século XX, e muitas experiências práticas de luta) e que pode ser útil para pensar e agir na transformação do presente, em tempos de muitos desânimos, e talvez de muitos perigos, mas também de grandes entusiasmos com o que pode emergir.

MÚSICA

Música, lá em cima no título, não é para adocicar o pensamento difícil, tortuoso, enigmático e contraditório de Ernst Bloch, marcado decisivamente pelos textos de Marx, pelo romantismo revolucionário, pelos movimentos revolucionários e artísticos da primeira metade do século XX e muito influenciado ainda pelo messianismo judaico e pelo cristianismo. Mas sempre longe dos dogmas, Bloch preferia as heresias, as heterodoxias, as teologias da libertação.

A religião, a arte, a política, a cultura, a história e a filosofia cruzam-se no seu escrito mais famoso, *O Princípio Esperança*, completado no exílio forçado nos EUA em 1938. Longas partes desta obra desmesurada são dedicadas à música. Porque a música é, para Bloch, uma das figuras da sua «utopia concreta», a arte que, para ele, mais promete: não apenas por ser uma arte em que é fundamental a organização dos tempos, que põe em relação a memória do que passou com aquilo que não se sabe ainda, com o que virá ao virar da nota, com o imprevisto. Mas porque a música conseguiria ser

ao mesmo tempo um lamento e uma esperança, um abrigo e um protesto, a certeza clara e dinâmica do movimento e uma intuição obscura do que virá.

Na música encontra por isso Bloch um campo para o desenvolvimento das suas ideias fundamentais, e não apenas uma metáfora: música é, para ele, a arte que obscuramente contém os anseios de um mundo melhor e de uma comunidade outra, enigmaticamente como num sonho, como palavras-chave ainda por desvendar. Interessa-lhe particularmente a ideia do «sonhar acordado», um «sonhar-para-a-frente», uma inquietação desperta, uma intuição viva e transformadora. A sua ideia de uma «consciência antecipante» tem a ver com uma valorização das capacidades do ser humano em antever alguma coisa do seu futuro. Não se trata de prever o futuro em bolas de cristal. «A única maneira de prever o futuro é inventá-lo», diz o punk «bué intelectual» dos Focolutus, corrigindo bem o «No future» dos Sex Pistols....

ESPERANÇA

Bloch distinguia duas correntes do marxismo, ou duas vias para chegar a Marx. A corrente quente (herança utópica que liga imaginação e conquista do poder, crítica ideológica e crítica da cultura, dos valores, das mistificações, da alienação) e a corrente fria («detectiva», científica, económico-política). Devolvendo ao marxismo «científico» a força ardente da ideia de um futuro libertado, ele pretendia reequilibrar as duas correntes, destacando a importância do elemento subjectivo nos combates colectivos e a defesa da força expressiva de cada um e do potencial antecipante, isto é, utópico, do ser humano. Essa «consciência antecipante» vive também na liberdade individual e na capacidade de sonhar, mas é feita sobretudo de experimentação e de imaginação colectivas, tornando-se possibilidade colectiva futura no processo de luta. Desta forma rejeitava Bloch qualquer visão determinista que considerasse «inevitável» o advento do socialismo. As necessárias condições objectivas de pouco serviriam se não houvesse a capacidade de organizar a esperança e transformar, ao mesmo tempo, o trabalho, a vida e a consciência de cada um. Para Bloch a utopia não é uma imagem acabada dos «amanhãs que cantam». É um horizonte de esperança que actua hoje sobre a humanidade. Quem pode cantar não são os amanhã - somos



Bloch é de facto um herético, ateu a descobrir as revoltas da religião e marxista não dogmático a afrontar a burocracia estalinista. Antes disso, durante a guerra de 14-18, aproxima-se dos movimentos pacifistas e foge à tropa, procurando o exílio na Suíça. Simpatizante dos spartakistas e de Rosa Luxemburgo volta a Berlim, mas segue-se um período de repressão violenta. Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo são assassinados. Bloch foge para Munique. Nos anos 20 convive em Berlim com a força do movimento revolucionário, com os movimentos artísticos de vanguarda e com gente como Brecht, Benjamin, Adorno, Eisler, Kracauer, e tem discussões violentas com Lukács, saindo em defesa das experiências da arte moderna. Mais tarde, perseguido por ser comunista, de origem judaica e por afrontar o nazismo, teve de se exilar a partir de 1933 de novo na Suíça, Áustria, França, Checoslováquia e finalmente nos Estados Unidos em 1938, quando os nazis chegavam a Praga. Depois da guerra instala-se na R.D.A, pensando poder contribuir para uma transformação democrática da Alemanha, mas depois de 1956 e de apoiar a insurreição húngara é proibido de ensinar, é rotulado de «revisionista» e reduzido ao silêncio. Depois da construção do muro de Berlim, instala-se na R.F.A até 1977, data da sua morte. Nos anos 60 é «repescado» pelos movimentos estudantis alemães, em particular por Rudi Dutschke, mas só mais recentemente tem sido resgatado das margens do esquecimento, (re)discutido e (re)traduzido. Mas teremos de o ler noutra língua, encomendar na internet, procurar numa rara biblioteca ou pedir emprestado... Em Portugal não foi publicado (nada de nada, que eu saiba): os ditames do mercado, a ignorância e a inércia encarregam-se de o impedir, suponho.

nós, hoje, entrevedo a possibilidade de um outro mundo. Porque este está estafado pela exploração do trabalho e pela mercadorização da vida, e cimentado com a mentira.

Não interessa, portanto, a Ernst Bloch a utopia ideal realizada, nem as imagens do paraíso, mas uma outra utopia, activa, concreta e profana, que lança agora materiais para o futuro. Não determina totalmente esse futuro - antecipa-o como anseio e forja-o a partir de uma impaciência que se faz de luta concreta, uma esperança desesperada, uma esperança que é exactamente o contrário de ficar à espera.

Por isso apelava Ernst Bloch a uma «organização da esperança», sabendo, como Gramsci, que é na situação concreta, na aprendizagem que a prática revolucionária implica que se pode redescobrir a força dos textos de Marx. A sua defesa da revolução russa não o impediu de criticar a burocratização, o centralismo não democrático e sobretudo o percurso nacionalista e autoritário do estalinismo. Bloch aproxima-se aqui de Rosa Luxemburgo que, longe de encaixar no rótulo de “espontaneísta”, foi uma acérrima defensora da necessidade de organizar o campo revolucionário e da existência de uma direcção democrática para o movimento operário. Mas foi também uma das mais inteligentes críticas do centralismo não democrático, do perigo da arrogância do partido que não saiba aprender com as massas em movimento, com as suas experiências emancipatórias e a sua própria capacidade de luta (e os seus erros!). «Não há socialismo sem democracia e não há democracia sem socialismo» - eram as palavras de Rosa Luxemburgo que Bloch subscrevia. Outra democracia socialista a descobrir, não o estalinismo nem o «socialismo na gaveta» de tantos pê-esses. Nada disso. Uma outra coisa.

«E essa coisa é que é linda» (José Mário Branco). Não bastará, contudo, a inquietação. Essa outra coisa implica a reinvenção na prática da ideia possível de uma comunidade libertada, rompendo fronteiras e alargando as margens do possível para tirar o tapete aos poderes instalados. Desinstalar um poder exige que sejamos capazes de antever um pouco do futuro, «preparar-lhe bons materiais», dizia Blanqui, sugerir possibilidades, experimentar respostas, não desistir das lutas, fintar colectivamente o destino, construir a «utopia concreta» de que fala Ernst Bloch. Descobrir as alavancas, como no judo: desequilibrar o adversário em movimento, deslocar as suas forças, aproveitando o seu peso para o atirar ao tapete.

Para lá do que existe hoje (as mentiras do presente) há muitas verdades a descobrir. Só há um planeta chamado Terra, mas não vivemos no único mundo possível. Bloch propõe assim uma dialéctica entre o real e o possível, porque tudo o que existe não pode ser a verdade toda

Esse horizonte utópico revolucionário era, para Bloch, o antídoto da alienação e da resignação. Um anseio indispensável para não desistir. Mas pode ser também o antídoto para as (pobres) utopias chauvinistas do «melhor para a Nação», que vão soçobrando em cada negociação europeia e em cada «crise nacional». No fim de contas, são esses os pregadores piedosos do impossível: julgam que este capitalismo pode ser pacífico - ou ético - sem procurar travar, pela luta política, a lógica da acumulação, da concorrência, da guerra, da mercantilização, da exploração, do terror. E a sensatez passa afinal pela exigência revolucionária da luta internacionalista, contra essas utopias que não passam de ilusões. «Utopia» tornou-se, é verdade, uma palavra muitas vezes mentirosa, porque se encaixou de várias formas no mundo e no pensamento dominante. Transferiu-se para a publicidade. Converteu-se simplesmente na outra face da ilusão (paraísos de progresso e «oásis» liberais género-Cavaco) e da inacção (utopias contemplativas, cinismo). Essas não compramos.

Mas utopia podia ser outra coisa, sugeria Bloch: um pensamento do que não tem lugar hoje mas que pode ser entrevisto e redescoberto em cada movimento concreto. Para lá do que existe hoje (as mentiras do presente) há muitas verdades a descobrir. Só há um planeta chamado Terra, mas não vivemos no único mundo possível. Bloch propõe assim uma dialéctica entre o real e o possível, porque tudo o que existe não pode ser a verdade toda. Há verdades que estão nos possíveis, para lá do que existe hoje. Não vivemos no melhor dos mundos. Uma outra verdade, em processo, espreita. Um caminho longo: a verdade da emancipação (Marx). Essa «utopia concreta», que pode na música anunciar-se em lamento resistente (e não desistente), é desejo em luta, anseio de um «longe», prospecção e experimentação de possíveis, para alargar os horizontes das vidas.

REVOLUÇÃO

O porvir será então realmente o que está por-vir (o *noch nicht* de Bloch, o que *ainda não* está aí), mas que já está em potência nos combates do presente e esteve em importantes lutas no passado, e pode estar contido na arte de ontem e de hoje como promessa. Um nascimento anunciado, uma nova Estação: *Le temps des cerises*. Se na arte pode estar contida essa promessa, isso indica também que há, agora, diferentes tempos que não são coincidentes. Há futuros já hoje. Há, nas palavras de Daniel Bensaïd, uma «discordância dos tempos». Isto é, não vivemos num tempo linear, mas num tempo feito

de tempos discordantes e sobrepostos, incoincidentes, de ciclos e de convulsões, de crises e de saltos, mas também de novas visões do passado e de antecipações criativas do futuro. «Ou adivinhar na ondulação da alta e perdida estrada/ a linha da música, a miragem» (Manuel Gusmão).

Consciente dessa «discordância dos tempos», Bloch pensa que o potencial utópico da música ainda não pode ser apreendido totalmente. Daí uma afirmação como esta, quase provocatória: «Ninguém ouviu ainda Mozart, Beethoven ou Bach como eles verdadeiramente apelam, apontam e ensinam; isto só acontecerá muito mais tarde (...)».

Essa música, carregada de esperança, está por exemplo num trompete do *Fidelio*, a ópera de Beethoven que canta a liberdade. Esse trompete anuncia a derrota da tirania. Mas já antes cantava Leonore: «Vem, esperança, não deixes que se apague a estrela dos que estão cansados! Vem, ilumina o meu objectivo, por muito distante que esteja». Mas a «arte utópica da música», como lhe chama Bloch, não está apenas nas grandes obras dos compositores «eruditos». Pode estar numa simples canção. Quando Marx reflectia acerca de uma sublevação operária em Inglaterra, era curiosamente uma canção que ele ia buscar para se referir ao seu potencial emancipador: «Que nos lembremos antes de tudo da *Canção dos tecelões*, esse grito de guerra, no qual não se faz sequer referência ao lar, à fábrica, ao distrito, mas no qual o proletariado clama imediatamente, de modo brutal, impressionante, violento e incisivo, a sua oposição à sociedade.»

A dinâmica da música é a figura desse pressentimento emancipador. E esse pressentimento é um «saber dos fins». Porque é necessário recolocar a questão dos fins - da revolução, da transformação radical do mundo - sem cair no abismo da política sem ideias, sem saídas, sem aberturas - sem história. Mas a arte não se substitui à acção política. É nos combates do dia, no presente, neste tempo de agora, que se faz a acção emancipadora que se pode alimentar da força daquela esperança que não fica à espera. Poderemos escutar talvez a «utopia concreta» numa canção do José Afonso, um apelo tão frio e tão quente à mobilização da esperança: «No inverno aperto o cinto/ Enquanto o vento assobia/ No inverno aperto o cinto/ - Qualquer dia, qualquer dia!...»

* Pedro Rodrigues é musicólogo e investigador.
pedrorodrigues@combate.info

ANGOLA

LIBERTAÇÃO SOCIAL E DESMANTELAMENTO DO PARTIDO-ESTADO

LUÍS ARAÚJO*

ILUSTRAÇÃO DE CATARINA CARNEIRO DE SOUSA

QUANDO AS SOCIEDADES ESTÃO COLOCADAS FACE A PODERES AUTOCRÁTICOS EM QUE, COMO NO CASO ANGOLANO, A DOMINAÇÃO POLÍTICA E A POBREZA ATROZ DA MAIORIA IMPERA EM COABITAÇÃO, FORÇADA, COM A FABULOSA LIBERDADE E RIQUEZA DOS REINANTES. É POSSÍVEL A CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA, MESMO QUE SÓ REPRESENTATIVA, QUANDO A POBREZA – ENGENDRADA POR UMA FRAUDULENTA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NACIONAL – É A SITUAÇÃO DA MAIORIA DOS CONSTITUINTES [SÊ-LO-ÃO?] DUMA REPÚBLICA?

CADA VEZ MAIS, os movimentos sociais, principalmente os constituídos pelos mais desmunidos da terra, serão os fabricantes das metas sociais e da cultura de resistência orientada para o alcance dessas metas, quem vai determinar as agendas políticas das sociedades obrigando os candidatos ao poder e os seus detentores a servi-las, se querem ter a legitimidade para o exercerem.

As organizações cívicas e políticas da sociedade civil que vêm engendrando e liderando esses movimentos, estão a agir no sentido da elevação do exercício da cidadania a um patamar que invista os movimentos sociais de poder suficiente para obrigarem a condução do político e a gestão da coisa pública a concretizarem-se em moldes de prestação de serviços à sociedade que as querem sujeitas à sua orientação e fiscalização.

Estamos, portanto, embrenhando-nos numa época em que a sociedade civil – por via de movimentos sociais – será cada vez mais o elemento determinante da constituição e condução do Estado, aliás, como é doutrinariamente pressuposto que o Estado Republicano se concretize. A condução do Estado, como no caso angolano, com total autonomia face ao seu soberano, o povo seu constituinte é uma prática indefensável, vetusta e, portanto, em vias de supressão.

Trata-se dum mergulho cada vez mais fundo e sem retorno nas águas duma política de Estado fundada na adesão dos que pretendem governar à agenda da sociedade civil, ao invés da retrógrada, mas actual em Angola, imposição da adesão da

Mesmo com a propagandeada dissolução dos comités do MPLA das instituições públicas não estamos a assistir a mudanças significativas da situação, como demonstra a concretização nos moldes de órgãos de propaganda do MPLA de órgãos de comunicação social que, no entanto, são estatutariamente públicos

sociedade civil, [reduzida à iniciação a eleitorado consumista], a programas partidários que não partam das aspirações expressas pelos movimentos sociais. Apesar de no nosso caso ainda em fase embrionária, a nível global estamos perante a evolução para uma inversão que a Libertação Social exige e que vai ser a coveira dos modelos estruturais de dominação das sociedades, mesmo dos mais sofisticados. Especialmente as práticas predadoras primárias que a hegemonia dum grupo particular sobre o Estado permitem, por todo o lado têm os dias contados. O fim do tempo em que o Estado é a coisa superior privada dum ditador que o domina não tarda e, também entre nós, vai acabar, embora ilusoriamente pareça muito sólida. E vai acabar mal se o ditador – para salvaguarda de privilégios e posses particulares que, além de carecerem do reconhecimento da sociedade, são por esta contestadas – não tiver o suficiente bom senso para se afastar da tendência, instintiva, de retardamento desse fim pela exclusão e repressão das organizações e movimentos sociais que operam no sentido da Libertação Social.

Assuma-se que um exercício de condução do Estado e da sociedade à Mobutu – mesmo que “democraticamente mais sofisticado” que o desse defunto predador – conduzido com o exclusivismo arrogante e a falta de bom senso que o caracterizou, só pode acabar, também, como o seu regime acabou. Tal fim, no nosso caso, também pode lançar-nos num desastre humanitário semelhante àquele em que o vizinho Congo desembocou e de que – considerando a situação sócio-económica e política em que vivemos – não estamos a salvo, pois o povo desesperado, principalmente, pelo aprofundar da pobreza, a continuação dos esbulhos de terra e o agravamento da repressão, poderá protagonizar uma explosão “libertária” violenta que é de todo indesejável. Os exércitos e as polícias cujos soldados e agentes são também o povo, nestes casos, não são a garantia mais ajuizada de nada como tantos analistas consideram. Mobutu e tantos outros ditadores predadores investiram muito nesses recursos mas... Cada golpe da ditadura predadora contra os activistas e os movimentos sociais para a mudança serão, sempre, o aprofundar da sepultura da ditadura. Aprender com a experiência dos outros é uma forma de prevenção contra a queda nos erros em que eles caíram. Ou não será?

No caso angolano, apesar do exercício de mimetismo político com que se dotou duma expressão formal distinta da que lhe permitia a anterior prerrogativa constitucional ex-

clusivista que o investiu como força dirigente da sociedade e do Estado, continuam a ser objectivamente reais factos que caracterizam o MPLA como detentor, privativo, do Estado e que revelam a prevalência do partido-Estado. Não os esgotando, aqui colocamos, só, alguns factos demonstrativos dessa condição que o MPLA, abusando do poder, continua a impor às angolanas e angolanos.

1º – A fronteira entre o MPLA e as instituições do Estado angolano não existe conforme, formalmente, estabelece a Lei Constitucional como o demonstra a condução do Estado pelo MPLA exercida com total autonomia face à sociedade, determinando, sem consulta à sociedade, as agendas do país e o seu modo de concretização. Extremamente significativo é o facto da governação do MPLA, ignorando as reivindicações e contestações das cidadãs e cidadãos esconder impunemente as receitas obtidas com a exportação do petróleo que são rendimentos públicos. A governação do MPLA, com recurso ao livre arbítrio, continua, sem reflectir a vontade geral, comprometendo o Estado com terceiros estados e com actores poderosos do mercado internacional como por exemplo no caso do petróleo de Cabinda em que por 30 anos, à revelia do corpo político do país e até mesmo dos seus “representantes” no parlamento, concedeu a exploração desse recurso a uma companhia americana. Ou ainda como no caso da Lei de Terras, amplamente contestada mas mesmo assim imposta por um parlamento caduco, cujos pressupostos e disposições fundamentais estão, absolutamente, em contradição com os valores culturais e práticas que entre os povos de Angola norteiam a posse e uso da terra e que são anteriores à existência do (seu) Estado que por essa lei se instituiu como proprietário original de toda a terra.

O MPLA partido-Estado – condição que por si só é um ilícito – coloca-se ainda, impunemente, à margem e acima da lei quando, através dos órgãos administrativos controlados pelos seus militantes, impede aos cidadãos a realização plena dos seus direitos e liberdades, as viola ou, mesmo quando só por omissão, protege violadores. Mesmo com a propagandeada dissolução dos comités do MPLA das instituições públicas não estamos a assistir a mudanças significativas da situação, como demonstra a concretização nos moldes de órgãos de propaganda do MPLA de órgãos que, no entanto, são estatutariamente órgãos públicos de comunicação social. É significativo da prevalência do partido-Estado o desavergonhado e inegável monopólio da comunicação televisiva e, também, os

impedimentos com que barra o estabelecimento de órgãos privados e comunitários de rádio difusão, quando a Lei Constitucional – por si mesmo concebida e promulgada pelo seu líder – consagra a liberdade de informação. Este facto representa, também, uma violação da Convenção dos Direitos Humanos que a consagra e que por ter sido ratificada por Angola tem efeito no ordenamento jurídico angolano.

2 – Mesmo depois de em 1991 ter sido inaugurado o pluralismo partidário, a Administração do “seu Estado” continua sob a hegemonia do MPLA que a estende às comunidades com a partidarização forçada das suas estruturas. Estruturas administrativas e comunitárias, seus recursos materiais e humanos, continuam a ser sistematicamente usados para concretização das estratégias partidárias do MPLA e para impedirem actividades comunitárias doutros partidos e de organizações – autónomas – da sociedade civil. Nessa senda, a nível do simbólico, numa atitude de extremismo primário, até os embondeiros e mulemeiras das vilas, aldeias e bairros do país estão transformadas em comités do MPLA que, na sua ânsia de *mplizar* toda a população angolana, os transformou em mastros da sua bandeira.

3 – A prevalência da hegemonia do MPLA sobre o “seu Estado” impõe uma conveniente situação marcada pela demissão e omissão das instituições da Administração do Estado que vêm garantindo a continuidade da impunidade de práticas autocráticas e predadoras dos agentes e clientelas do MPLA desde a independência do país. Abusos de bens públicos ou violações importantes de direitos e liberdades cometidas tendo como autores morais e/ou materiais agentes do MPLA não são alvo de investigação e punição judicial.

Significativamente, nos dias que correm, a intolerância política consubstanciada pela prática em público e mesmo à luz do dia de crimes e transgressões por militantes do MPLA contra os de outros partidos, tem sido protegida pela demissão cúmplice da Polícia Nacional. Face a esses crimes e à impunidade com que os seus autores são protegidos, nem mesmo o Presidente do MPLA que é o Presidente da República e, também, o Comandante em Chefe das Forças de Defesa e Segurança saiu a público orientando para que aqueles de entre as suas fileiras que incorrerem nessas práticas sejam tratados de conformidade com a Lei de que deve ser o principal guardião. Recentemente o MPLA convocou e reuniu, com a sua efectiva e incondicional adesão, oficiais e agentes da Polícia Nacional para uma sessão propagandística de “educação cívica”. Tudo isto, entre outros aspectos, é altamente significativo do controlo efectivo da “polícia do Estado” pelo MPLA revelando a prevalência do partido-Estado.

4 – Decorrente de vetustos impedimentos jurídicos, políticos e administrativos, conscientemente planificados, implementados ou conservados, o MPLA partido-Estado continua a bloquear a realização do bem-estar geral, obstando à concretização das aspirações à liberdade e ao desenvolvimento das cidadãs e cidadãos que, como durante o mono partidário, continuam a ser, fundamentalmente, prisioneiros de limitações à acção cidadã que engendram uma cidadania reaccionariamente mitigada e amedrontada para não poderem operar a mudança que os transformaria nos principais agentes de protecção dos seus direitos e do desenvolvimento do país a todos os níveis e sentidos.

5 – O MPLA partido-Estado foi, antes e após a independência, uma organização político-militar que teve como uma das componentes estruturais fundamentais da sua orgânica as FAPLA, ou seja o exército partidário com que tomou e preservou o poder e cujas estruturas e oficialagem, “por decreto” dum acordo entre os dois da guerra, num ápice, foi metamorfoseado num “exército republicano apartidário” que, *por um toque de magia do poder político*, “deitou na lixeira da história do monopartidarismo”, o vínculo e a lealdade partidária que lhe foi inculcada como essência, apesar de continuar a ter como Comandante em Chefe o mesmíssimo presidente do MPLA partido-Estado. Portanto, temos um exército cujo Comandante em Chefe é o Presidente do MPLA partido-Estado mas que, mesmo assim, nos querem fazer perceber como não estando subordinado ao MPLA partido-Estado de que as FAPLA foram o braço armado, donde proveio o grosso dos oficiais que o conduzem. O que é que, estruturalmente, garante o apartidarismo das FAA é que nunca foi publica e convinentemente exposto e espero que não nos venham dizer que esse apartidarismo é “garantido” por um *elevado estado de alma fundado no juramento* de oficiais cuja raiz e percurso profissional têm origem e se fizeram nas FAPLA e que fizeram a história (comum à do MPLA) desse exército que tendo sido o braço armado do MPLA partido-Estado foi, de facto, a estrutura sem a qual não teria preservado o poder.

O Adido de Imprensa duma Embaixada de Angola, de forma extremamente perversa, mas honestamente revelando a verdade, exprimiu a consciência do facto numa conversa de bar, dizendo-me clara e convictamente: «o Estado é e por muitos anos ainda será o MPLA. Quem tentar mudar isso vai...».

Decorrente de tudo isso e de práticas – *in situ* pessoalmente verificadas – de relacionamento da “Administração do Estado” com várias comunidades suburbanas que tenho acompanhado por via do activismo cívico e político a que me dedico, o MPLA partido-Estado surge como uma flagrante realidade com incidências perniciosas cujo reconhecimento e compreensão são essenciais à percepção do processo de “transição política para a democracia” e de construção do “estado de Direito” em curso, assim como para a percepção das injustiças e das aspirações sociais que constituem convocatórias gritantes à acção cidadã de advocacia social em prol dum movimento nacional para a mudança que não tem ainda a adesão de boa parte das organizações da sociedade civil e que, também, não tem tido o apoio desinteressado e suficiente da comunidade internacional, mesmo daquela que se assume como vanguarda da promoção dos direitos humanos e da democracia. No referente a esta última há muito se tornou evidente estar, de modo muito profundo e abrangente, afectada pelo *síndrome da dependência do sniff de fumaça de óleo diesel na hora de ponta do império*. Para bom entendedor...

Apesar das inegáveis evidências que revelam o MPLA como um partido-Estado, este partido, em contradição com essa condição antidemocrática, sem qualquer pudor, diz ser a «liderança duma transição democrática e da construção dum Estado de Direito», quando nem mesmo no seu seio as relações entre os seus membros se regulam pelo princípio do respeito pelo pluralismo de propostas que constitui a essência e a razão de ser da democracia. Significativamente o seu líder, o Eng. Eduardo dos Santos foi, no último congresso do MPLA,



A democracia pode sê-lo não o sendo? Ou pode sê-lo a partir de que percentagem de “democracia” mitigando uma ditadura?

como candidato único reeleito pelo método do voto pela via das *mãos ao ar*, [como se os delegados estivessem perante a ameaça das pistolas de bandidos num assalto], quando no seio do MPLA existem outras tendências e militantes elegíveis com a vontade de serem eleitos. A democracia é uma fabricação humana que visa gerir a diversidade e não o unanimismo “traduzido em consenso” que é o termo com que o MPLA vem denominando o vergar, intra e extra muros, dos outros à vontade da tendência predominante no seu seio.

O desrespeito por esse princípio e o chefialismo concentracionário do poder que dele decorre, ou que o impõem, e que preserva o MPLA como uma entidade apropriada pelo ditador

que nele detém o poder que escorre para a sociedade, por via duma Administração do Estado partidizada e exercida nos moldes duma autoridade neo-feudal, capitaneada por caciques a quem delega a manutenção da hegemonia partidária sobre a sociedade, é prova bastante da prevalência duma vontade ditatorial que se recusa ao desmantelamento do partido-Estado inaugurado aquando da independência do país.

A “democracia” enquanto farsa da democracia vem sendo sem qualquer pudor assumida, quando a vemos defendida com o recurso a clichés do tipo: *é ainda uma “jovem democracia”; a democracia não se estabelece do dia para a noite e etc.* Ora a democracia ou é ou não é. Não há “meia, um terço ou um

Não nos podemos contentar e/ou enganar dizendo que estamos numa “jovem “democracia” e face à farsa fechar os olhos participando na sua fabricação, garantindo assim impunidade a flagrantes actos de violação da Lei que atropelam o formalmente instituído

quinto de democracia” em simbiose com X partes de autocracia que devemos tolerar por ser uma “*jovem democracia*” e ou porque “*a democracia não se estabelece do dia para a noite*”, nem as instituições democráticas e o Estado de Direito mesmo se já instituídos por normas jurídico-políticas consagradas no papel da Lei Constitucional e quando também estamos na presença do aparelho suficiente e legalmente incumbido de traduzir esses desideratos em realidade.

Quando é isso que ocorre não nos podemos contentar e/ou enganar dizendo que estamos numa “jovem “democracia” e face à farsa fechar os olhos participando na sua fabricação, garantindo assim impunidade a flagrantes actos de violação da Lei que atropelam o formalmente instituído e, assim, tranquilamente voltarmos as costas aos movimentos cívicos e políticos que pretendem concretizar a democracia e o Estado de Direito, mas que estão garroteados porque colocados face à ameaça violenta dum aparelho repressivo, sempre pronto a agir, que já várias vezes deu provas suficientes de capacidade, insensibilidade e lealdade à ditadura para, se necessário, afogar em sangue esforços para a mudança com potencialidade para a concretizarem.

É tudo isso que faz do desmantelamento do partido-Estado a meta nº 1 das angolanas e angolanos. Meta cuja adopção como necessidade nacional tem sido um desafio, significativamente, escamoteado pela cumplicidade com o partido-Estado da maioria dos partidos políticos da “oposição” e de muitas organizações “da sociedade civil” quando, ao invés da rotura lúcida e frontal, os seus dirigentes e membros se referem à autocracia consubstanciada à sombra do universo institucional sob a hegemonia do MPLA partido-Estado como sendo: «*a nossa democracia*», a «*democracia nascente*» e etc. Mas que democracia? A democracia pode sê-lo não o sendo? Ou pode sê-lo a partir de que percentagem de “democracia” mitigando uma ditadura? Este procedimento revela estarmos perante gente falaciosa e/ou confundida, evidenciando um comportamento de co-produção da sua dominação que, assim, vem contribuindo para baralhar a percepção que a maioria dos cidadãos têm, tanto do regime autocrático prevalecente, como da sua própria condição de oposição, pois ficam sem saber se o são ou se, de facto, são apenas uma mera “oposição”. Isto a começar pela UNITA que é o maior partido da oposição e que, assim, também se perfila na “oposição” quando os seus dirigentes se referem à autocracia prevalecente como sendo «*a nossa democracia*» consubstanciando uma total contradição

com a sua proposta que diz ser de mudança. Que mudança então?

O desmantelamento do partido-Estado é uma exigência, a nº 1, para que se alcance a Libertação Social. Para o alcance dessa meta ela tem que se tornar a aspiração cultural central das angolanas e angolanos. Razão porque deve e vai, a prazo, tornar-se um ideal com a mesma prioridade e abrangência que, na sua fabricação, a meta independência nacional teve na época colonial. O desmantelamento do partido-Estado está hoje para a Libertação Social como no passado esteve o desmonte do aparelho de dominação colonialista português para a independência. O desmonte do partido-Estado consubstanciará a 2ª Libertação, ou seja, a conclusão da libertação iniciada com a luta anti colonial. A 1ª libertou a terra, a 2ª libertará o povo para concretizar uma organização política de que seja, de facto, o constituinte e o soberano.

Nos trinta anos decorridos desde a proclamação da “independência”, completamente destruída por uma guerra alimentada por potências imperialistas através da qual, entre outros fins, mas objectivamente servindo-as, os seus protagonistas endógenos disputaram o poder, Angola e o seu povo passaram primeiro pela dependência e submissão à URSS, cujo colapso, de maduro e desejoso desse fim, fez cair o MPLA partido-Estado nos braços do imperialismo ocidental liderado pelos EUA, hoje centro do poder dum neo imperialismo que – rebaptizando o neocolonialismo com o epíteto de globalização – vai dando continuidade ao secular processo de expansão da hegemonia do imperialismo ocidental que, paulatinamente, vai subordinando os povos e estados de todos os quadrantes nos planos cultural, político, económico e militar a um governo mundial em fase adiantada de implantação que, a nível local, conta com a cumplicidade feliz, particularmente, de dirigentes do dito Terceiro Mundo, cujo poder sobrevive ou vem sendo adquirido pela especialização e desempenho com sucesso da *arte da disputa do lugar da outra no imenso cabaret internacional de lideranças “nacionais”* onde pontificam as prostitutas políticas melhor dotadas em recursos da terra e mais manhosas das “repúblicas” do “resto” do Mundo. Retenha-se que muitas delas já foram a “*nata revolucionária mais radical*” das fileiras anti imperialistas do (des)dito Terceiro Mundo.

Os trinta anos decorridos desde o fim da ditadura colonial fascista portuguesa em Angola, correspondem exactamente aos trinta anos de dominação predadora e não menos autocrática do MPLA partido-Estado, cujo universo institucio-

O desmantelamento do partido-Estado está hoje para a Libertação Social como no passado esteve o desmonte do aparelho de dominação colonialista português para a independência.
O desmonte do partido-Estado consubstanciará a 2ª Libertação, ou seja, a conclusão da libertação iniciada com a luta anti colonial

nal em fase de reciclagem neoliberal, nos dias que correm, é objecto do esforço duma recauchutagem [“democrática”] que vem sendo apontada e adoptada como o “caminho certo” pelos “reformadores” que militam nas suas fileiras, em várias organizações “independentes” da sociedade civil e nas hostes imperialistas da comunidade internacional que, associados nessa empreitada, têm desviado as cidadãs e cidadãos angolanos da identificação da necessidade de desmantelamento do partido-Estado com vista à conservação da sua hegemonia sobre a sociedade angolana que é essencial à salvaguarda das posses, privilégios e rendimentos dos seus agentes, aliados e clientelas nacionais e internacionais.

Só quem não o quer é que não percebe que a concretização da independência do Estado angolano, da justiça social, do desenvolvimento e do bem-estar geral, exigem o fim do regime do MPLA partido-Estado, em fase pré eleitoral, insidiosamente, projectado no imaginário popular angolano como o mal menor, quando, de facto, consubstancia o império tenebroso dum exclusivismo da posse do poder que é a essência dos males que – como a guerra civil do nosso passado recente, a corrupção e a pobreza extrema generalizada – nos agrediram e vêm agredindo e que assim se perspectivam, inclusive a guerra, [pois se não há paz social], como sendo o destino que nos fabricam, enquanto criminosamente se enchem de posses e de dólares, assassinando-nos com gume frio da lâmina da pobreza.

O MPLA partido-Estado tem tido como elemento central da sua sustentabilidade a co-produção inconsciente mas, também, conscientemente cúmplice, da dominação pelo próprio dominado. Dominação conseguida tanto por via do aproveitamento sem escrúpulos do atraso geral das populações, como por via da corrupção das elites, associadas ao condicionamento psicológico entorpecente da sociedade [tratada como massa] e à aplicação terrorista da violência do partido-Estado.

É exactamente como com a ignominiosa implementação do “socialismo” – durante o absolutismo monopartidário constitucional que o inaugurou – que o partido-Estado vem sendo perpetuado com recurso a uma não menos ignominiosa “transição para a democracia” cujas evidencias revelam estar em curso a execução duma estratégia de *mexicanização da bongolização da posse do poder político* associada à *brasileirização da “democracia”* e da sociedade angolana, prognosticando a eternização da dominação política, económica e militar dos outros pela sua manutenção numa clausura e numa

pobreza com a dor “aliviada” pela caridade de organizações satélites do partido-Estado como a FESA, AJAPRAZ, Fundo Lwini, Acção Solidária e outros actores semelhantes, muita cerveja, futebol, fanatismo espiritual extremado induzido por várias seitas e outras componentes da festa do grande circo ditatorial, montado para diversão tanto dos mais desmunidos como duma emergente classe média tornada estatuto a que só têm acesso aqueles que, incondicionalmente, se submetem à iniciação aos postulados e aos prazeres dum neo-liberalismo cafrializado à lá MPLA por práticas de apropriação de riqueza que, (ex.) no que respeita ao fundiário, também, entre outras práticas vetustas, vêm concretizando a reprodução da *cipaia-da* administrativa colonial.

No actual contexto angolano – determinado nos planos cultural, económico e político pela prevalência do MPLA partido-Estado – os processos de advocacia social e os movimentos sociais que a sociedade civil já vai engendrando só serão efectivos e frutuozos, caso se concretizem como um movimento cultural orientado para a transformação em agentes principais de mudança das respectivas situações as próprias vítimas das injustiças e todos os que pugnam por uma sociedade em que impere a mais ampla participação cidadã possível, no quadro duma Democracia e dum Estado de Direito protegido da sua redução à letra do papel formal duma Constituição imposta por um qualquer príncipe de tipo *mobutista*, *bongoista* ou por qualquer outro semelhante modelo de (reta)guardião de templos arrombados e escancarados à satisfação da gula de predadores neo-imperialistas.

Especialmente nos países onde não são tradição de luta pela Libertação Social porque – como em Angola – tem sido pela violência que se buscam as mudanças, os movimentos de advocacia social têm que, antes e acima de tudo, conseguir estabelecer uma cultura de exigência cidadã, engendrada por uma acção – rigorosamente pacifista e apartidária – que independentemente da cor política e de outras características dos agentes das violações dos direitos humanos e de outras irregularidades e práticas desviantes, combata as injustiças e os bloqueios estruturais que obstem à realização das aspirações das cidadãs e cidadãos.

Daí que, de modo incontornável – enquanto durar o partido-Estado – devemos todos saber que a advocacia social em Angola tem e terá como principais adversários os agentes de todos os níveis do seu aparelho, já que o desmantelamento total desse aparelho é fundamental à realização da nossa socie-

A hegemonia do MPLA partido-Estado sobre a sociedade não vai sobreviver eternamente à resistência para a Libertação Social se as cidadãs e cidadãos angolanos se unirem num esforço combinado e com abrangência nacional de informação, formação para a cidadania e de combate às injustiças

dade como uma comunidade em que as relações resultem do respeito por uma vontade geral livremente constituída e em que os recursos e rendimentos públicos passem a ser geridos em moldes orientados para a fabricação do bem-estar geral, ao invés de continuarem sendo objecto do saque por predadores que, criminalizando-o, se apropriaram do “Estado” desde a alvorada da Republica.

Portanto, trinta anos depois do fim da dominação política, económica e militar portuguesa, a República de Angola, a sua independência de facto, a liberdade, a paz social e o bem-estar que esperávamos construir a partir de Novembro de 1975, em função das incidências da prevalência do partido-Estado, então constituído, continuam sendo as metas das angolanas e angolanos, conscientes desse facto ou não, objectivamente traídos e, assim, condenados a empenharem mais tempo, energias e outros recursos numa Libertação Social que, incontornavelmente, passa pelo dismantelamento do partido-Estado como no passado passou pelo dismantelamento do aparelho de dominação colonial que, aliás, o partido-Estado, fabricado pelo “ex” colonizado “anti colonialista”, em grande medida restaurou e com que vem reproduzindo o colonial e até, na perfeição, superando-o no que de pior herdou desses mestres da “nossa” ocidentalização.

Os movimentos sociais não visam a tomada do poder de Estado, essa é uma meta dos partidos políticos. Mas os movimentos sociais adquirem e exercem poder pela adesão das cidadãs e cidadãos às suas propostas e actividades que, assim, os transformam em forças sociais capazes de impor a sua vontade àqueles que detêm ou pretendam deter o poder político. É para impedir que os movimentos sociais adquiram esse poder que os órgãos da comunicação social pública – ilegalmente monopolizados pelo partido-Estado – vêm excluindo das suas páginas e antenas as notícias dos actos e as mensagens das organizações da sociedade civil autónoma, enquanto, ao mesmo tempo, todos os dias veiculam a distribuição de fuba, bicicletas, violas e rádios de pilhas com que os seus agentes e colaboradores, criminosamente, enganam comunidades de incautos cidadãos mergulhados nas trevas da dominação política, do atraso e da pobreza.

Mas a hegemonia do MPLA partido-Estado sobre a sociedade não vai sobreviver eternamente à resistência para a Libertação Social se as cidadãs e cidadãos angolanos se unirem num esforço combinado e com abrangência nacional de

informação, formação para a cidadania e de combate às injustiças que, dando corpo a um Movimento para a Cidadania, estructure a mais ampla convergência possível de organizações autónomas da sociedade civil para a acção pela Libertação Social.

Não tenhamos ilusões, não temos outro caminho. Na sua luta entre “*males menores e maiores*”, [são tudo males a que fatalmente nos condenam], a vitória de quem quer que seja nas próximas eleições gerais não trará a mudança no sentido da Libertação Social por estarem já a ser preparadas e conduzidas apenas como mais uma disputa do poder entre forças partidárias que, tradicionalmente, estão de costas voltadas para os movimentos sociais e que, como o MPLA partido-Estado, vêem a cidadã e o cidadão (antes foi como soldados) apenas como eleitores a enganar com falsas promessas, bens e bugigangas doadas como chupa-chupas a crianças para lhes fazerem esquecer as desgraças que lhes impuseram e impõem e assim escusarem-se à satisfação das suas necessidades e aspirações. Enquanto como cidadãos não nos impusermos como interlocutores de pleno direito do poder político essa é a sina a que estaremos condenados.

Que ninguém desespere, a causa da Libertação Social é justa e legítima e as causas assim, a prazo, são sempre vencedoras. O cidadão um dia será, de facto, o soberano da República. Aqueles que ainda não começaram que comecem já, em todos os cantos do país, a criar organizações que combatam as injustiças, trabalhem na sistematização das aspirações sociais e as imponham aos detentores do poder e àqueles que almejam detê-lo em nosso nome. A Libertação Social só pode advir do que cada povo faz por ela. É o único caminho para que as angolanas e angolanos se tornem os agentes principais da fabricação dum destino de desenvolvimento e bem-estar. Ninguém o fará por nós.

* Luís Araújo é activista da organização da sociedade civil angolana SOS Habitat - Acção Solidária, onde desempenha o cargo de Coordenador da Direcção. Após a independência, pertenceu ao Órgão Coordenador das Comissões Populares de Bairro de Luanda (OCPBL). Foi preso pela DISA (polícia política do MPLA) durante ano e meio (78/79), acusado de pertença à Organização Comunista de Angola (OCA). Entre 1980 e 2001 viveu em Cabo Verde, onde prosseguiu a sua militância política e cívica até voltar a Angola.

ALEMANHA

A “GRANDE COLIGAÇÃO” CONTRA OS TRABALHADORES

SASCHA STANICIC *

AS ELEIÇÕES GERAIS alemãs de 18 de Setembro saldaram-se numa derrota dos chamados “partidos do povo” (SPD e CDU/CSU). Pela primeira vez desde 1953, a percentagem de votos de ambos ficou abaixo dos 70%, ao perderem o SPD 2.294.000 votos e a CDU/CSU 1.851.500. Isto resultou do repúdio de muitos trabalhadores e desempregados pela política neo-liberal e anti-operária que os dois partidos representam. O bloco eleitoral do Partido da Esquerda (novo nome do PDS) e a recém-criada WASG (Alternativa Eleitoral Trabalho e Justiça Social) obtiveram um grande sucesso, com 4.118.000 de votos (8,7% do total) e elegeram 54 deputados para o Bundestag.

Os derrotados puseram-se de acordo para constituir um governo de “Grande Coligação”, chefiado pela conservadora Ângela Merkel, a primeira mulher chanceler na História da Alemanha. Os dois partidos põem-se facilmente de acordo nas políticas de governo. De facto, foram apoiadas pela CDU/CSU muitas decisões fundamentais do último governo SPD-Verdes, especialmente os ataques massivos contra o sistema de segurança social, sob os nomes Agenda 2010 e Hartz IV.

Sob a pressão de protestos de massas em 2003 e 2004, que se opunham ao desmantelamento do “Estado-providência”, e com o surgimento da WASG como nova alternativa política à esquerda, o SPD adoptou um verniz mais “à esquerda” na campanha eleitoral. Apelou à defesa de alguns direitos dos trabalhadores que Merkel prometia destruir em caso de vitória da CDU/CSU e do seu parceiro preferido para uma coligação, o partido liberal FDP.

O SPD está agora a tentar obter uma imagem “social”, afirmando que salvaguardou acordos sociais nas negociações com a CDU/CSU para a constituição da “Grande Coligação”. Os dirigentes do SPD alegam que a legislação para a negociação de contratos colectivos não será modificada e que os pagamentos suplementares por turnos nocturnos e de fim-de-semana continuarão isentos de impostos. Isto não se deve, contudo, a uma mudança de política do SPD, e sim a um claro sinal por parte da classe trabalhadora após o resultado eleitoral: basta de cortes em serviços sociais, defendam-se os direitos dos trabalhadores! O ambiente entre os trabalhadores e a pressão de baixo levaram mesmo sindicalistas de direita a ameaçar com greves políticas ilegais se fosse alterada a legislação sobre a negociação colectiva.

Mas este governo será, ainda assim, uma coligação contra a classe trabalhadora. É provável que as garantias legais contra os despedimentos sejam reduzidas. O acordo de coligação inclui um apelo aos sindicatos para que aceitem mais acordos de empresa sobre salários e salários-hora, o que na prática equivale a minar a negociação colectiva à escala de cada indústria. Antes disso, o chanceler cessante, Schröder, ameaçou mudar a lei se os sindicatos não aceitassem a “empresarização” dos acordos sobre salários e salários-hora. E também é provável um novo programa de austeridade, com novos ataques contra o sistema de segurança social.

Isto anda de mãos dadas com uma ofensiva ininterrupta dos capitalistas nos locais de trabalho. Mercedes, Siemens, AEG, VW e muitas outras empresas anunciaram grandes reduções de pessoal. Salários e horários de trabalho também estão debaixo de fogo.

Mas o resultado das eleições também reflecte um reforço da esquerda e reforçou a motivação dos activistas nos sindicatos e nos movimentos sociais. É tarefa da nova esquerda no parlamento usar as suas posições e recursos para construir um forte movimento contra este governo pró-capitalista e para apoiar os trabalhadores em luta. Assim poderá ser construído um novo partido socialista de massas da classe trabalhadora alemã.

No entanto, a política reformista dos dirigentes nacionais da esquerda, como Lafontaine e Gysi, bem como a participação do Partido da Esquerda/PDS em governos regionais que procedem a cortes sociais e a privatizações, tornam incerto o futuro deste processo. Isto reforça a necessidade de construir uma força socialista significativa durante o processo de construção de um novo partido de esquerda na Alemanha.

A greve dos trabalhadores do hospital da universidade mostra que é possível organizar uma resposta combativa se houver direcção. Milhares entraram recentemente em greve em defesa dos seus salários e horários de trabalho, e num sector que não tem tradição de luta. O novo governo vai ser uma coligação de instabilidade e de crise. É uma questão em aberto, a de saber quanto tempo durará a sua legislatura de quatro anos. O governo vai ser confrontado com uma nova e mais forte oposição de esquerda no parlamento e com a resistência da classe trabalhadora aos seus ataques.

* Sascha Stanicic é dirigente do grupo Sozialistische Alternative e da WASG (Alternativa Eleitoral Trabalho e Justiça Social)

REVOLTA SUBURBANA

Este episódio aconteceu em Lyon e foi filmado pelas câmaras do canal televisivo TF1.

Uma patrulha de polícias revista um grupo de jovens.



Um miúdo protesta. Um dos polícias lança-lhe um sonoro — “Cala a boca”.

O miúdo — Diz “cala a boca” e nós não fizemos nada s’nhor.

O polícia — Tu queres que eu te leve para um transformador? (alusão aos dois jovens que foram mortos num transformador da companhia de electricidade por tentarem escapar a um controlo policial)

O miúdo (que vê que está a ser filmado) — Desculpe s’nhor, você fala-me mal, eu não lhe disse nada s’nhor...

O polícia (ameaçador) — Bem, não falemos! (...) Dissemos-te para recuar, recua!

O miúdo (para um outro polícia) — Ouça s’nhor, nós tratamo-los por você e o seu colega trata-nos por tu! Nós somos respeitosos!

Um outro miúdo (que se enerva e diz a um terceiro polícia calvo) — É bem feito! Tens cancro! Já não tens cabelo.

Resposta do polícia calvo — E tu também te queres fritar com os teus colegas? Queres ir dentro de um transformador? Traz a tua garganta que nós metemo-la lá.

O primeiro miúdo — Se for assim, vocês acham que o bairro se vai acalmar?

O polícia — Que o bairro se acalme ou não, borrifando. Para nós quanta mais merda, melhor!